
Relatório de Gestão ESMPU

Exercício 2018



ESMPU

Escola Superior do Ministério Público da União



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018



Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, bem como as Decisões Normativas TCU nº 170/2018 e 172/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018.

Brasília, Maio de 2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AUDIN – Auditoria Interna do Ministério Público da União
DN – Decisão Normativa
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União
IN – Instrução Normativa
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério Público
MPF – Ministério Público Federal
MPU – Ministério Público da União
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PGR – Procuradoria Geral da República
Port. - Portaria
RG – Relatório de Gestão
TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabelas

<i>Tabela 1 - Evolução Execução Orçamentária e Financeira.....</i>	<i>66</i>
<i>Tabela 2 - Detalhamento de despesas por grupo e elemento.....</i>	<i>68</i>
<i>Tabela 3 - Percentual total de execução – ESMPU.....</i>	<i>76</i>
<i>Tabela 4 - Custos por área de atuação.....</i>	<i>102</i>
<i>Tabela 5 - Imobilizado - Composição</i>	<i>111</i>
<i>Tabela 6 - Intangível - Composição</i>	<i>112</i>
<i>Tabela 7 - Imobilizado - Composição</i>	<i>113</i>
<i>Tabela 8 - Intangível - Composição</i>	<i>113</i>
<i>Tabela 9 - Balanço Orçamentário</i>	<i>119</i>
<i>Tabela 10 - Balanço Financeiro</i>	<i>123</i>
<i>Tabela 11 - Balanço Patrimonial</i>	<i>125</i>
<i>Tabela 12 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>129</i>
<i>Tabela 13 - Demonstrações das Variações Patrimoniais</i>	<i>132</i>

Quadros

<i>Quadro 1 - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>	<i>13</i>
<i>Quadro 2 - Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas.....</i>	<i>13</i>
<i>Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos</i>	<i>21</i>
<i>Quadro 4 - Prioridades x Resultados da gestão em 2018</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 5 - Produção ASCOM 2018.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 6 - Enquete: Como você avalia a comunicação na ESMPU?</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 7 - Enquete: Como você avalia o site da ESMPU?</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 8 - Enquete: Como você avalia a divulgação das atividades acadêmicas oferecidas pela ESMPU?</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 9 - Enquete: Como ficou sabendo do curso?</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 10 - Prioridades x Resultados Gestão 2018-2020.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 11 - Indicadores de desempenho – Atividades Acadêmicas.....</i>	<i>47</i>
<i>Quadro 12 - Indicadores de desempenho – Membros/ Servidores Capacitados.....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro 13 - Indicadores de desempenho – Pesquisas desenvolvidas.....</i>	<i>49</i>
<i>Quadro 14 - Objetivos e Metas PDI 2020-2024.....</i>	<i>52</i>
<i>Quadro 15 - Indicadores de desempenho – Dotação executada ação 20HP</i>	<i>76</i>
<i>Quadro 16 - Indicadores de desempenho – Dotação executada ação 11EQ</i>	<i>77</i>
<i>Quadro 17 - Indicadores de desempenho – Restos a pagar ação 20HP.....</i>	<i>77</i>
<i>Quadro 18 - Projeção de Despesas PDI 2020-2024.....</i>	<i>79</i>
<i>Quadro 19 - Distribuição por situação funcional e gênero</i>	<i>82</i>
<i>Quadro 20 - Distribuição por gênero.....</i>	<i>83</i>
<i>Quadro 21 - Quadro de servidores ESMPU</i>	<i>84</i>
<i>Quadro 22 - Índice de Absenteísmo – 2018.....</i>	<i>86</i>
<i>Quadro 23 - Demonstrativo de despesas com pessoal.....</i>	<i>89</i>
<i>Quadro 24 - Distribuição da lotação efetiva</i>	<i>90</i>
<i>Quadro 25 - Gastos com custeio 2018.....</i>	<i>91</i>
<i>Quadro 26 - Processos licitatórios 2018.....</i>	<i>92</i>
<i>Quadro 27 - Referenciais normativos – boas práticas de gestão.....</i>	<i>96</i>
<i>Quadro 28 - Contratações de TI mais relevantes em 2018</i>	<i>97</i>
<i>Quadro 29 - Processos de trabalho STI</i>	<i>99</i>

Gráficos

<i>Gráfico 1 - Produção ASCOM 2018</i>	<i>41</i>
<i>Gráfico 2 - Enquete: Como ficou sabendo do curso?.....</i>	<i>43</i>
<i>Gráfico 3 - Evolução da Dotação Orçamentária ESMPU.....</i>	<i>66</i>
<i>Gráfico 4 - Execução ESMPU 2014 a 2018</i>	<i>67</i>
<i>Gráfico 5 - Detalhamento de despesas por grupo.....</i>	<i>69</i>
<i>Gráfico 6 - Evolução da Dotação da Ação Construção do Centro de Treinamento.....</i>	<i>71</i>

Gráfico 7 - Evolução da Dotação para Capacitação de Recursos Humanos.....	72
Gráfico 8 - Evolução do Percentual de Dotação Empenhada.....	73
Gráfico 9 - Evolução da quantidade de atividades executadas.....	73
Gráfico 10 - Evolução da quantidade de capacitados.....	74
Gráfico 11 - Execução Orçamentária 2018.....	76
Gráfico 12 - Faixa etárias servidores.....	81
Gráfico 13 - Percentual de servidores portadores de deficiência.....	82
Gráfico 14 - Percentual Etnia.....	83
Gráfico 15 - Gestão de Custos.....	102
Gráfico 16 - VPD - Serviços.....	114
Gráfico 17 - Execução Orçamentária da Despesa.....	115
Gráfico 18 - Execução dos Restos a Pagar Não processados.....	116
Gráfico 19 - Pagamento dos Restos a Pagar não processados.....	117

Ilustrações

Figura 1 - Organograma ESMPU.....	18
Figura 2 - Linha e eixos de pesquisa ESMPU.....	20
Figura 3 - Organograma da AUDIN-MPU.....	34
Figura 4 - Hotsite “Constituição Cidadã”.....	43
Figura 5 - Hotsite “Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes”.....	44
Figura 6 - Site ESMPU - Flickr.....	44
Figura 7 - Participação no Fórum Mundial da Água.....	104
Figura 8 - Colheita Flor de Lis.....	104
Figura 9 - Calendário de Atividades 2018.....	105
Figura 10 - Calendário de coleta inteligente 2018.....	105
Figura 11 - Plantio do sistema agroflorestal.....	105
Figura 12 - Campanha Papel Nobre.....	105
Figura 13 - Eixos de Pesquisa.....	138
Figura 14 - Obra ESMPU Outubro 2018.....	140

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Cadeia de macroprocessos

Anexo 2 – Relatório de Acompanhamento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019.

Anexo 3 – Relatório Auditoria nº 19/2018

Anexo 4 – Relatório de Instância ou área de correição

Anexo 5 – Declaração de Adequação – Estrutura Internacional para Relato Integrado

SUMÁRIO

1	MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL.....	9
2	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	12
2.1	IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, MISSÃO E VISÃO.....	12
2.2	NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE.....	13
2.3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
2.4	ORGANOGRAMA	18
2.5	AMBIENTE DE ATUAÇÃO (INTERNO E EXTERNO)	19
2.6	MODELO DE NEGÓCIOS (CADEIA DE VALOR)	21
2.7	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	21
3	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	23
3.1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	23
3.1.1	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS	23
3.1.2	ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	26
3.1.3	VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS.....	26
3.1.4	FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	28
3.1.5	DESEMPENHO OPERACIONAL	28
3.2	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	28
3.3	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	32
3.4	ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVO	35
3.5	PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	35
3.5.1	APRESENTAÇÃO	35
3.5.2	RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	36
3.5.3	DESTAQUES OPERACIONAIS	37
3.5.4	CANAL DE ACESSO DO CIDADÃO.....	38
3.5.5	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	39
3.5.6	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	40
3.5.7	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	40
3.5.8	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	40
4	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	45
5	RESULTADOS DA GESTÃO	46
5.1.1	RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OU CADEIA DE VALOR) E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO	46
5.1.2	DESEMPENHO OPERACIONAL – META FÍSICA	47
5.2	PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS.....	49
5.2.1	NOVA SEDE.....	49
5.2.2	REGIONALIZAÇÃO.....	50
5.2.3	NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI.....	52
5.2.4	AÇÕES PREVISTAS DE RESPONSABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.....	54
5.2.5	AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	55
5.2.6	AÇÕES REFERENTES À DIVERSIDADE, AO MEIO AMBIENTE, À MEMÓRIA CULTURAL, À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E AO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	56
5.2.7	PLANO DE EQUIDADE DE GÊNERO E NÃO-DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	56
5.2.8	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	61
6	ALOCUÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	64
6.1	DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	64
6.2	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	65
6.2.1	DECLARAÇÃO GESTOR DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	65
6.2.2	PERFIL DO GASTO DO MINISTÉRIO: EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	66
6.2.3	DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS.....	67
6.2.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES	69
6.2.5	DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO, COM UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	75
6.2.6	EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO, COM UMA REFLEXÃO JUSTA E COMPREENSÍVEL SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO, CONSISTENTE COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUBJACENTES.	78

6.2.7	PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.....	78
6.3	GESTÃO DE PESSOAS	79
6.4	GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	91
6.4.1	CONFORMIDADE LEGAL.....	91
6.4.2	DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO.....	91
6.4.3	CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES	91
6.5	GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	94
6.6	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	95
6.7	GESTÃO DE CUSTOS.....	101
6.8	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	103
7	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	107
7.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	107
7.2	NOTAS EXPLICATIVAS.....	108
7.2.1	CONTEXTO OPERACIONAL	108
7.2.2	BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (DCON).....	108
7.2.3	RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	109
7.2.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	111
7.2.5	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	112
7.2.6	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	114
7.2.7	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	115
7.2.8	BALANÇO FINANCEIRO	117
7.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64.....	119
7.3.1	<i>Balanço Financeiro</i>	123
7.3.2	<i>Balanço Patrimonial</i>	125
7.3.3	<i>Demonstrações das Variações Patrimoniais</i>	132
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	135
8.1	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	135
8.2	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	135
8.3	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	135
9.	ANEXOS E APÊNDICES.....	136
10.	ROL DE RESPONSÁVEIS.....	137
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138

1 MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

É com satisfação que venho aqui apresentar, em breves linhas, um extrato dos principais resultados alcançados ao longo do ano de 2018.

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é uma escola de governo que tem como **missão** “facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros (as) e servidores (as) do Ministério Público da União (MPU) para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais”. Para cumprir essa missão, conduz ações consonantes com as necessidades apontadas pelos ramos do MPU, num processo permanente e deliberado de estímulo à aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais a partir do desenvolvimento de competências individuais.

A ESMPU estrutura suas ações de apoio aos membros e servidores para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, proteção, defesa, e também da reparação das violações, de modo a formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios da cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade, tendo o Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

A produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional.

Para atingir esse desiderato, a atuação da ESMPU é pautada em:

- a) Objetivos institucionais**, estabelecidos na Lei n. 9.628/1998, de criação da ESMPU. São eles:
I - iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais; II - aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União; III - desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica; IV - zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- b) Metas estratégicas**, consignadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Estão estabelecidas 25 (vinte e cinco) metas para o quinquênio 2015-2019, agrupadas em sete critérios: 1. Liderança; 2. Estratégias e planos; 3. Cidadãos; 4. Sociedade; 5. Informações e

conhecimento; 6. Pessoas; 7. Processos. As metas e a respectiva execução em 2018 constam do **Anexo 2**.

Para executar essas metas, e após avaliação diagnóstica da atuação a ESMPU, a Gestão 2018/2020 estabeleceu algumas **prioridades**, alcançando os **resultados** a seguir demonstrados:

PRIORIDADES	RESULTADOS PRINCIPAIS
Construção da nova sede da ESMPU;	Retomada das obras, com previsão de conclusão em 2019;
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024;	Realização dos primeiros grupos de discussão, com a definição da Visão e de Objetivos Estratégicos.
Desenvolvimento de um plano de ação para transversalizar a perspectiva de gênero e não discriminação étnico- racial nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da ESMPU;	Capacitação de todos os colaboradores da ESMPU; realização de oficinas com a sociedade civil; adequação dos projetos pedagógicos com vistas a contemplar essa perspectiva; consideração da equidade de gênero na escolha dos orientadores pedagógicos dos cursos.
Institucionalização de instrumentos de acompanhamento da oferta acadêmica e da execução orçamentária da ESMPU, por meio uma metodologia de <i>Business Intelligence</i>;	Revisão dos sistemas institucionais e das bases de dados; aquisição de ferramenta de <i>business intelligence</i> ; capacitação dos servidores da ESMPU.
Estruturação da pesquisa científica aplicada na ESMPU;	Estabelecimentos da linha e eixos temáticos e transversais de pesquisa científica aplicada; institucionalização de grupos de pesquisa na ESMPU.
Reformulação da política editorial da ESMPU;	Definição de estratégias para estimular a publicação científica e sistematizar a produção intelectual da ESMPU.
Sistematização do protocolo de celebração de acordos de cooperação;	Elaboração de manual de procedimentos para celebração de acordos de cooperação; retomada do projeto ‘Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados’, decorrente da cooperação entre entes do Brasil e de Moçambique
Modernização de processos e sistemas da ESMPU;	Criação do Comitê de Modernização; mapeamento das prioridades de modernização.
Ampliação das ofertas de atividades de extensão;	Criação da Câmara de Ensino; incremento de 150% na oferta de atividades de extensão.
Regionalização da ESMPU.	Criação de 5 centros de apoio da ESMPU nas cidades: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Belém. Planejamento de atividades acadêmicas a acontecer nesses centros.

Pelos resultados apresentados, verifica-se um incremento quantitativo e qualitativo das ações da Escola, principal propósito da atual Gestão. Contudo, as restrições orçamentárias e de quantitativo de servidores colocam-se como **desafios** a serem superados, visto a variedade de projetos que, se desenvolvidos, poderiam alavancar a atuação educacional da ESMPU. Em razão disso, aposta-se na modernização de processos e sistemas de forma a automatizar rotinas e otimizar a prestação de serviços. Uma vez implementada a modernização, a **perspectiva** é de que os servidores tenham maior

disponibilidade para atuarem em projetos direcionados à evolução da ESMPU de uma escola predominantemente técnica para uma escola técnico-científica, e que seja *espaço plural de reflexão crítica e dialógica do MPU, internamente e com a sociedade, para construir, disseminar e aplicar saberes com o objetivo de concretizar para todas e todos os Direitos Fundamentais e o Estado Democrático de Direito.*



João Akira Omoto

Diretor-Geral da Escola Superior
do Ministério Público da União



2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 Identificação da Organização, Missão e Visão

Os objetivos da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU estão elencados no artigo 3º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998:

- a) Iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais;
- b) Aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;
- c) Desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
- d) Zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

As finalidades básicas da ESMPU são as descritas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

- a) A oferta de formação continuada e especializada;
- b) O incentivo e o desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa;
- c) A estrutura organizacional racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos institucionais;
- d) A integração entre os quatro ramos do MPU.

A Escola Superior do Ministério Público da União tem como missão: “Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU para uma atuação profissional e eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais. ”

A Escola Superior do Ministério Público da União tem como visão: Ser um “espaço plural de reflexão crítica e dialógica do MPU, internamente e com a sociedade, para construir, disseminar e aplicar saberes com o objetivo de concretizar para todas e todos os Direitos Fundamentais e o Estado Democrático de Direito”.

2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Quadro 1 - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 9.628, de 14 abril de 1998: Cria a Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Portaria PGR nº 686, de 19/12/2011: Remaneja cargos em comissão e funções de confiança, da Procuradoria Geral da República, para a Escola Superior do Ministério Público da União;
Portaria PGR nº 247, de 16/5/2012: Estabelece a estrutura organizacional da Escola Superior do Ministério Público da União;
Lei nº 13.032, de 24/09/2014: Cria o quadro de pessoal, os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013: Aprova o Regimento Interno da ESMPU;
Portaria PGR/MPU n.78, de 22/10/2014: aprova nova redação do Regimento Interno.

2.3 Estrutura Organizacional

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
1. Administração Superior 1.1. Conselho Administrativo	Gerir as atividades da ESMPU e estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis; avaliar a organização, o funcionamento dos serviços administrativos e o resultado dos recursos financeiros aplicados; deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente; conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino.	1. Denise Neves Abade (MPF) 2. Xisto Tiago de Medeiros Neto (MPT) 3. Alexandre José de Barros Leal Saraiva (MPM) 4. Flávio Augusto Milhomem (MPDFT)	Conselheiro	01/01/2018 a 31/12/2018
1.2. Diretoria-Geral	Exercer as funções de gestão e subsidiar o Conselho Administrativo na tomada de decisões.	João Akira Omoto	Diretor-Geral	01/02/2018 a 31/12/2018

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
1.2.1. Assessoria Jurídica	Emitir parecer jurídico e assistir a Administração Superior em procedimentos administrativos ou judiciais que envolvam matéria pertinente à ESMPU.	Déborah Sarah Dias Leão	Assessora-Chefe	01/01/2018 a 31/12/2018
		Gustavo Henriques da Silva	Assessor	01/01/2018 a 31/12/2018
1.2.2. Assessoria de Comunicação	Orientar a Administração Superior nas atividades de comunicação social, produzir e divulgar material informativo sobre as atividades da ESMPU.	Graziane Madureira Baptista	Assessor Chefe	01/01/2018 a 31/12/2018
1.2.3. Gabinete	Organizar a agenda e prestar assistência à Diretoria-Geral.	Marisa Viegas e Silva	Chefe de Gabinete	01/01/2018 a 31/12/2018
1.3. Coordenações de Ensino	Supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU e participar de sessões do CONAD como representantes do Corpo Docente.	1. Edilson Vitorelli Diniz Lima (MPF)	Coordenador de Ensino	01/01/2018 a 31/12/2018
		2. Daniela Ribeiro Mendes (MPT)		01/01/2018 a 31/12/2018
		3. Clauro Roberto de Bortolli (MPM)		01/01/2018 a 31/12/2018
		4. Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja (MPDFT)		01/01/2018 a 31/12/2018
2. Outros Órgãos Colegiados:	Discutir sobre cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU e propor a política institucional no que	1. Odím Brandão Ferreira (Subprocurador-Geral da República)	Membro efetivo	01/01/2018 a 31/12/2018

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
2.1. Câmara de Desenvolvimento Científico	tange a projetos de pesquisa científica aplicada.	2. Walter Claudius Rothenburg (Procurador Regional da República)		01/01/2018 a 31/12/2018
		3. Bruno Gomes Borges da Fonseca (Procurador do Trabalho na 17ª Região)		01/01/2018 a 31/12/2018
		4. Alessandro Santos de Miranda (Procurador do Trabalho)		01/01/2018 a 31/12/2018
		5. Cláudio Martins (Promotor de Justiça Militar)		01/01/2018 a 31/12/2018
		6. Nelson Lacava (Promotor de Justiça Militar)		01/01/2018 a 31/12/2018
		7. Pedro Thomé de Arruda Neto (Promotor de Justiça)		01/01/2018 a 31/12/2018
		8. Fabiana de Assis Pinheiro (Promotor de Justiça)		01/01/2018 a 31/12/2018
2.2. Câmara Editorial	Examinar o conteúdo e a forma dos projetos de publicações de caráter científico, sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU, além de propor a modalidade e a prioridade de publicação e tiragem da obra.	1. Antônio do Passo Cabral (MPF) - Coordenador	Membro efetivo	01/01/2018 a 31/12/2018
		2. Geisa de Assis Rodrigues (MPF)		01/01/2018 a 31/12/2018
		3. Antônio Henrique Graciano Suxberger (MPDFT)		01/01/2018 a 31/12/2018
		4. Maria Rosynete de Oliveira Lima (MPDFT)		01/01/2018 a 31/12/2018

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		5. Elaine Noronha Nassif (MPT)		01/01/2018 a 31/12/2018
		6. Virgínia Leite Henrique (MPT)		01/01/2018 a 31/12/2018
		7. Nelson Lacava (MPM)		01/01/2018 a 31/12/2018
		8. Selma Pereira de Santana (MPM)		01/01/2018 a 31/12/2018
2.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Responsável pelo processo de avaliação institucional da ESMPU. Além disso, a CPA emite recomendações para o aperfeiçoamento institucional e acadêmico da ESMPU e realiza o acompanhamento das metas e objetivos previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional.	1. Ulisses Dias de Carvalho	Coordenador	01/01/2018 a 31/12/2018
		2. Flávio Paixão de Moura Júnior	Membro efetivo	01/01/2018 a 31/12/2018
		3. Najla Nassif Palma		
		4. Cláudia Maria Ramos		
		5. Leila Pagnozzi		
		6. Renata Souza Mendes		
2.4 Câmara de Ensino	Planejar e desenvolver atividades acadêmicas e de extensão comuns aos quatro ramos.	1. João Akira Omoto (ESMPU)	Presidente	01/01/2018 a 31/12/2018
		2. Edilson Vitorelli Diniz Lima (MPF)	Membro efetivo	
		3. Gustavo Kenner Alcantara (MPF)		
		4. Daniela Ribeiro Mendes (MPT)		

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		5. Emerson Albuquerque Resende (MPT)		
		6. Clauro Roberto de Bortolli (MPM)		
		7. Ana Carolina Scultori da Silva Teles (MPM)		
		8. Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja (MPDFT)		
		9. Pedro Thomé de Arruda Neto (MPDFT)		
3. Secretaria de Planejamento e Projetos	Articular as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU, propor e avaliar planos, programas e projetos estratégicos e operacionais.	Volker Egon Bohne	Secretário	Desde 29/12/2011
4. Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional	Supervisionar o registro acadêmico; o desenvolvimento da produção editorial e gráfica; o serviço de biblioteca; e a infraestrutura e a logística das atividades acadêmicas e de eventos institucionais.	Nelson de Sousa Lima	Secretário	Desde 29/12/2011
5. Secretaria de Administração	Gerenciar as atividades relacionadas a planejamento e gestão orçamentária e financeira, ordenação de despesas e gestão de pessoas; serviços administrativos; compras e contratações; material e patrimônio; obras e serviços de engenharia.	Sonia Márcia Fernandes Amaral	Secretária	De: 04/02/2014 a 10/01/2019
		Ivan de Almeida Guimarães	Secretário	Desde 10/01/2019
6. Secretaria de Tecnologia da Informação	Supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação	Moises Jacobino de Moraes	Secretário	Desde 06/04/2015

2.4 Organograma

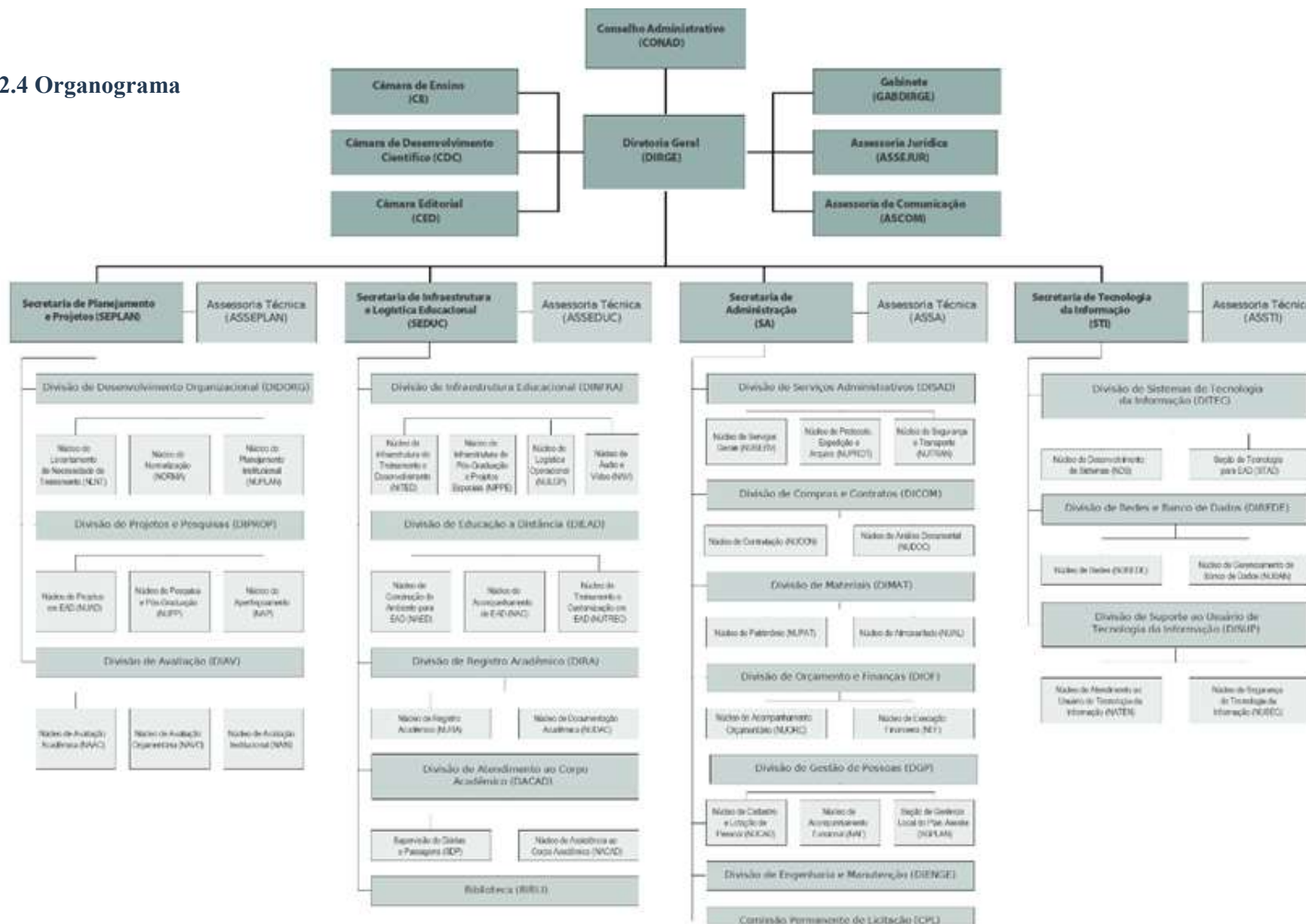


Figura 1 - Organograma ESMPU

2.5 Ambiente de atuação (interno e externo)

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é órgão público federal, diretamente vinculado à Procuradora-Geral da República. As ações de capacitação são conduzidas pela ESMPU em consonância com as necessidades apontadas pelos ramos do Ministério Público da União e concentram esforços para elevar o nível de eficiência no trabalho, tendo como base a formação continuada.

Conforme exposto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a ESMPU busca ir além do papel que lhe preconizam a Emenda Constitucional nº 45/2004 e a Lei nº 11.415 de 15/12/2006 – que atrelam a progressão funcional e promoção dos membros e servidores na carreira a cursos de aperfeiçoamento. Pretende estruturar suas ações de apoio aos membros e servidores do MPU para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, proteção, defesa, e também da reparação das violações, de modo a formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios da cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, indignação, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade, tendo o Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

A produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional. Existe uma relação direta entre as atividades desenvolvidas pela Escola, os setores públicos e produtivos, as instituições sociais, culturais e educativas, além de uma política de formação de pesquisadores e de educadores para o ensino.

Em 2018 houve incremento na quantidade de cursos, em especial nas atividades de extensão – como seminários e simpósios – o que permitiu o aumento na quantidade de pessoas capacitadas e a interação da ESMPU com o público externo. Os cursos de aperfeiçoamento da área administrativa são oferecidos, prioritariamente, na modalidade a distância.

O desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa que abordem temas de relevante interesse para o MPU além de ser um dos pilares fundamentais de uma instituição de ensino, é, também para a Escola, um dos quatro objetivos consignados em sua Lei de criação. Os projetos de pesquisa são voltados à inovação e ao aperfeiçoamento das ações finalísticas do MPU, portanto, são pesquisas aplicadas, conduzidas ao longo da existência da Escola. A proposição pode ser feita por membros e servidores em atividade no MPU, de forma individual ou coletiva, de acordo com regulamento próprio. Esses projetos têm como objetivos o desenvolvimento e a capacitação do corpo funcional do Órgão, bem como o incentivo à produção de conhecimento jurídico e à promoção da

interdisciplinaridade com outras áreas do saber. O objeto da Pesquisa Científica Aplicada (PCA) deve ser correlato à temas de interesse institucional, tais como assuntos relacionados às diversas áreas do Direito ou à natureza, história e estudo de caso dos órgãos ligados, direta ou indiretamente, ao Ministério Público da União.

Em 2018 foi aprovada pelo Conselho de Administração da ESMPU (CONAD) a linha de pesquisa “A promoção dos Direitos Fundamentais pelo Ministério Público da União” além dos eixos temáticos e transversais.

Figura 2 - Linha e eixos de pesquisa ESMPU



As publicações da ESMPU visam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para todos os ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores, assim como por colaboradores externos. Dessa forma, publica e divulga boletins científicos, resenhas, dissertações e teses acadêmicas, com ênfase na área jurídica.

A ESMPU também celebra acordos de cooperação com diversas instituições, incluindo as internacionais, com o objetivo de estimular o intercâmbio em áreas de interesse mútuo. Busca-se o aprimoramento do quadro, bem como o apoio a atividades relacionadas com as mais diversas áreas de atuação do MPU.

Em síntese, a ESMPU apresenta-se no cenário da Administração Pública como um “espaço plural de reflexão crítica e dialógica do MPU, internamente e com a sociedade, para construir, disseminar e aplicar saberes com o objetivo de concretizar para todas e todos, os Direitos Fundamentais e o Estado Democrático de Direito”. Nesse sentido, busca contribuir para a promoção da ética e da cidadania, para a consolidação da democracia e para a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão e o desenvolvimento social. Seu trabalho é comprometido com a qualidade dos seus cursos, programas e projetos, objetivando os conhecimentos necessários para proporcionar aos discentes uma atuação institucional mais efetiva.

2.6 Modelo de Negócios (cadeia de valor)

No ANEXO I estão descritos, por meio de infográficos, a cadeia de processos estratégicos, finalísticos e de apoio ou suporte.

2.7 Macroprocessos Finalísticos

Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gerir Atividades acadêmicas	Detalha a gestão das atividades acadêmicas, compreendendo: a) Planejar atividades acadêmicas. Formatar Plano Anual de Atividades. Administrar atividades de aperfeiçoamento EAD. Administrar atividades de aperfeiçoamento presencial. b) Administrar atividades de extensão. Administrar atividades de Pós-Graduação. Avaliar atividades acadêmicas (por atividade). c) Avaliar a qualidade do processo das atividades acadêmicas.	• Plano de Atividades. • Projetos pedagógicos. • Planejamento dos custos das atividades acadêmicas. • Relatório de Avaliação das Atividades Acadêmicas.	Membros e Servidores do Ministério Público da União.	• Diretoria-Geral • Conselho Administrativo - Secretaria de Planejamento e Projetos • Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional • Secretaria de Administração
Gerir Pesquisas Científicas Aplicadas	Detalha a gestão dos projetos de pesquisas científicas aplicadas, compreendendo: a) Planejar pesquisas científicas aplicadas. b) Administrar pesquisas científicas aplicadas. c) Avaliar a qualidade do processo das pesquisas científicas aplicadas.	• Projetos de Pesquisas. • Plano de Pesquisas. • Relatórios Parcial e Final das Pesquisas Científicas Aplicadas.	Membros e Servidores do Ministério Público da União	• Diretoria-Geral • Conselho Administrativo - Câmara de Desenvolvimento Científico • Secretaria de Planejamento e Projetos • Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional
Gerir atividades de extensão	Detalha a gestão das atividades de extensão, compreendendo:	• Plano de Atividades de Extensão.	Membros e Servidores do Ministério	• Diretoria-Geral

	a) Planejar atividades de extensão. Formatar Plano Anual de Atividades de Extensão. b) Administrar atividades de extensão Avaliar atividades acadêmicas (por atividade). c) Avaliar a qualidade do processo das atividades de extensão.	• Projetos pedagógicos. • Planejamento dos custos das atividades de extensão. • Relatório de Avaliação das Atividades de extensão.	Público da União e público externo.	• Conselho Administrativo Secretaria de Planejamento e Projetos • Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional • Secretaria de Administração
Gerir Publicações	Detalha a gestão das publicações, compreendendo: a) Planejar publicações. b) Administrar publicações. c) Avaliar processo de publicação.	• Publicações.	Membros e Servidores do Ministério Público da União	• Diretoria-Geral • Conselho Administrativo Câmara Editorial • Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1 Planejamento estratégico

A ESMPU, por ser uma instituição de ensino de Pós-Graduação, descreve o seu planejamento estratégico no documento Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, exigência do Ministério da Educação – MEC para as escolas de governo a serem credenciadas e reconhecidas como legítimas em sua oferta educacional. O PDI é o documento que sistematiza a previsão e implementação do planejamento, do desenvolvimento, da avaliação e da gestão da escola de governo¹.

O PDI vigente² abrange o período de 2015 a 2019 e busca o alinhamento das mais diferentes áreas da Escola – do administrativo ao pedagógico – considerando fatores como a infraestrutura, o clima de trabalho, os mecanismos de auto avaliação e o próprio funcionamento da Escola como instituição, importantes para o alcance de resultados.

O plano apresenta, portanto, o perfil institucional, contemplando as finalidades previstas na lei de criação da ESMPU, os objetivos e metas, as áreas de atuação acadêmica e as políticas de ensino, de extensão e de pesquisas. Esse arcabouço foi construído a partir de uma análise de ambientes interno e externo, metas e resultados esperados, que oferecem diretrizes para a gestão.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos

As metas estabelecidas para a ESMPU visam alcançar a excelência na gestão e, por isso, tiveram como base os princípios constitucionais da Administração Pública e, como pilares, os fundamentos da excelência gerencial:

1. Legalidade (liderança e constância de propósitos, responsabilidade social);
2. Impessoalidade (controle social, pensamento sistêmico, geração de valor);
3. Moralidade (foco no cidadão e na sociedade);
4. Publicidade (aprendizado organizacional; orientação por processos e informações; gestão participativa); e
5. Eficiência (visão de futuro e cultura da inovação).

¹ BRASIL, Ministério da Educação. Especificidades do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para as Escolas de Governo – documento orientador. Brasília, 2016

² Acessível em: <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdi-2015-2019/pdi-2015-2019.pdf>

Considerando esses fundamentos e o resultado da análise do ambiente, buscou-se o refinamento da gestão da ESMPU, visando ao equilíbrio entre as competências da Instituição e as exigências dos ambientes interno e externo, sem perder de vista o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU)³, e o atendimento das dez dimensões trazidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com as devidas adaptações para a realidade da Escola:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

³ Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. De acordo com o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados: a liderança, a estratégia e o controle. A cada um deles foi associado um conjunto de componentes que contribuem direta, ou indiretamente, para o alcance dos objetivos. São eles: (a) pessoas e competências; (b) princípios e comportamentos; (c) liderança organizacional; (d) sistema de governança; (e) relacionamento com partes interessadas; (f) estratégia organizacional; (g) alinhamento transorganizacional; (h) gestão de riscos e controle interno; (i) auditoria interna; e (j) accountability e transparência.

Estão estabelecidas 25 (vinte e cinco) metas para o quinquênio 2015-2019, agrupadas de acordo com os oito critérios do Modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ4, substituindo “Clientes” por “Cidadãos”:

1. Liderança
2. Estratégias e planos
3. Cidadãos
4. Sociedade
5. Informações e conhecimento
6. Pessoas
7. Processos
8. Resultados

Este último critério não tem metas exclusivas. Ao contrário: ele está inserido em todas as metas.

As metas e as ações planejadas para 2018 constam no PDI 2015-2019. Para cada meta foram definidas macro atividades e planejado o cronograma de execução.

Ademais, para executar essas metas, e após avaliação diagnóstica da atuação da ESMPU, a Gestão 2018/2020 estabeleceu algumas prioridades, alcançando os resultados a seguir demonstrados:

Quadro 4 - Prioridades x Resultados da gestão em 2018

PRIORIDADES	RESULTADOS PRINCIPAIS
Construção da nova sede da ESMPU;	Retomada das obras, com previsão de conclusão em 2019;
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024;	Realização dos primeiros grupos de discussão, com a definição da Visão e de Objetivos Estratégicos.
Desenvolvimento de um plano de ação para transversalizar a perspectiva de gênero e não discriminação racial nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da ESMPU;	Capacitação de todos os colaboradores da ESMPU; realização de oficinas com a sociedade civil; adequação dos projetos pedagógicos com vistas a contemplar essa perspectiva; consideração da equidade de gênero na escolha dos orientadores pedagógicos dos cursos.

⁴ A entidade sem fins lucrativos foi criada para administrar o Prêmio Nacional da Qualidade® (PNQ), em 1991. Com trajetória marcada pela busca das melhores práticas da gestão para o aumento da competitividade das organizações e do Brasil. Em 2005, a Fundação promoveu uma ampla reestruturação, passando a se chamar Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Institucionalização de instrumentos de acompanhamento da oferta acadêmica e da execução orçamentária da ESMPU, por meio uma metodologia de Business Intelligence;	Revisão dos sistemas institucionais e das bases de dados; aquisição de ferramenta de business intelligence; capacitação dos servidores da ESMPU.
Estruturação da pesquisa científica aplicada na ESMPU;	Estabelecimentos da linha e eixos temáticos e transversais de pesquisa científica aplicada; institucionalização de grupos de pesquisa na ESMPU.
Reformulação da política editorial da ESMPU;	Definição de estratégias para estimular a publicação científica e sistematizar a produção intelectual da ESMPU.
Sistematização do protocolo de celebração de acordos de cooperação;	Elaboração de manual de procedimentos para celebração de acordos de cooperação; retomada do projeto ‘Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados’, decorrente da cooperação entre entes do Brasil e de Moçambique.
Modernização de processos e sistemas da ESMPU;	Criação do Comitê de Modernização; mapeamento das prioridades de modernização.
Ampliação das ofertas de atividades de extensão;	Criação da Câmara de Ensino; incremento de 150% na oferta de atividades de extensão.
Regionalização da ESMPU.	Criação de 5 centros de apoio da ESMPU nas cidades: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Belém. Planejamento de atividades acadêmicas a acontecer nesses centros.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Por ser uma instituição de ensino, o planejamento estratégico da ESMPU está expresso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019. Metas foram estabelecidas e indicadores de desempenho foram criados para mensuração do alcance de cada meta, além de possibilitar o monitoramento e avaliação das ações e dos resultados esperados. O desdobramento das estratégias é realizado por meio de Planos de Ação e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), elaborados pelas unidades que compõem a ESMPU. Esse instrumento permite o acompanhamento das ações empreendidas pelas áreas para alcance das metas. Além de permitir o desenvolvimento da cultura de planejamento em níveis estratégico, tático e operacional, favorece o controle dos resultados e o tratamento de desvios, sistematizados em relatórios anuais⁵.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A ESMPU se organiza física e administrativamente para o quinquênio 2015-2019, para fazer frente ao desafio autoproposto e cumprir a missão de “Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU, para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de

⁵ O Relatório da Execução do PDI 2015-2019 pode ser acessado no Anexo II deste Relatório.

suas funções institucionais”. Para tanto, apoia-se nos objetivos institucionais e nas políticas de ensino, assim como em metas que se articulam com mecanismos de acompanhamento e avaliação. Os órgãos da ESMPU que apoiam as atividades acadêmicas e contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são:

- O Conselho Administrativo (CONAD);
- A Diretoria-Geral;
- As Coordenações de Ensino;
- A Câmara de Ensino;
- A Câmara de Desenvolvimento Científico;
- A Câmara Editorial;
- A Secretaria de Planejamento e Projetos;
- A Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional;
- A Secretaria de Administração e;
- A Secretaria de Tecnologia da Informação.

Para cada uma das metas estabelecidas no PDI 2015-2019 (plano estratégico da ESMPU), está designada a área responsável pelo seu alcance. À luz dessas metas, as áreas da ESMPU elaboram os respectivos planos de ação, onde descrevem as ações empreendidas para execução das macro atividades e das metas estabelecidas no plano estratégico, bem como a previsão de conclusão e o resultado esperado. Essas ações consistem em programas, projetos, prioridades e atividades executadas no âmbito das secretarias.

Quanto à gestão da Tecnologia da Informação – TI, a ESMPU dispõe do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), instrumento responsável pela avaliação da situação atual e pela exposição do que a instituição almeja quanto à gestão de TI. O PDTI 2017-2018 ⁶ está alinhado com o PDI 2015-2019.

⁶ Acessível em https://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdti-2017-2018/PDTI_2017_2018_1.0.pdf

https://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdti-2017-2018/PDTI_2017_2018_1.0.pdf

3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento da execução e dos resultados das metas previstas no PDI da ESMPU é anual, sendo realizado por meio do acompanhamento da execução das macroatividades elencadas para cada meta diretamente com as áreas envolvidas. Na estrutura organizacional da ESMPU, há duas áreas responsáveis pelo monitoramento: a Divisão de Desenvolvimento Organizacional, que acompanha a execução do PDI, e a Divisão de Avaliação, que avalia as ações empreendidas.

Uma instância de controle interno na ESMPU é a Comissão Própria de Avaliação, que tem a finalidade de conduzir os processos de avaliações institucionais da Escola, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelos órgãos competentes. Sua composição contempla a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Os membros são escolhidos para um mandato de dois anos. Ademais, na estrutura do MPU há a AUDIN, responsável por realizar auditoria interna nas unidades componentes do Ministério.

Os instrumentos para monitoramento são os planos de ações de cada secretaria da Escola, que servem para acompanhamento de resultados e posicionamento. As informações coletadas são consolidadas em relatórios de auto avaliação institucional, exigência do MEC a escolas de governo, e em relatórios de execução do PDI, Anexo II deste Relatório.

3.1.5 Desempenho operacional

O Desempenho operacional da ESMPU está relacionado diretamente com a sua capacidade de cumprir a sua missão institucional. A medição do desempenho ocorre por meio de indicadores, e por meio do acompanhamento da execução das macroatividades relacionadas às metas previstas no PDI, cujo relatório de execução consta do **Anexo II**.

3.2 Descrição das estruturas de governança

a) Conselho Administrativo (CONAD)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao Conselho Administrativo (CONAD) compete:

- I. Gerir as atividades da ESMPU;

- II. Emitir parecer conclusivo sobre a proposta de Regimento Interno, submetendo-a à aprovação do Procurador-Geral da República;
- III. Avaliar a organização e funcionamento dos serviços administrativos;
- IV. Fixar a política de pessoal da ESMPU;
- V. Deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente da ESMPU;
- VI. Emitir parecer conclusivo sobre Relatório e Balanços anuais da ESMPU, submetendo-os à aprovação do Procurador-Geral da República;
- VII. Aprovar o plano de atividades, bem como o orçamento correspondente;
- VIII. Autorizar contratações de serviços de profissionais especializados para atender às exigências de trabalho técnico na ESMPU;
- IX. Opinar sobre a realização de convênios;
- X. Apreciar e decidir a indicação de candidatos à docência na ESMPU;
- XI. Decidir sobre propostas de realização e apoio a cursos e eventos;
- XII. Conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino;
- XIII. Estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis;
- XIV. Acompanhar e avaliar o resultado dos recursos financeiros aplicados;
- XV. Aprovar proposta de alteração do Regimento Interno da ESMPU e encaminhá-la ao Procurador-Geral da República;
- XVI. Deliberar, por voto de dois terços de seus membros, sobre o envio ao Procurador-Geral da República de proposta de elaboração de projeto de lei para a extinção da ESMPU;
- XVII. Constituir Câmara Editorial para a edição de temas de interesse da ESMPU;
- XVIII. Apreciar e decidir a indicação dos integrantes das Câmaras da ESMPU; e
- XIX. Deliberar sobre a dispensa de titulação acadêmica do Docente.

b) Diretoria Geral (DIRGE)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

À Diretoria Geral (DIRGE) compete:

- I. Exercer as funções de gestão no âmbito da ESMPU;
- II. Subsidiar o CONAD na tomada de decisões.

c) Coordenação de Ensino para cada ramo do Ministério Público da União (MPU)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

Às Coordenações de Ensino (CE) compete:

- I. Supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU;
- II. Submeter à aprovação do CONAD as atividades acadêmicas e de extensão;
- III. Coordenar os trabalhos de comissões instituídas para finalidades específicas que envolvam assuntos e interesses da área de ensino;
- IV. Participar de sessões do CONAD, como representantes do Corpo Docente.

d) Câmara de Ensino (CE)

Base normativa: Resolução CONAD nº 05, de 27 de novembro de 2018.

Forma de atuação: Colegiado composto pelos coordenadores de ensino dos ramos do MPU e o Diretor-Geral da ESMPU, que a preside.

À Câmara de Ensino (CE) compete:

- I. Planejar ações educacionais sobre aspectos relevantes e holísticos ao MPU;
- II. Proporcionar o diálogo e integração entre ramos do MPU;
- III. Coordenar programas de extensão;
- IV. Reforçar e integrar os eixos ensino, pesquisa e extensão;
- V. Prospectar atividades decorrentes de acordos de cooperação.

e) Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CDC – Aprovado pela Portaria n.74, de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC) compete:

- I. Discutir cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU, podendo, para tanto, instituir comissões;
- II. Propor a política institucional no que tange a projetos de pesquisa científica aplicada;
- III. Avaliar a relevância e a efetividade da pesquisa científica aplicada.

f) Câmara Editorial (CED)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CED – Aprovado pela Portaria n. 75 de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara Editorial (CED) compete:

- I. Examinar o conteúdo, a forma dos projetos de publicações de caráter científico e a sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU;
- II. Propor a modalidade de publicação e tiragem da obra;
- III. Definir os artigos que irão compor cada edição do Boletim Científico;
- IV. Propor ao Diretor-Geral a prioridade das publicações da ESMPU.

g) Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Base normativa: Regulamento da CPA – Aprovado pela Portaria n. 32 de 16/02/2016.

Forma de atuação: Colegiado.

À CPA compete:

- I. Desenvolver os processos avaliativos previstos na Lei 10.861/2004;
- II. Elaborar instrumentos e sistematizar os processos de avaliação institucional;
- III. Analisar os resultados da avaliação institucional;
- IV. Prestar informações sobre a avaliação institucional aos órgãos competentes.

h) Comitê Consultivo de Tecnologia da Informação (CTI)

Base normativa: Portaria ESMPU n. 118 de 14/10/2015.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao CTI compete:

- I. Apreciar proposta de Estratégica de Tecnologia da Informação (ETI) e proposta de plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que deverão observar as orientações técnicas das Secretarias da ESMPU e deverão manter conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II. Acompanhar a evolução da Estratégia de Tecnologia da Informação (ETI) e execução do plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- III. Apreciar e monitorar o Plano de Investimentos, Custeio e Serviços relacionados à Tecnologia da Informação;
- IV. Apreciar e monitorar projetos de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação;
- V. Estabelecer prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação;
- VI. Divulgar cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária do CTI;
- VII. Propor a criação de Grupos de Trabalho (GT) para aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos às ações do CTI e indicar os coordenadores que forem designados pelos membros do Comitê.

i) Comitê Consultivo de Projetos Estratégicos (CCPE)

Base normativa: Resolução nº 06 de 09/11/2016.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao CCPE compete:

- I. Avaliar as propostas de projetos estratégicos conforme critérios estabelecidos no art. 25;
- II. Propor ao CONAD a priorização de projetos estratégicos;
- III. Sugerir ao Diretor-Geral mudanças no cronograma dos projetos de especial interesse da administração, mediante justificativa;
- IV. Sugerir ao CONAD a suspensão ou o cancelamento de um projeto de especial interesse da administração, mediante justificativa;
- V. Sugerir ao Diretor-Geral substituição de integrante da equipe de projeto de especial interesse da administração, mediante justificativa;
- VI. Emitir parecer sobre proposições referentes a alterações de escopo dos projetos de especial interesse da administração, encaminhando-o ao CONAD, para aprovação;
- VII. Validar os planos de projeto de especial interesse da administração;
- VIII. Validar os relatórios de resultados e termo de encerramento de projetos de especial interesse da administração e encaminhá-los ao CONAD para aprovação.

3.3 Atuação da unidade de auditoria interna

O ambiente de atuação de um órgão de controle é complexo, dinâmico e demanda adentrar em várias áreas dos saberes humanos, para aferir a conformidade e, em última análise, o atendimento do interesse público. Além dos aspectos legais, tem como propósito de suas ações o aperfeiçoamento da gestão na obtenção de melhores resultados e na busca contínua pela excelência e plena otimização dos processos de trabalho. Nesse aspecto, as atribuições da Auditoria Interna do MPU decorrem diretamente dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e visa dotar o Poder Público de mecanismos de proteção do interesse público tutelado. Corrobora esse múnus público o § 2º do art. 23 da Lei Complementar nº 75, de 1993.

Nesse sentido, a Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), órgão de controle interno do Ministério Público da União, dirigida pelo Auditor-Chefe, é responsável pelas fiscalizações e auditorias realizadas no Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Militar e, ainda, Escola Superior do MPU, consoante o art. 1º do Regimento Interno da AUDIN-MPU, aprovado pela Portaria PGR nº 53, de 29 de maio de 2017.

Nesse prisma, a AUDIN-MPU tem as seguintes finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desse mister constitucional, a AUDIN-MPU está diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República (art. 1º, caput, do Regimento Interno da AUDIN-MPU), fato este que lhe confere independência para o desempenho de seu papel no tocante às auditorias e fiscalizações realizadas.

No tocante ao processo de auditoria propriamente dito, ressalta-se que os trabalhos são desenvolvidos segundo as diretrizes estabelecidas no Plano Geral de Auditoria e no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint), anexo III. Os escopos são previamente definidos segundo critérios de materialidade, relevância, criticidade, e em análise de riscos e na avaliação dos mecanismos de controles internos das unidades jurisdicionadas. Nesse iter, a governança das atividades de controle interno do MPU e o posicionamento hierárquico da AUDIN-MPU consagram

⁷ Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/PORTARIA-PGR-2017-53-REGIMENTO-INTERNO-AUDIN.pdf>

os quesitos objetividade e independência do órgão de controle interno, em plena harmonia com os princípios que lhes são aplicáveis.

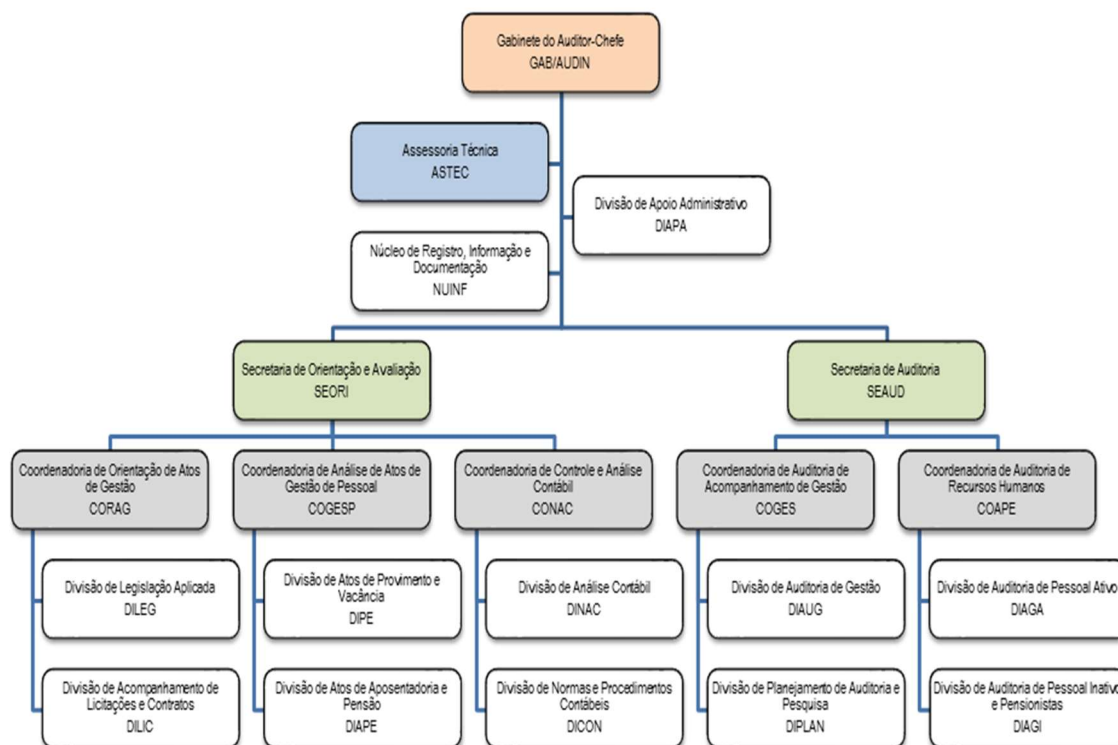
Nesse horizonte, no Paint, são evidenciadas as prioridades nas ações de fiscalização, o planejamento e a execução das auditorias, os itens requeridos pelo Tribunal de Contas da União e outros elementos de análise que irão compor os Relatórios de Auditoria de Gestão. Nesse documento também são elencadas a descrição das ações de auditoria, os objetos, os itens, o escopo, o local de realização, bem como a Secretaria e a coordenação a qual se vincula a equipe de auditoria que realizará a inspeção por meio de fiscalização à distância ou in loco. Por fim, no Paint, as unidades jurisdicionadas são escolhidas segundo os critérios técnicos preestabelecidos e, após, é apresentado o cronograma das atividades de auditoria. O cronograma das unidades selecionadas para receber a visita técnica dos auditores também é divulgado na página www.auditoria.mpu.mp.br.

Para facilitar a compreensão dos trabalhos de auditoria, a AUDIN-MPU disponibiliza em seu sítio eletrônico o Manual de Auditoria⁸ (elaborado pela equipe da própria AUDIN-MPU). Esse instrumento de trabalho serve também de apoio ao gestor que tem a possibilidade de saber, de antemão, os métodos e técnicas aplicáveis aos trabalhos de auditoria, bem como as regras de conduta que pautam a atuação do auditor.

A escolha do Auditor-Chefe é prerrogativa do Procurador-Geral da República e trata-se de cargo técnico de livre nomeação e exoneração. Não há um critério específico definido em regulamento ou no próprio Regimento Interno, sendo desejável que a escolha recaia entre auditores da carreira de finanças e controle do Ministério Público da União. A AUDIN-MPU, comandada pelo Auditor-Chefe, está estruturada em duas secretarias. A Secretaria de Orientação e Avaliação, responsável pelas orientações a respeito das áreas de gestão, administrativa, tributária, financeira, de pessoal, patrimonial, orçamentária; e pela fiscalização de registro de atos de admissão, aposentadoria e pensão perante o Tribunal de Contas da União, bem como pela fiscalização e auditoria contábil e financeira das demonstrações contábeis. A Secretaria de Auditoria é responsável pela fiscalização, auditorias e inspeção nas unidades do Ministério Público da União de todos os atos de gestão. A Audin-MPU tem ainda em sua estrutura uma divisão de apoio administrativo e um Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A estrutura organizacional da AUDIN-MPU está a seguir discriminada:

Figura 3 - Organograma da AUDIN-MPU



Ademais, são expedidos Relatórios de auditoria que evidenciam os achados e recomendações do Órgão de Controle Interno. Após a manifestação dos gestores das Unidades auditadas, são expedidas Notas de Auditoria, contendo a avaliação deste órgão de controle interno sobre a manifestação das Unidades. Tais documentos e recomendações são de conhecimento da alta administração que são os chefes administrativos das unidades e, a depender do grau de importância e impacto no órgão são levados também ao conhecimento da Procuradora-geral da República.

Anualmente, a Procuradora-Geral da República emite pronunciamento atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno do Ministério Público da União sobre o desempenho e a regularidade da gestão da unidade do Ministério Público que foi escolhida pelo TCU para ter o processo de contas constituído. Nesse prisma, de uma forma bastante integrada e sistemática, há boa comunicação, célere e eficiente, inclusive quanto às recomendações expedidas, entre a AUDIN-MPU e a Administração Superior, em relação a todos os ramos do Ministério Público da União. Nesse contexto, frise-se que as recomendações do Órgão de Controle Interno, via de regra, costumam ser observadas pelos gestores do MPU e cumpridas a contento.

A AUDIN-MPU atualmente passa por uma fase de modernização que visa ganhar celeridade e efetividade, bem como dotar o seu corpo técnico de mecanismos que garantam uma atuação mais eficaz e voltada para os resultados, com foco na análise da gestão de riscos e avaliação dos controles internos administrativos no âmbito das unidades prestadoras de contas.

Os resultados das ações de controle da AUDIN-MPU são disponibilizados no sítio eletrônico www.audin.mpu.mp.br.

3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativo

Durante o exercício de 2018 as atividades da ESMPU não foram objeto de correição pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

3.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

3.5.1 Apresentação

A função primordial da Assessoria de Comunicação (ASCOM) é levar as informações sobre as atividades acadêmicas, as publicações da editora e as ações institucionais da ESMPU ao público alvo: membros e servidores do MPU e sociedade civil. As atribuições da ASCOM são subdivididas nas áreas de comunicação interna e externa, sendo que ela ainda é responsável pela gestão da intranet e do portal da instituição na internet, pelos perfis nas redes sociais (Facebook, Twitter, YouTube e Flickr), pela atualização do Portal da Transparência, pela cobertura de eventos e pela produção de conteúdo audiovisual.

No âmbito da comunicação externa (para membros e servidores do MPU e sociedade), o setor dá publicidade às atividades-fim desenvolvidas, contribuindo para projetar a imagem do órgão como modelo de referência entre as Escolas de Governo.

A comunicação com membros e servidores ocorre por meio do envio de notícias/releases via e-mails, grupo privado no Facebook, grupos e listas de transmissão no WhatsApp. Além disso, todas as informações são disponibilizadas no portal <http://escola.mpu.mp.br> e enviadas para as Assessorias de Comunicação das unidades do MPU.

Para atingir a sociedade civil, a ASCOM utiliza as redes sociais (Facebook, YouTube, Twitter), com postagens direcionadas ao público-alvo. Também envia releases/notícias para entidades e organizações envolvidas com a temática da informação.

A comunicação interna com os colaboradores (servidores, estagiários e terceirizados) se dá por meio da divulgação de notícias internas, notas e comunicados via e-mail e intranet.

3.5.2 Relatório de atividades

Ao longo de 2018, a equipe da ASCOM foi responsável pela produção de 1047 produtos (15% a mais que em 2017) , divididos entre atualização do portal na internet e da intranet; produção do Boletim “ESMPU Informa”, enviado às segundas-feiras para membros e servidores do MPU; cobertura de eventos; registro fotográfico e edição de fotos; produção de ilustrações para editais de atividades acadêmicas e material gráfico para comunicação interna; produção e divulgação de notícias de interesse dos colaboradores da ESMPU; produção e divulgação de releases/notícias para o público externo (membros, servidores e sociedade;) produção e edição de vídeo; e produção de conteúdo para as redes sociais e monitoramento. Dentre as produções, 33% foram releases (345), 27,50% notícias internas (288) e 10,80% ilustração e material gráfico (113).

Abaixo, segue a lista dos produtos de comunicação elaborados pela ASCOM:

Direcionados a membros e servidores:

- a) Notícias/releases – publicadas no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>) e enviadas para as Assessorias de Comunicação das unidades do MPU;
- b) E-mails informativos para membros – para lista de e-mail de todos os membros do MPU;
- c) Boletim semanal “ESMPU Informa” – enviado a todos os membros e servidores do MPU, com informações sobre atividades com inscrições abertas e de acompanhamento das ações institucionais;
- d) Grupos de WhatsApp – voltados para membros dos quatro ramos do MPU, com informações sobre atividades com inscrições abertas e de acompanhamento das ações institucionais;
- e) Listas de transmissão no Whatsapp – voltadas para servidores dos quatro ramos do MPU, com informações sobre atividades com inscrições abertas e de acompanhamento das ações institucionais;
- f) Publicações no grupo privado no Facebook – voltado para membros e servidores do MPU, com informações sobre atividades com inscrições abertas;

- g) Campanhas de marketing – voltadas para membros e servidores sobre atividades da ESMPU que necessitam do envolvimento de todos colaboradores do MPU;
- h) Ilustrações – material utilizado na divulgação de releases no site da ESMPU.

Direcionados à sociedade em geral:

- a) Notícias – publicadas no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>);
- b) Conteúdo audiovisual institucional;
- c) Publicações de conteúdo em redes sociais (Facebook, Twitter e YouTube);
- d) Ilustrações para as redes sociais;
- e) Releases – enviados para entidades e organizações envolvidas com a temática da informação.

Direcionados aos colaboradores da ESMPU (servidores, terceirizados e estagiários):

- a) Notícias internas – publicadas na intranet e enviadas por e-mail;
- b) Roteiro cultural – dicas semanais de eventos culturais e filmes, publicado na intranet e enviado por e-mail;
- c) Campanhas internas;
- d) Fotos para crachás dos colaboradores;
- e) Ilustrações e material gráfico para internet.

3.5.3 Destaques operacionais

Dentre os produtos desenvolvidos, têm destaque os hotspots dos projetos de extensão, realizados em 2018, “30 anos da Constituição Cidadã e 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos” e “Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, integração e interiorização de refugiados e migrantes no Brasil”. O objetivo desses espaços era reunir todas as informações sobre os eventos realizados.

Além disso, buscando também dar maior publicidade às fotografias institucionais de interesse do público externo e permitir o compartilhamento dessas imagens com assessorias, jornalistas e demais interessados, a ASCOM inaugurou em julho de 2018 a conta da instituição no Flickr, que já reúne 990 fotos.

Em 2018, foram produzidos e editados seis vídeos institucionais, disponíveis no canal do YouTube da ESMPU:

- 1) Posse da diretoria da Escola Superior do Ministério Público da União - biênio 2018/2020;
- 2) Exposição Digital - "Água, barragens e trabalho humano";
- 3) Exposição Digital - "Água e povos indígenas";
- 4) Exposição digital "Identidade Indígena no Brasil Contemporâneo";
- 5) Semeando Cidadania: vídeo mostra atividade com crianças na ESMPU; e
- 6) Recortes de 2018

3.5.4 Canais de acesso do cidadão

Em 2018, a ESMPU buscou uma maior aproximação com a sociedade por meio de suas atividades de extensão (mesas-redondas, palestras, seminários, simpósios e oficinas).

Ao longo do ano, foram realizadas 91 atividades de extensão (frente a cinco em 2017) em Brasília e em mais sete cidades (Belém, São Paulo, Manaus, Recife, Boa Vista, Salvador e Rio de Janeiro), tratando de temas como direitos humanos, mulheres e o direito à água, direitos indígenas, reforma trabalhista, refugiados e migrantes, gênero e étnico-racial, lavagem de dinheiro, terceirização, meio ambiente e direitos socioambientais, "fake News", racismo e intolerância religiosa, acessibilidade, direitos sociais e proteção da criança e do adolescente. O resultado dessas iniciativas pode ser visto no vídeo institucional de fim de ano "Recortes de 2018".

Todas essas ações de interesse coletivo são noticiadas no site da ESMPU e divulgadas nos perfis do Facebook, Twitter e YouTube. Essas plataformas de interação digital tornaram-se canais de comunicação efetivas e de baixo custo para disseminação dos conhecimentos produzidos pela instituição (cursos, videoaulas, palestras, publicações) para o grande público. As redes sociais reforçam a estratégia tradicional de comunicação das atividades da Escola Superior. Pela facilidade de disseminação de conteúdo, as redes têm potencial para servir de veículo de diálogo, principalmente com a sociedade civil, um público bastante heterogêneo.

As contas oficiais tornaram-se importantes ferramentas de interação institucional e de disseminação das atividades de extensão.

- a) Twitter (@EscolaMPU - conta verificada) / 12,1 mil seguidores**

Criado em 2010

b) Facebook (<https://www.facebook.com/esmpu>) / 6,6 mil curtidas

Criado 2013

c) YouTube (<https://www.youtube.com/escolampu>) / 7,1 mil inscritos

Criado 2013

d) Flickr (<https://www.flickr.com/photos/esmpu>) / reúne 990 fotos

Para dar maior publicidade às fotografias institucionais de interesse do público externo e permitir o compartilhamento dessas imagens com assessorias, jornalistas e demais interessados, a ASCOM inaugurou em julho de 2018 a conta da instituição no Flickr

3.5.5 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O corpo acadêmico da ESMPU (corpo docente, discente e técnico administrativo e ao público externo) aprovou a atuação da instituição em 2018. Em Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da ESMPU, a instituição obteve 57,78% de aprovação (ótimo e bom), levando em consideração a média dos resultados obtidos em cinco eixos avaliativos (Planejamento e Desenvolvimento Institucional – 63,25%; Gestão Institucional – 63,25%; Corpo Social – 54,33%; Desenvolvimento Profissional – 54,33%; e Infraestrutura – 53,75%).

Dentro do eixo Gestão Institucional, docentes, discentes, corpo técnico e público externo avaliaram positivamente a comunidade interna e externa, o site e a divulgação das atividades acadêmicas oferecidas pela Escola. Com relação à comunicação da ESMPU (interna e externa), 71,5% a consideram ótima ou boa; 82,75% consideraram o site ótimo ou bom; e 78% avaliaram positivamente a divulgação das atividades. Integra do Relatório de Auto avaliação Institucional 2018.

Ainda, a fim de mensurar a efetividade dos canais de comunicação e divulgação, foi criada uma enquete online na plataforma de inscrições a ser respondida por todos aqueles que se cadastram nas atividades acadêmicas da Escola.

De acordo com a enquete respondida pelas 19.345 pessoas que se inscreveram em alguma atividade acadêmicas da ESMPU em 2018 (40% a mais que em 2017), 52% dos que inscreveram obtiveram a informação sobre a atividade por meio dos e-mails enviados da ASCOM e pelo boletim “ESMPU Informa”.

3.5.6 Carta de Serviços ao Cidadão

Pelo fato de a principal competência da ESMPU ser a capacitação de membros e servidores do MPU, a instituição não possui Carta de Serviços ao Cidadão.

3.5.7 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A ESMPU possui uma área de destaque em seu site destinada à transparência, atualizada conforme as recomendações previstas no “Manual do Portal da Transparência” do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A área “Transparência” é subdividida em:

- a) “Serviço de Informação ao Cidadão” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/sic>);
- b) “Licitações” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/licitacoes>);
- c) “Membros em Conselhos” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/transparencia/membros-em-conselhos/membros-em-conselhos.pdf>);
- d) “Concursos” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/concursos>);
- e) “Portal da Transparência” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/portal-da-transparencia>).
- f) “Perspectiva de gênero e étnico-racial” (<http://escola.mpu.mp.br/transparencia/perspectiva-de-genero-e-etnico-racial>)”

O “Portal da Transparência” reúne informações referentes a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos e convênios, gestão de pessoas, atividade-fim, planejamento estratégico, contracheque, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), publicação anual do SIC, sustentabilidade e contato.

3.5.8 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br/>) foi desenvolvido em consonância com as diretrizes de acessibilidade. Na parte superior do portal existe uma barra de acessibilidade onde se

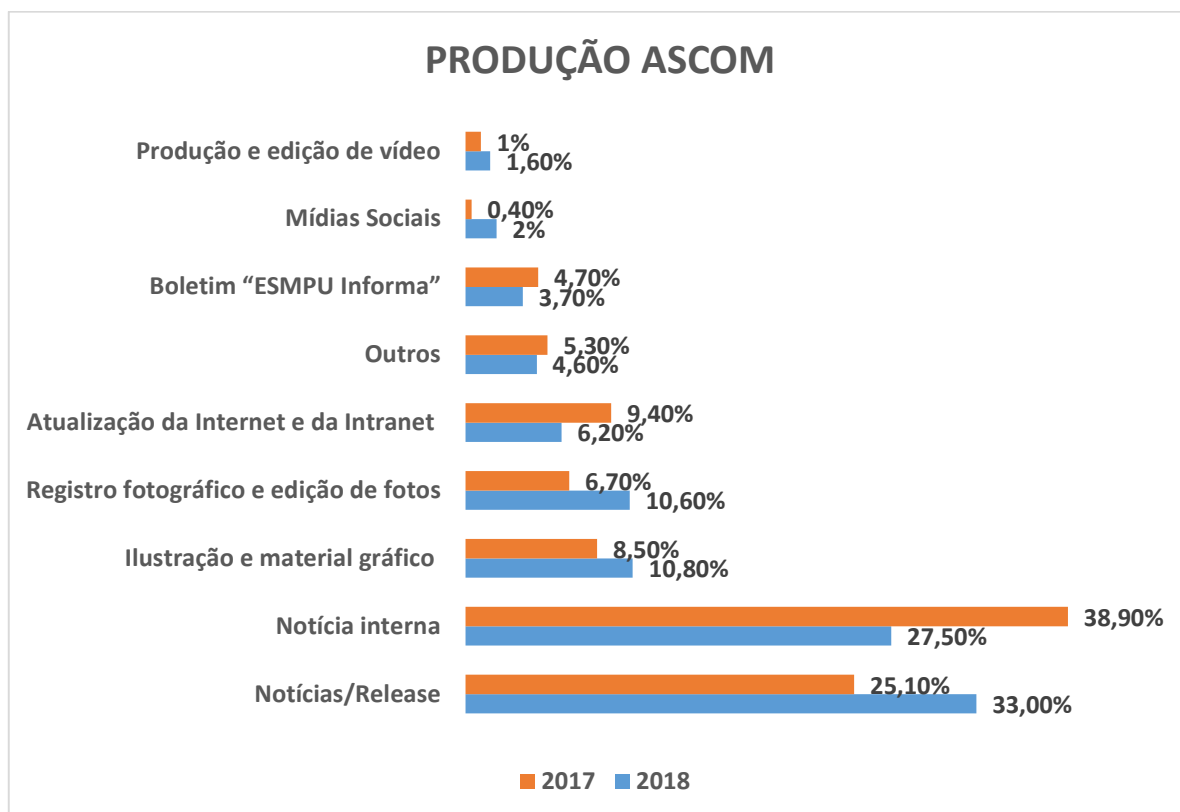
encontram atalhos de navegação para os ramos do Ministério Público da União e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.

Também foram incluídos atalhos para as seções do portal da ESMPU. As informações estão disponíveis na página sobre acessibilidade (<http://escola.mpu.mp.br/acessibilidade>), na qual ainda constam informações de leis e decretos sobre acessibilidade.

Quadro 5 - Produção ASCOM 2018

PRODUÇÃO ASCOM		
ATIVIDADE	2017	2018
Notícias/Release	228	345
Notícia interna	354	288
Ilustração e material gráfico	77	113
Registro fotográfico e edição de fotos	61	111
Atualização da Internet e da Intranet	85	65
Outros	48	48
Boletim “ESMPU Informa”	43	39
Mídias Sociais	4	21
Produção e edição de vídeo	9	17
Total	909	1047

Gráfico 1 - Produção ASCOM 2018



Quadro 6 - Esquete: Como você avalia a comunicação na ESMPU?

COMO VOCÊ AVALIA A COMUNICAÇÃO DA ESMPU (INTERNA OU EXTERNA)?						
	POSITIVA		NEUTRA	NEGATIVA		
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Desconheço/Não Sei
Corpo docente	36%	39%	15%	-	-	4%
Corpo discente	39%	45%	12%	-	-	-
Corpo técnico administrativo	23%	38%	23%	6%	10%	-
Público externo	26%	40%	14%	5%	-	14%
MÉDIA	31%	40,5%	16%	2,75%	2,5%	4,5%

Quadro 7 - Enquete: Como você avalia o site da ESMPU?

COMO VOCÊ AVALIA O SITE DA ESMPU, EM TERMOS DE FORMA, CONTEÚDO E ACESSO?						
	POSITIVA		NEUTRA	NEGATIVA		
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Desconheço/Não Sei
Corpo docente	36%	41%	14%	-	-	6%
Corpo discente	37%	48%	14%	-	-	-
Corpo técnico administrativo	40%	44%	8%	6%	-	-
Público externo	39%	46%	14%	-	-	-
MÉDIA	38%	44,75%	12,5%	1,5%	-	1,5%

Quadro 8 - Enquete: Como você avalia a divulgação das atividades acadêmicas oferecidas pela ESMPU?

COMO VOCÊ AVALIA A DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE ENSINO, DE PESQUISA E DE EXTENSÃO OFERECIDAS PELA ESMPU?						
	POSITIVA		NEUTRA	NEGATIVA		
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Desconheço/Não Sei
Corpo docente	33%	42%	8%	3%	-	13%
Corpo discente	42%	46%	8%	-	-	-
Corpo técnico administrativo	29%	44%	23%	-	-	-
Público externo	36%	40%	13%	6%	-	3%
MÉDIA	35%	43%	13%	2,25%	-	4%

Quadro 9 - Enquete: Como ficou sabendo do curso?

ENQUETE: COMO FICOU SABENDO DO CURSO?		
CANAL DE DIVULGAÇÃO	2017	2018
E-mail encaminhado pela ASCOM e Boletim “ESMPU Informa”	7509	10.154
Página da ESMPU na Internet	3330	4715
Indicação de colegas	1121	1775
Outros	686	918
WhatsApp	564	766
Página do órgão de origem	361	756
Facebook	218	261
TOTAL	13.789	19.345

Gráfico 2 - Enquete: Como ficou sabendo do curso?

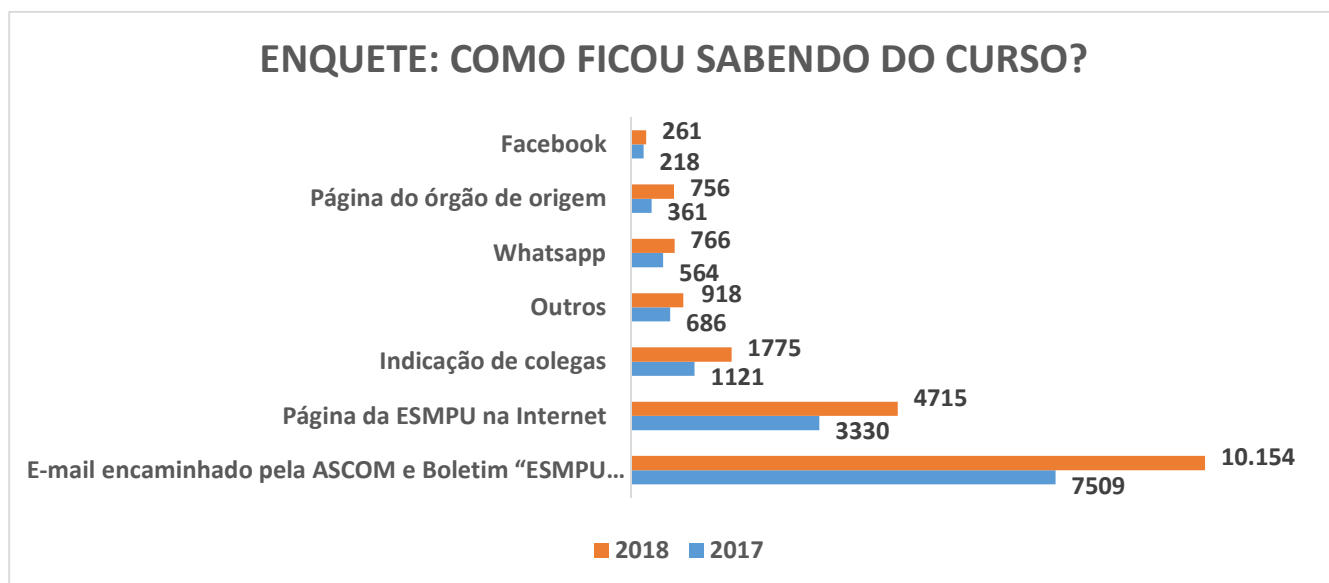
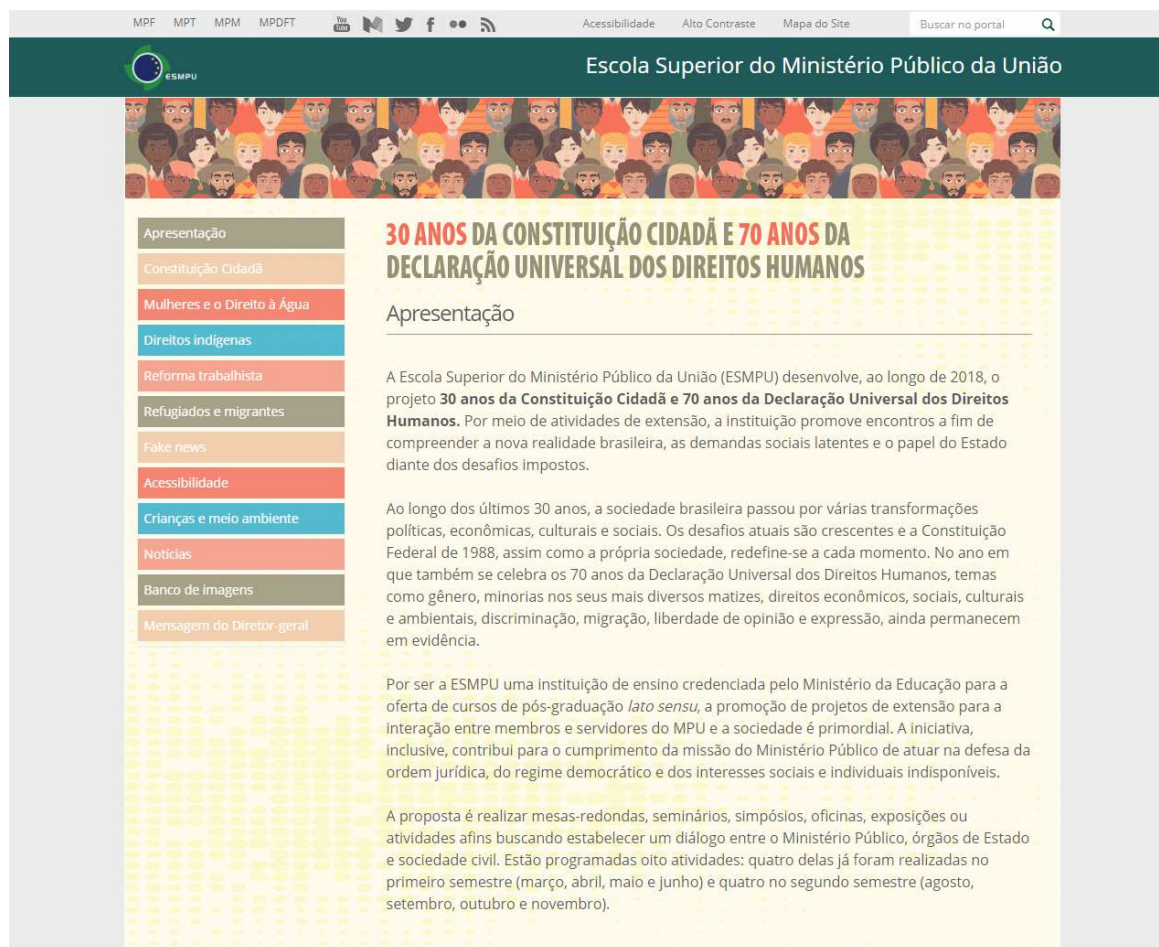


Figura 4 - Hotsite "Constituição Cidadã"



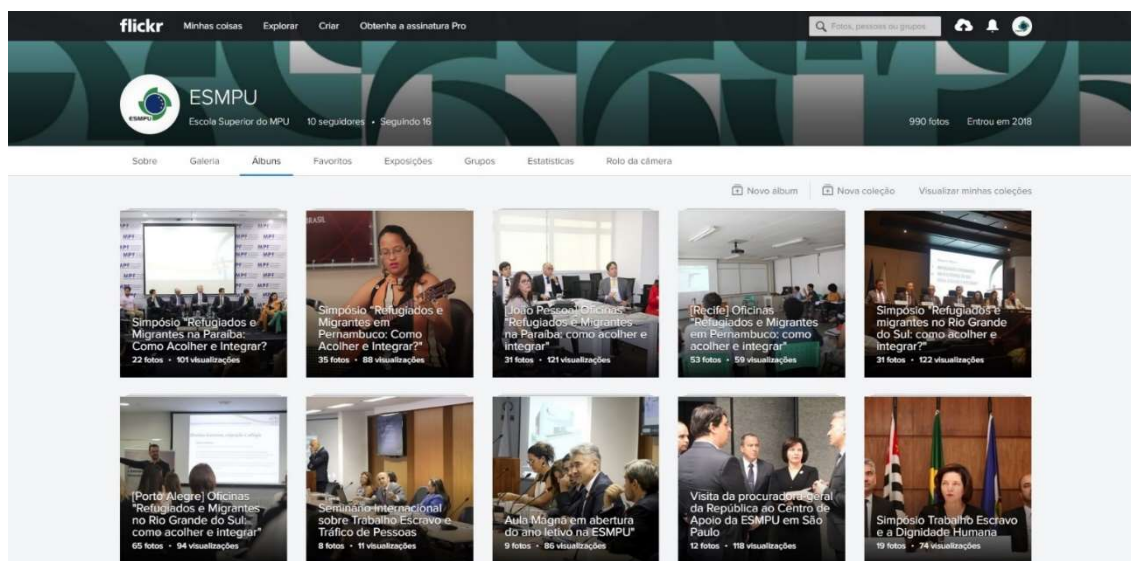
<http://escola.mpu.mp.br/h/constituicao-cidada>

Figura 5 - Hotsite “Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes”



<http://escola.mpu.mp.br/h/rede>

Figura 6 - Site ESMPU - Flickr



<https://www.flickr.com/photos/esmpu>

4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

As instâncias que realizam controle interno na ESMPU são:

a) Auditoria Interna do MPU, que tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União, e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

b) Comissão Própria de Avaliação da ESMPU, que realiza avaliação periódica das diferentes frentes de atuação e gestão da Escola, analisa resultados e tece recomendações à Administração Superior da ESMPU.

Além desses órgãos, a ESMPU dispõe de duas divisões em sua estrutura organizacional (Divisão de Desenvolvimento Organizacional e a Divisão de Avaliação) responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das ações da Escola relacionadas aos objetivos estratégicos. O acompanhamento e controle dessas ações permite a verificação de desvios e tomada de decisões pela Administração Superior, e garantem a eficácia e a eficiência das operações frente aos objetivos traçados, gerindo riscos.

A gestão de riscos é realizada no âmbito dos projetos que são desenvolvidos para alcance das metas previstas no PDI. No plano de cada projeto são informados os riscos identificados, as consequências da ocorrência dos riscos, a classificação do impacto do risco (se baixo, médio, alto ou muito alto), a resposta planejada (se mitigar, evitar, transferir ou aceitar o risco) e a ação empreendida em resposta ao risco identificado. A equipe do projeto acompanha e notifica a Administração Superior da Escola sobre a ocorrência do risco que pode impactar na realização do projeto e consequentemente no alcance da meta estratégica vinculada.

Além disso, com o advento da Política de Gestão de Riscos do MPU (Portaria PGR/MPU nº 78, de 8 de agosto de 2017), a ESMPU instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de analisar a implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da ESMPU. O grupo foi constituído pela Portaria nº 1103, de 14 de dezembro de 2017.

5 RESULTADOS DA GESTÃO

5.1.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos (ou cadeia de valor) e às prioridades da gestão

O ANEXO II do presente documento traz os demonstrativos dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 relacionados com as metas traçadas no PDI 2015/2019 e a análise com os percentuais de execução alcançados em cada ano.

Merecem destaque, em 2018, as metas referentes aos critérios de excelência: Pessoas, Estratégias e Planos, Sociedade e Liderança, conforme o que demonstra o anexo referido acima.

A Divisão de Avaliação (DIAV), atualmente, aplica e acompanha os resultados avaliativos das atividades acadêmicas ofertadas pela ESMPU, dando o máximo de publicidade por meio do site oficial da Escola, bem como auxilia a Comissão Própria de Avaliação na aplicação e tratamento dos dados das autoavaliações institucionais.

Além disso, a DIAV planeja os gastos dos recursos orçamentários da Escola destinados à capacitação e monitora a execução destes recursos.

Para executar as metas do PDI, e após avaliação diagnóstica da atuação da ESMPU, a Gestão 2018/2020 estabeleceu algumas prioridades, alcançando os resultados a seguir demonstrados:

Quadro 10 - Prioridades x Resultados Gestão 2018-2020

PRIORIDADES	RESULTADOS PRINCIPAIS
Construção da nova sede da ESMPU;	Retomada das obras, com previsão de conclusão em 2019;
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024;	Realização dos primeiros grupos de discussão, com a definição da Visão e de Objetivos Estratégicos.
Desenvolvimento de um plano de ação para transversalizar a perspectiva de gênero e não discriminação racial nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da ESMPU;	Capacitação de todos os colaboradores da ESMPU; realização de oficinas com a sociedade civil; adequação dos projetos pedagógicos com vistas a contemplar essa perspectiva; consideração da equidade de gênero na escolha dos orientadores pedagógicos dos cursos.
Institucionalização de instrumentos de acompanhamento da oferta acadêmica e da execução orçamentária da ESMPU, por meio uma metodologia de <i>Business Intelligence</i> ;	Revisão dos sistemas institucionais e das bases de dados; aquisição de ferramenta de <i>business intelligence</i> ; capacitação dos servidores da ESMPU.
Estruturação da pesquisa científica aplicada na ESMPU;	Estabelecimentos da linha e eixos temáticos e transversais de pesquisa científica aplicada; institucionalização de grupos de pesquisa na ESMPU.

Reformulação da política editorial da ESMPU;	Definição de estratégias para estimular a publicação científica e sistematizar a produção intelectual da ESMPU.
Sistematização do protocolo de celebração de acordos de cooperação;	Elaboração de manual de procedimentos para celebração de acordos de cooperação; retomada do projeto ‘Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados’, decorrente da cooperação entre entes do Brasil e de Moçambique
Modernização de processos e sistemas da ESMPU;	Criação do Comitê de Modernização; mapeamento das prioridades de modernização.
Ampliação das ofertas de atividades de extensão;	Criação da Câmara de Ensino; incremento de 150% na oferta de atividades de extensão.
Regionalização da ESMPU.	Criação de 5 centros de apoio da ESMPU nas cidades: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Belém. Planejamento de atividades acadêmicas a acontecer nesses centros.

5.1.2 Desempenho operacional – Meta Física

O Desempenho operacional da ESMPU está relacionado diretamente com a sua capacidade de cumprir a sua missão institucional. A medição do desempenho ocorre por meio dos indicadores demonstrados no subitem a seguir, e por meio do acompanhamento da execução das macroatividades relacionadas às metas previstas no PDI, cujo relatório de execução consta do Anexo II.

Quadro 11 - Indicadores de desempenho – Atividades Acadêmicas

Nome do indicador:		Classificação:
Desenvolvimento de Membros e Servidores do MPU		Eficiência
O que mede: Quantitativo de projetos desenvolvidos de atividades acadêmicas, de extensão e de pesquisas realizados no ano		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Somatório do total de atividades acadêmicas, com o total de atividades de extensão e total de pesquisas realizados no ano.		
Metas físicas de referência: 159 projetos (12/2015) 163 projetos (12/2016) 150 projetos (12/2017)	Meta física prevista (2018): 141 projetos	Meta física alcançada (2018): 272 projetos
Análise e Justificativa: Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU assumiu o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas e projetos de pesquisas a cada ano.		

A meta física alcançada teve um aumento de 93% em razão de a ESMPU ter reiniciado as atividades de extensão, bem como a regionalização das atividades acadêmicas, com vistas a otimizar os seus recursos financeiros, de modo a ampliar a oferta de cursos e aumentar o número de participantes, com menor dispêndio de recursos.

No cálculo da quantidade de projetos desenvolvidos, foram considerados 262 cursos de aperfeiçoamento nas modalidades: presencial, a distância e extensão. Além disso, foram executados 10 cursos de longa duração (especialização e mestrado).

Quadro 12 - Indicadores de desempenho – Membros/ Servidores Capacitados

Nome do indicador: Capacitação de Pessoal		Classificação: Eficiência
O que mede: Quantitativo de membros e servidores capacitados no ano		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Somatório do total de participantes nas atividades acadêmicas com o total de participantes nas atividades de extensão realizadas no ano		
Meta física de referência: 6.103 capacitados (12/2015) 7.235 capacitados (12/2016) 6.705 capacitados (12/2017)	Meta física prevista (2018): 7.924 capacitados	Meta física alcançada (2018): 11.701 capacitados
Análise e Justificativa: Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU havia assumido o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas a cada ano. Com esse aumento gradativo, buscava-se que a ESMPU conseguisse atingir a meta de ofertar 01 (uma) vaga por ano para cada Membro e Servidor da área fim e 01 (uma) vaga por ano para cada dois servidores da área meio. A meta física alcançada teve um aumento de 48% em razão de a ESMPU ter reiniciado as atividades de extensão, bem como a regionalização das atividades acadêmicas, com vistas a otimizar os seus recursos financeiros, de modo a ampliar a oferta de cursos e aumentar o número de participantes, com menor dispêndio de recursos. No cálculo da quantidade de pessoas capacitadas foram considerados: 5.267 servidores, 2.762 membros e 3.672 participantes da sociedade civil.		

Quadro 13 - Indicadores de desempenho – Pesquisas desenvolvidas

Nome do indicador: Pesquisa na área jurídica		Classificação: Eficácia
O que mede: Quantitativo de projetos de pesquisas desenvolvidos no ano		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Somatório de projetos de pesquisas desenvolvidos no ano		
Meta física de referência: 2 projetos de pesquisa (12/2015) Nenhum projeto de pesquisa desenvolvido (12/2016) Nenhum projeto de pesquisa desenvolvido (12/2017)	Meta física prevista (2018): 4 projetos de pesquisas	Meta física alcançada (2018): 2 projetos
Análise e Justificativa: A Escola espera maximizar a sua produção científica nos próximos anos, devido a formação de turmas no mestrado profissional em Direito que ocorreram em 2016 e 2017, e com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento. A ESMPU alterou a meta anteriormente prevista de 4 projetos de pesquisas para 6 projetos. Porém, apenas 2 projetos foram concluídos em 2018, 1 projeto foi cancelado e 3 estão com pendências, provavelmente, serão entregues no primeiro semestre de 2019. Além disso, existem 7 projetos de pesquisas que foram iniciados no segundo semestre de 2018 e deverão ser concluídos em 2019.		

5.2 Perspectivas para os próximos exercícios

5.2.1 Nova sede

Em 2018 a Escola retomou as atividades de construção da nova sede, em Brasília, Distrito Federal. O novo prédio irá aperfeiçoar a promoção de cursos e atividades de ensino e extensão com qualidade social, de modo a atender as exigências e os desafios da missão institucional da ESMPU.

Nos próximos exercícios, as instalações do novo prédio darão suporte tecnológico para atender as diversas atividades da organização, com estúdio de gravação independente, o qual irá permitir a produção independente de seus materiais pedagógicos para atender com excelência as ações da Escola.

5.2.2 Regionalização

O desenho institucional da Escola teve mudanças em sua configuração para aumentar a sua capilaridade e atender os desafios do Ministério Público da União (MPU) frente a um país com grandes dimensões territoriais. Assim, a ESMPU identificou a necessidade em atender as especificidades regionais e locais, aproximar a abrangência de sua atuação e atender a membros e servidores pela descentralização organizacional com o Projeto de Regionalização, iniciado em 2018 e implantado a partir de 2019.

Este projeto integra a política de equidade, acessibilidade e inclusão aos discentes da instituição, otimiza o uso do recurso público sem a perda da qualidade dos cursos, de modo que os estudantes não necessitem deslocar até a sede da Escola para realizar algum curso de capacitação.

As estratégias incrementais de universalidade e igualdade de oportunidade levaram à descentralização regional com a criação dos Pólos ESMPU, localizados nas 5 (cinco) regiões do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Recife. Os pólos de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife já foram instalados. Apenas o pólo de Belém está em fase inicial de instalação.

A partir da implantação, os pólos terão as seguintes competências dentro da instituição:

- a) Prover os serviços para o ambiente de sala de aula e eventos;
- b) Zelar pela observância das normas de cerimonial em solenidades da ESMPU;
- c) Prover os equipamentos para o ambiente de sala de aula e eventos;
- d) Prestar suporte técnico aos equipamentos;
- e) Prover a sonorização, gravação e edição de material didático;
- f) Prover o suporte ao registro acadêmico;
- g) Prover e manter o acervo bibliográfico, em parceria com bibliotecas, centros de documentação e instituições congêneres;
- h) Coordenar e acompanhar a execução das atividades acadêmicas, de extensão e eventos institucionais.

Cada um dos Pólos da ESMPU realiza atividades acadêmicas e de extensão que atendem, prioritariamente, o público-alvo regional. A seguinte distribuição regional foi realizada para o atendimento de membros e servidores:

- a) **Pólo São Paulo** - servidores e membros lotados nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e nas seguintes cidades do Estado de Minas Gerais: Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Ituiutaba e Passos;

- b) **Pólo Rio de Janeiro** - servidores e membros lotados no estado do Rio de Janeiro e nas seguintes cidades de Minas Gerais, exceto Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Ituiutaba e Passos;
- c) **Pólo Porto Alegre** - servidores e membros lotados nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina;
- d) **Pólo Belém** - servidores e membros lotados nos seguintes estados: Pará, Amazonas, Amapá e Maranhão;
- e) **Pólo Recife** - servidores e membros lotados nos seguintes estados: Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O público-alvo lotado no Distrito Federal e nos estados do Acre, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Roraima é contemplado com atividades na sede da ESMPU, em Brasília.

As atividades da ESMPU possuem a seguinte abrangência:

- a) **Nacional:** participação de membros, servidores e sociedade civil de todo o Brasil. Podem ser realizadas na sede da ESMPU em Brasília ou em um dos seus Pólos;
- b) **Regional:** participação de membros e servidores lotados nas localidades definidas na distribuição regional dos Pólos, além da sociedade civil;
- c) **Local:** participação de membros e servidores lotados no município onde a atividade será realizada, além da sociedade civil.

A Escola busca promover os seguintes impactos sociais e institucionais com a criação dos pólos regionais:

- a) Intensificação das políticas de equidade e acessibilidade com a participação de membros e servidores, sobretudo ao público que possui contingências pessoais e dificuldades de deslocamento – deficientes, mulheres mães;
- b) Aumento do desenvolvimento e integração do MPU com a sociedade;
- c) O incremento de atividades de extensão que atendem os desafios locais da sociedade civil;
- d) Aperfeiçoamento da oferta de cursos condizentes com as problemáticas sociais de cada região.

5.2.3 Novo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

A ESMPU está em fase de finalização da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, no qual constarão, entre outras informações, os objetivos e as metas da instituição. O quadro a seguir, apresenta parte dos objetivos e das metas que já foram definidos e estão em fase de análise pelo Conselho de Administração. Destaca-se que as metas de algumas perspectivas ainda não foram definidas.

Quadro 14 - Objetivos e Metas PDI 2020-2024

Perspectiva	Objetivo	Metas
GESTÃO DO CONHECIMENTO	Incrementar Política Editorial da ESMPU	Manter a capilaridade das publicações
		Qualificação da produção científica aliada à pesquisa científica
		Vinculação do periódico “Boletim Científico ESMPU” ao Programa de Pós-Graduação da ESMPU
		Obter Reconhecimento acadêmico do periódico “Boletim Científico ESMPU” como veículo de divulgação de produção intelectual da ESMPU
	Fomentar a produção intelectual de conhecimentos acadêmicos	Qualificar os Periódicos da ESMPU (Boletim Científico) na classificação QUALIS-Capes com qualidade B1, até 2024
	Ampliar o acervo virtual de Biblioteca disponível para o corpo acadêmico ESMPU	Implementar a Rede de Bibliotecas do MPU
IMPACTO SOCIAL E INSTITUCIONAL	Consolidar mecanismos de avaliação do impacto das atividades da Escola	Produzir relatórios semestrais de resultado do impacto das ações estratégicas da ESMPU
INTERNACIONALIZAÇÃO	Realizar intercambio intelectual com instituições internacionais	Promover o Intercâmbio de ao menos 01 docente e 01 pesquisador(a) com instituições internacionais, até 2024
	Realizar intercambio intelectual com instituições internacionais	Ampliar em 30% a oferta de vagas decorrentes de acordos de cooperação internacional com universidades estrangeiras, em ao menos 03 continentes diferentes, até 2024.
	Internacionalizar a Pesquisa Científica	Ter a participação de ao menos 01 pesquisador internacional em 01 pesquisa científica para cada grupo de pesquisa, até 2023

Perspectiva	Objetivo	Metas
		Ter 18 artigos publicados anualmente em periódicos com Qualis B2-A1, até 2023
		Realizar anualmente ao menos uma divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas
	Internacionalizar o Ensino	Oferecer ações de capacitação com a participação de ao menos 01 docente internacional visitante, até 2022
		Ter pelo menos 20 membros matriculados anualmente em cursos de línguas viabilizados/oferecidos pela ESMPU.
		Oferecer anualmente ao menos 01 programa permanente de capacitação
	Internacionalizar a Extensão	Realizar anualmente 03 programas de extensão relacionados à temas globais, com participação de instituições internacionais
		Promover programa de estudos para ao menos 01 agente internacional de instituições parceiras, até 2023 (bianual)
		Publicar no periódico da ESMPU artigos em co-autoria com docentes e discentes de instituições internacionais.
	Facilitar a internacionalização da ESMPU	Apresentar ao menos 2 relatórios de acompanhamento das ações de internacionalização, por ano
		Prospectar instituições internacionais estratégicas que sejam os interesses da ESMPU
	Promover a internacionalização das informações das pesquisa científica aplicada	Criar Espaço na internet dentro do site da ESMPU para Gerenciar (divulgação/acompanhamento) as informações relativas às Pesquisas Científicas Aplicadas Nacionais e Internacionais, até 2024
OFERTA ACADÊMICA	Promover a qualificação contínua e permanente do quadro funcional do MPU	Ampliar a quantidade de Membros capacitados em ao menos 01 atividade acadêmicas da ESMPU, por ano.
	Promover a qualificação contínua e permanente do quadro funcional do MPU	Ampliar a quantidade de Servidores capacitados em ao menos 01 atividade acadêmicas da ESMPU, por ano.
	Qualificar o corpo docente da ESMPU	Capacitar anualmente 70% dos Orientadores Pedagógicos da ESMPU (Formação de Docentes)
		Capacitar anualmente 70% dos Capacitadores da ESMPU (Formação de Docentes)

Perspectiva	Objetivo	Metas
		Capacitar anualmente 70% dos Tutores da ESMPU (Formação de Docentes)
		100% dos docentes da ESMPU receberão nomenclaturas de vínculo docente.
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	Oferecer Mestrado próprio da ESMPU	Tornar a ESMPU a instituição receptora de ao menos 01 Mestrado Interinstitucional - MINTER
	Oferecer Mestrado próprio da ESMPU	A ESMPU ofertar ao menos 01 Mestrado próprio
TECNOLOGIA	Atualizar as práticas de ensino-aprendizagem da ESMPU às novas tecnologias educacionais	Implementar Programa de Metodologia de Ensino afinado às novas tecnologias, até 2024
	Atualizar as práticas de ensino-aprendizagem da ESMPU às novas tecnologias educacionais	Consolidar a ESMPU como centro de reflexão e pensamento em áreas afins ao Ministério Público.

5.2.4 Ações previstas de responsabilidade e inclusão social

A ESMPU busca contribuir para a promoção da ética e da cidadania, para a consolidação da democracia e para a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão, o desenvolvimento social, bem como o desenvolvimento econômico da região. Seu trabalho é comprometido com a qualidade dos seus cursos, programas e projetos, objetivando os conhecimentos necessários para proporcionar aos discentes uma atuação mais efetiva no que tange ao aspecto social. Sua produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional.

Existe uma relação direta entre as atividades desenvolvidas pela Escola, os setores públicos e produtivos, as instituições sociais, culturais e educativas, além de uma política de formação de pesquisadores e de educadores para o ensino. A ESMPU leva em consideração as políticas de inclusão estabelecidas pelo sistema educacional e as leis que determinam normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A atual estrutura física e os serviços da ESMPU atendem a esses dispositivos legais.

Essa atuação se materializa por meio da oferta constante de atividades acadêmicas que proporcionam a reflexão sobre a missão constitucional outorgada ao Ministério Público de defensor da ordem democrática. Destaque ao Programa de Extensão Diálogos Democráticos, cujo objetivo é fomentar o debate sobre o assunto, por meio de rodas de diálogo sobre democracia a serem realizadas na sede em Brasília e nos polos da ESMPU pelo Brasil.

5.2.5 Ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial

Representantes de movimentos e grupos sociais que participaram da consulta aberta para elaboração do PDI indicam esperar da ESMPU a realização de ações voltadas à garantia de direitos. A maioria dos membros e servidores participantes da consulta avalia como positivas e importantes as atividades de capacitação ofertadas pela ESMPU com vistas à defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e dos direitos individuais indisponíveis.

A ESMPU, considerando essa frente de atuação prioritária e cuja abordagem deve estar presente em todas as suas ações de ensino, extensão e pesquisa, estabeleceu “Direitos Humanos” como um de seus eixos transversais. Ademais, foi criado um grupo de pesquisa dedicado a desenvolver projetos de pesquisa sobre esse tema.

Importante frisar, ainda, que anualmente a ESMPU realiza atividades sobre Direitos Humanos, Igualdade étnico-racial e temas correlatos, como:

Cursos de Aperfeiçoamento: O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos; Instrumentos de regulação econômica na promoção de Direitos Humanos: A responsabilidade socioambiental de instituições financeiras; Litígio estratégico de direitos humanos: teoria e prática de atuação; Equidade de gênero e raça no MPU;

Atividade de Extensão: Gênero, Migração e Rede de Proteção - onde eu me insiro?; Gênero e Raça; Educação em Direitos Humanos; Atuação em Rede: Gênero, Direitos Humanos, Migração e Rede de Proteção; Trabalho escravo e tráfico de pessoas; Máscaras: desconstruindo a demonização da cultura africana; Necessidades específicas, intersetorialidade e interseccionalidades: raça, gênero, idade e diversidade.

Especialização em Direitos Humanos: A ESMPU também possui o Programa de Extensão “O Futuro dos Direitos Humanos”.

5.2.6 Ações referentes à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural

Na estrutura do MPU, há áreas específicas que atuam em defesa do meio ambiente e patrimônio cultural, como a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada em Meio Ambiente e Ordem Urbanística.

Para instrumentalizar a atuação dessas áreas, bem como de membros e servidores que atuam com a temática Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, a ESMPU oferece anualmente ações de capacitação em diferentes temas correlacionados, como:

Cursos de aperfeiçoamento: Atuação e Resolutividade na Defesa do Meio Ambiente do Trabalho; Revitalização de Bacias Hidrográficas: Gestão Qualiquantitativa da Água; Atuação estratégica em face dos impactos ambientais dos agrotóxicos; Valoração de Danos Ambientais e Socioambientais e Exploração Ilegal de Ouro na Amazônia; Tutela do Patrimônio Cultural; Atuação estratégica em face dos impactos ambientais dos Agrotóxicos; Atuação e Resolutividade na Defesa do Meio Ambiente do Trabalho; Dano ambiental e valoração; Licenciamento ambiental e regulação da atividade econômica; Conflitos fundiários ambientais: reforma agrária, ocupações irregulares, sobreposição de espaços ambientais protegidos e populações;

Atividades de extensão: Desenvolvimento e Sustentabilidade; 5º Seminário Internacional Água, Floresta, Vida e Direitos Humanos; 30 anos da Constituição Socioambiental; O judiciário e a proteção dos Direitos Socioambientais - 30 anos da CF/88; Ética e Sustentabilidade.

A Escola possui também um Grupo de Gestão Ambiental (Gesto) que tem como objetivo conduzir ações envolvendo aspectos ambientais identificados, tais como: a gestão de resíduos sólidos, a redução de consumo e reaproveitamento de materiais de expediente, o combate ao desperdício de energia e água, a capacitação contínua dos servidores e de multiplicadores.

5.2.7 Plano de Equidade de gênero e não-discriminação étnico-racial

Outro eixo transversal da ESMPU é Gênero e Raça. Num contexto em que as convenções internacionais de direitos humanos e documentos correlatos indicam a necessidade de promover capacitações dos agentes públicos, e em especial àqueles que trabalham no sistema de justiça, como

medida impulsionadora de mudanças culturais, a ESMPU assumiu, desde 2018, o compromisso de implementar a perspectiva de gênero e étnico-racial em seu âmbito.

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico a fim de identificar as características vigentes em dezembro de 2017 da composição a equipe de funcionários da ESMPU, seus/suas gestores/as à época, colegiados, o quadro de docentes e discentes nos últimos três anos, considerando, quando disponíveis, as variáveis sexo, instituições de origem (ramos do MPU), faixa etária, cargos, funções e categorias étnico-raciais, conforme as que são utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foram objeto de atenção, não exaustiva e apenas a título exemplificativo, as temáticas abordadas em cursos, projetos de pesquisa e publicações da Escola. Os resultados do diagnósticos estão disponíveis em <http://escola.mpu.mp.br/transparencia/perspectiva-de-genero-e-etnico-racial>.

A partir do resultado do diagnóstico, a ESMPU traçou um plano de ação com o fito de incorporar efetivamente a perspectiva de gênero e de raça/etnia, de modo transversal e interseccional, no âmbito da ESMPU, para atender o princípio constitucional de igualdade e contribuir para que o Estado brasileiro cumpra seus compromissos internacionais e, por conseguinte, estimule a equidade de gênero e raça/etnia na sociedade brasileira.

Especificamente, o plano objetiva:

- 1) Sensibilizar os membros/as e servidores/as da ESMPU sobre a desigualdade nas relações de gênero e étnico-raciais que se traduzem no sexismo institucional (dominação masculina, machismo) e no racismo interpessoal e institucional;
- 2) Promover a ampla participação de integrantes do MPU e em especial da ESMPU, por meio de oficinas, pesquisas e consultas online, para o delineamento de ações necessárias à transversalização de gênero e étnico-racial;
- 3) Ampliar a coleta de dados e informações para complementar e aprofundar o diagnóstico preliminar, propondo procedimentos de atualização contínua;
- 4) Capacitar os membros/as e servidores/as do MPU e da ESMPU nos temas referentes a: a) direitos humanos; b) relações de gênero; c) relações étnico raciais; d) pensamentos e movimentos feministas; e) transversalização da perspectiva de gênero e étnico-racial em políticas e instituições públicas – conceitos e métodos; f) racismo, discriminação, racismo institucional e ações afirmativas; g) discriminações e violências em razão da diversidade identitária (de gênero e sexual), homofobia, transfobia; h) estatísticas, classificações, indicadores e marcadores sociais;
- 5) Alcançar a definição de uma instância na ESMPU, em nível hierárquico de decisão, para assegurar a incorporação e transversalização da perspectiva de gênero e étnico-racial;

- 6) Transversalizar a perspectiva de gênero e étnico-racial nas atividades de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão, bem como gestão de conhecimento;
- 7) Transversalizar a perspectiva de gênero e étnico-racial na comunicação, na articulação interna, interinstitucional e de diálogo com a sociedade;
- 8) Transversalizar a perspectiva de gênero e étnico-racial, nas estruturas organizacionais, na gestão de pessoas, no ambiente e espaço físico, no orçamento, saúde e segurança.

O Ministério Público Federal também realizou, em 2018, a I Conferência Nacional das Procuradoras da República⁹, nas quais decorreram os seguintes encaminhamentos à ESMPU:

- *A ESMPU deve propiciar cursos, via voluntários, EAD inclusive, para capacitar os grupos beneficiários das ações afirmativas, para ingresso na carreira. Nas vagas disponibilizadas para vários grupos beneficiários, no mínimo metade deve ser destinada a mulheres.*
- *A ESMPU fará um projeto de pesquisa visando a oferta de bolsas para candidatas de baixa renda para custear a preparação e a participação em provas do Ministério Público da União. No mínimo metade dos beneficiários devem ser mulheres.*
- *Viabilizar a capacitação regional presencial, e fazer estudos para a disponibilização online dos cursos que sejam oferecidos pela escola de forma presencial.*
- *Garantir paridade na participação entre mulheres e homens nas capacitações da escola, como discente e docente, e na corregedoria, câmaras, naops, com alternância nas chefias.*
- *Organizar mais eventos sobre gênero para todos os membros e servidores.*
- *Criar política de incentivo a participação de mulheres com mais tempo de carreira na ESMPU. ex.: boas práticas de realizar convites para projetos na escola, projetos de mentoring.*
- *Propiciar condições que favoreçam a participação de mulheres com filhos em cursos da ESMPU.*
- *Oficina com profissionais especializados para orientar e preparar procuradoras e servidoras em como se comportar e reagir em situações de mansplaining, mansplaining, gaslighting e bropropriating. Incluir aula sobre o tema no Curso de Ingresso e Vitaliciamento.*
- *Posicionamento institucional firme e punitivo nos casos envolvendo assédio sexual e moral, inclusive com a criação de canais de acolhimento para dar suporte às denúncias, segurança, resposta e apoio psicológico às vítimas. Fortalecer os comitês de gênero, fomentar sua criação onde inexistentes e realizar campanhas institucionais para membros, servidores, estagiários e terceirizados. Garantir a presença de mulheres na comissão apuradora. Incluir a temática em oficinas da ESMPU e no CIV.*
- *A ESMPU deve desenvolver cursos de capacitação na temática de gênero; criar grupos de discussão de gênero, incluindo os homens no debate; estimular eventos e cursos promovidos por mulheres e assegurar condições físicas na sede da ESMPU para acomodar as crianças no período dos cursos promovidos.*

⁹ Processo SEI 0.01.000.1.003803/2018-85

O Ministério Público do Trabalho, por meio do movimento MPT Mulheres, também dirigiu propostas de atuação¹⁰ à ESMPU. São elas:

- *Seja observada a paridade de gênero na representação da ESMPU;*
- *Sejam realizados, obrigatoriamente, cursos e capacitação para servidores e membros sobre medidas para a promoção da igualdade de gênero e enfrentamento à violência de gênero;*
- *Seja garantida a paridade de gênero na programação de eventos, desde a mesa de abertura, com direito a fala, em especial quando as mulheres convidadas representam o Movimento MPT Mulheres;*
- *Para superação da dificuldade de deslocamento das Procuradoras com responsabilidades familiares, seja garantida a plena capacitação da membra e membro do MPT por meio de cursos na modalidade a distância, quando realizada pela Escola Superior do Ministério Público da União.*

Em cumprimento aos objetivos do Plano de Ação da ESMPU e dos pleitos decorrentes dos estudos dos ramos, a ESMPU empreendeu as seguintes iniciativas:

- *Realização de oficinas de sensibilização sobre questões de gênero ao corpo gestor, administrativo, de apoio terceirizado e estagiários e parceiros institucionais;*
- *Realização de oficinas de trabalho com representantes da sociedade civil para discussão de propostas de ação quanto à equidade de gênero e não discriminação étnico-racial;*
- *Campanha interna de sensibilização via Assessoria de Comunicação da ESMPU;*
- *Criação de polos da ESMPU fora de Brasília, para permitir a participação de membras e servidoras que tenham dificuldades de deslocamento para participação de cursos em Brasília;*
- *Desenvolvimento do Projeto TV ESMPU, que permitirá a transmissão online de atividades acadêmicas presenciais;*
- *Observância da paridade na participação entre mulheres e homens nos cursos, como docentes e discentes, e nos colegiados da ESMPU;*
- *Criação de grupo de pesquisa sobre Gênero e Raça;*
- *Definição dos fatores de desempate: gênero, raça e pessoa com deficiência, para seleção de líderes e em algumas atividades da ESMPU;*
- *Incremento de atividades acadêmicas em temas relacionados à perspectiva de gênero e étnico racial, de modo transversal e interseccional.*

¹⁰ Processo SEI 0.01.000.1.001939/2019-67

Adicionalmente, durante o quinquênio 2020-2024 serão desenvolvidas as seguintes ações:

- *Oficinas anuais de sensibilização sobre questões de gênero e étnico-raciais e de diagnóstico e proposição de ações;*
- *Revisão e aprimoramento do diagnóstico institucional;*
- *Revisão de padrões, rotinas, formulários e cadastros que contenham campos e perguntas que permitam a coleta das informações necessárias ao planejamento, à execução, ao monitoramento e à avaliação das ações institucionais em perspectiva de gênero e étnico-racial;*
- *Incremento de capacitações sobre o tema, assim como incentivos a inovações e talentos, voltados à compreensão e à adoção de indicadores, variáveis e métodos relativos a diagnósticos e estatísticas de gênero e raça, entre outros recortes;*
- *Que o conhecimento do perfil institucional venha a ser promovido continuamente nas atividades da Escola, bem como na cadeia de relacionamentos interinstitucionais e com empresas prestadoras de serviços;*
- *Ampliação do diálogo com a sociedade, de modo a ser o carreador da inclusão de outras interseções e perspectivas;*
- *Que as perspectivas de gênero e não-discriminação étnico-racial perpassam ainda mais as políticas institucionais da ESMPU, dando-se especial atenção aos fundamentos constitucionais e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para superação da desigualdade de gênero e do racismo.*

Dentre as atividades de sensibilização e capacitação em Gênero e Igualdade étnico-racial realizadas pela ESMPU, destacam-se:

- a) **Cursos de Aperfeiçoamento:** A atuação do Ministério Público na proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar; A discriminação em razão do gênero e identidade de gênero no mercado de trabalho; Equidade de gênero e raça no MPU; Equidade de transversalização de gênero e raça em instituições do sistema de justiça: abordagens teórico-metodológicas e estudos práticos.
- b) **Atividade de Extensão:** Como pensar as questões de gênero e étnico-racial nas escolas dos Ministérios Públicos; Gênero e Raça; Atuação em Rede: Gênero, Direitos Humanos, Migração e Rede de Proteção; Violências, Terreiro, Quilombolas, Jovens Mulheres, Idosos e LGBT; Negro(a), afro-religioso(a), quilombola: racismo e intolerância religiosa nas relações de trabalho.

Além dessas, há o Programa de Extensão Gênero e Raça, cujo objetivo é promover a integração e sensibilização sobre a temática raça e gênero, refletindo sobre questões relacionadas ao racismo e ao sexismo, dimensionando os sentidos e processos de interiorização. No escopo desse programa, a ESMPU também lançou a publicação “Perspectivas de gênero e o sistema de justiça brasileiro”, fruto da seleção de artigos por meio de edital específico. Obteve-se trabalhos de autoria de membros(as) e servidores(as) do Ministério Público da União (MPU) e colaboradores(as) externas(os), avaliados pela Câmara Editorial da ESMPU.

Não somente pela perspectiva acadêmica, mas demonstra-se neste PDI que a inserção institucional do enfoque de gênero/raça/etnia está amalgamada ao planejamento estratégico, às ações, rotinas e relações interinstitucionais.

5.2.8 Plano de Internacionalização

Vivemos numa sociedade crescentemente interligada, caracterizada pelo aumento da institucionalização no meio internacional e proliferação de normativas internacionais. Neste ambiente, proliferam atuações de cooperação internacional, ajuda internacional ao desenvolvimento, atuação em redes e foros internacionais, entre outras iniciativas.

Neste contexto, o MPU também vem sendo crescentemente demandado a atuar neste meio internacional, ainda mais em razão do seu mandato constitucional de defesa de direitos e da legalidade. Em atendimento da sua atribuição legal de oferecer capacitação contínua aos seus membros e servidores, e com o objetivo de sistematizar as iniciativas anteriores que buscaram oferecer aperfeiçoamento aos membros do MPU no aprendizado da língua inglesa, a ESMPU busca de novo colaborar com a preparação dos membros do Ministério Público para qualificar cada vez mais esta atuação em foros internacionais.

Dentre as iniciativas anteriores, destaca-se a celebração de acordos de cooperação com organismos internacionais. Parte desses acordos eram realizados de forma acrítica e não resultavam em ações efetivas e de interesse da ESMPU. Diante disso, a ESMPU empreendeu esforços no sentido de normatizar o processo de celebração de acordos de cooperação. Ademais, a Câmara de Ensino absorveu a incumbência de prospectar atividades decorrentes dos acordos celebrados.

Em estímulo à internacionalização de todas as frentes da ESMPU: ensino, pesquisa e extensão, a ESMPU realizou as seguintes ações:

- Criação do eixo transversal de pesquisa Internacionalização;
- Criação de grupo de pesquisa sobre Internacionalização;
- Oferta de capacitações sobre Internacionalização;

- Diálogo com as áreas de cooperação internacional do MPU.

É digno de menção o debate interno que já vem sendo desenvolvido pela ESMPU sobre a necessidade enquanto escola de governo de ter uma atuação internacional. Tal debate sobre internacionalização resultou em um plano de internacionalização, o qual prevê o desenvolvimento das seguintes ações no horizonte temporal deste PDI:

Internacionalização na Pesquisa:

- Estímulo ao registro de pesquisadores internacionais nos grupos de pesquisa da ESMPU;
- Lançamento de editais para estímulo à participação e à formação de redes de pesquisa internacionais;
- Realização de seminários de pesquisa a distância, em conjunto com professores ou pesquisadores de universidades do exterior;
- Lançamento de editais de apoio à publicação de artigos em periódicos de alto impacto, priorizando os periódicos internacionais;
- Publicação de ebooks sobre as pesquisas desenvolvidas na ESMPU (português e inglês)

Internacionalização no Ensino:

- Participação de docentes internacionais (visitantes) com alto desempenho acadêmico;
- Criação de disciplinas EaD ministradas em colaboração com professores de universidades estrangeiras;
- Instituição de uma Política Linguística (oferta permanente de ensino de idiomas);
- Instituição de um programa de capacitação em protocolos comportamentais em foros internacionais;
- Oferta de capacitações em temas relacionados aos sistemas de proteção internacional;
- Estabelecimento em edital da obrigatoriedade de apresentação de artigo em co-autoria com instituições internacionais para os docentes e discentes que participarem de curso no exterior viabilizado pela ESMPU.

Internacionalização na Extensão:

- Estabelecimento de linha de fomento para programas de extensão dedicados a temas globais;
- Celebração de acordos de cooperação com instituições internacionais, para intercâmbio e ações conjuntas no campo dos direitos humanos;

- Fomento a ações e projetos de difusão cultural, em nível internacional, por meio de editais;
- Lançamento de editais de apoio à participação de docentes da ESMPU em eventos internacionais de excelência, com publicação de artigos em anais de eventos e apresentação oral em língua estrangeira;
- Elaboração de projeto de acolhimento de grupos internacionais com atividades semelhantes às desempenhadas pelo MPU em ações da ESMPU.

Em complemento, há a previsão das seguintes ações da gestão para ancorar a política de internacionalização da ESMPU:

- Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações de internacionalização;
- Ampliação da infraestrutura de videoconferência, que permita a realização de ações em conjunto com colaboradores internacionais;
- Divulgação bilíngue de pesquisas e projetos estratégicos;
- Tradução de páginas web estratégicas da ESMPU para o inglês e o espanhol;
- Mapeamento dos países e instituições estratégicas com as quais buscar relação de cooperação internacional, conforme interesses da ESMPU;
- Engajamento da ESMPU em projetos de capacitação com organismos de fomento internacional;
- Estabelecimento de estratégias de divulgação, atração e apresentação da ESMPU em inglês e espanhol (como vídeos, peças de marketing...);
- Criação de instrumento e sistemática de avaliação dos cursos decorrentes de acordos de cooperação (conteúdo, programação, objetivos...).
- Estabelecimento de procedimento de avaliação pedagógica da pertinência de projetos pedagógicos de cursos oferecidos à ESMPU por instituições cooperantes.
- Estabelecimento de plano específico de ação da ESMPU, em sua esfera de competência, para auxiliar os ramos do MPU em suas atividades de cooperação internacional.
- Estabelecimento de critérios mínimos de cooperação efetiva que garantam a relação de troca benéfica.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 Declaração do Secretário de Administração

O exercício de 2018 foi marcado por um cenário de restrições orçamentárias oriundas dos impactos da EC 95/2016, exigindo da Administração da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) a adoção de medidas para acompanhamento contínuo do andamento das atividades acadêmicas, no intuito de otimizar a utilização dos recursos disponíveis. Assim, foram implementadas diversas medidas visando à melhoria dos processos internos de trabalho, dentre as quais podemos destacar a aquisição de ferramentas de Business Intelligence – BI para otimizar a alocação dos recursos disponíveis e a assinatura de protocolos de cooperação para criação de cinco Centros de Apoio (CAPs) nas cidades de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Belém/PA e Recife/PE, visando a regionalização das atividades acadêmicas, o que colaborou para atingir um público de 11.701 capacitados e 272 projetos desenvolvidos.

Outra grande realização no exercício de 2018 foi a retomada da obra de Construção do Centro de Treinamento, por meio da realização da licitação na modalidade concorrência, no valor de R\$ 17.896.939,63 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), que permitirá a expansão dos ambientes de sala de aula e crescimento da oferta de atividades acadêmicas, proporcionando a profissionalização de alto nível de membros e servidores.

Quanto à área de tecnologia da informação, em 2018, a ESMPU criou o Comitê de Modernização, com a finalidade de desenvolver ações para melhoria de processos, procedimentos e estrutura interna da Escola, aproximando questões relacionadas à área de TI ao processo decisório.

Ante o exposto, e fundado nas informações prestadas pelas áreas gestoras, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas para o exercício, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos da ESMPU.

Ivan de Almeida Guimarães
Secretário de Administração da ESMPU



6.2 Gestão Orçamentária e Financeira

6.2.1 Declaração gestor Divisão de Orçamento e Finanças

A Divisão de Orçamento e Finanças (DIOF) integra, dentro da estrutura orgânica da ESMPU, uma posição hierárquica diretamente abaixo da Secretaria de Administração. Possui como atribuição institucional coordenar as atividades relacionadas ao planejamento orçamentário e financeiro e orientar a execução da programação orçamentária e financeira, além de outras atividades afins, determinadas pela chefia superior. Mensalmente é elaborado um Relatório de Execução Orçamentária da ESMPU. Neste documento consta o progresso e o processo dos gastos efetuados pela Unidade Gestora, proporcionando maior controle e gestão dos recursos.

No exercício financeiro de 2018, a DIOF, em constante diálogo com todos os setores da ESMPU, buscou obter o melhor aproveitamento orçamentário possível. Visto que a Emenda Constitucional nº 95/2016 impôs novos desafios e restrições, limitando o orçamento do exercício seguinte ao montante gasto no anterior corrigido pela inflação, esta Divisão empenhou-se, com planejamento e agilidade, em executar suas funções regimentais a fim de prestar o melhor apoio e serviço que a instituição e seus usuários merecem. Desta forma, em 2018, foi possível conquistar a marca de 97,96% do orçamento empenhado, sendo que 85,42% foi liquidado e pago.

No ano de 2019, a DIOF objetiva focar no apoio ao projeto de construção do novo Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, com vista a colaborar para completude da obra ainda neste ano. Por fim, sempre pautado pelo Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU, a Divisão de Orçamento e Finanças almeja viabilizar e facilitar a execução dos programas institucionais por meio da otimização na alocação de recursos e na busca de uma gestão célere e eficiente dos recursos disponíveis.

Joaquim Paula dos Santos
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças



6.2.2 Perfil do Gasto do Ministério: evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa

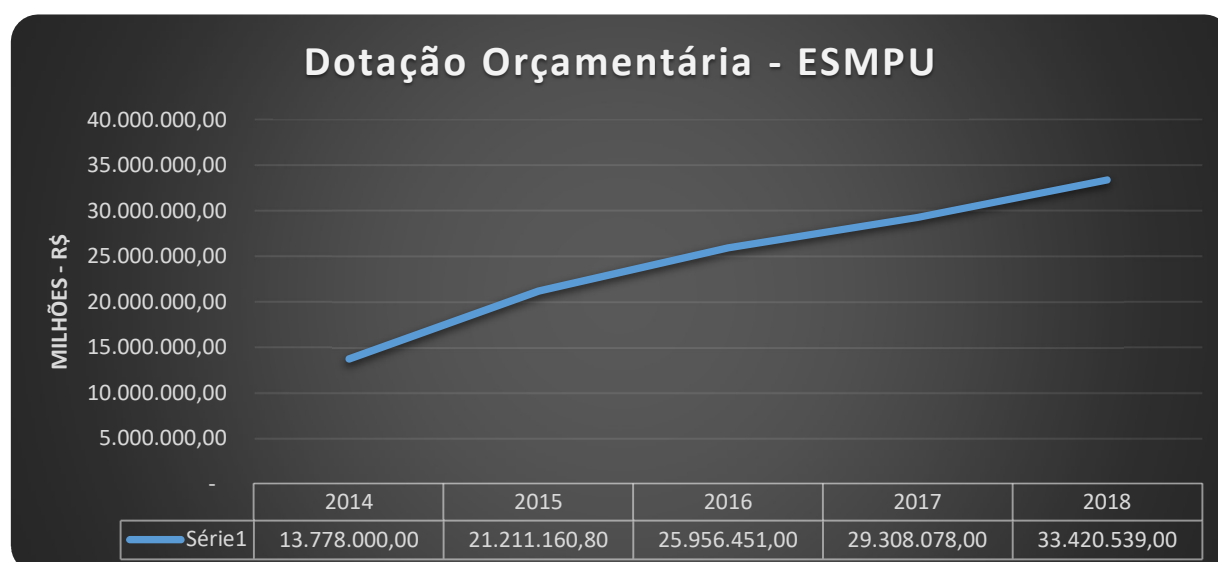
Tabela 1 - Evolução Execução Orçamentária e Financeira

ANO	DOTAÇÃO APROVADA	DOTAÇÃO UTILIZADA	DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
2014	13.778.000,00	13.269.934,38	352.448,12	12.917.486,26	10.809.087,60	10.809.087,60
2015	21.211.160,80	20.207.943,81	1.103.262,03	19.104.681,78	16.880.829,38	16.880.829,38
2016	25.956.451,00	25.268.763,64	1.265.092,03	24.003.671,61	21.089.210,11	21.089.210,11
2017	29.308.078,00	27.250.041,01	845.201,28	26.404.839,73	23.759.877,05	23.759.094,93
2018	33.420.539,00	32.730.242,26	1.109.684,22	31.620.558,04	26.791.896,32	26.791.896,32
TOTAL	123.674.228,80	118.726.925,10	4.675.687,68	114.051.237,42	99.330.900,46	99.330.118,34

Imbuída do objetivo de iniciar novos integrantes do MPU no desempenho de suas funções institucionais, aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional de membros e servidores, desenvolver projetos e programas de pesquisa, e zelar pelo reconhecimento e pela valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a ESMPU dispõe de autonomia administrativa e orçamentária, podendo planejar e gerir os recursos postos à sua disposição conforme seu planejamento.

O Gráfico abaixo retrata a evolução das dotações orçamentárias da Escola entre os anos de 2014 a 2018, demonstrando a expansão de aproximadamente 142,56% da dotação no período.

Gráfico 3 - Evolução da Dotação Orçamentária ESMPU

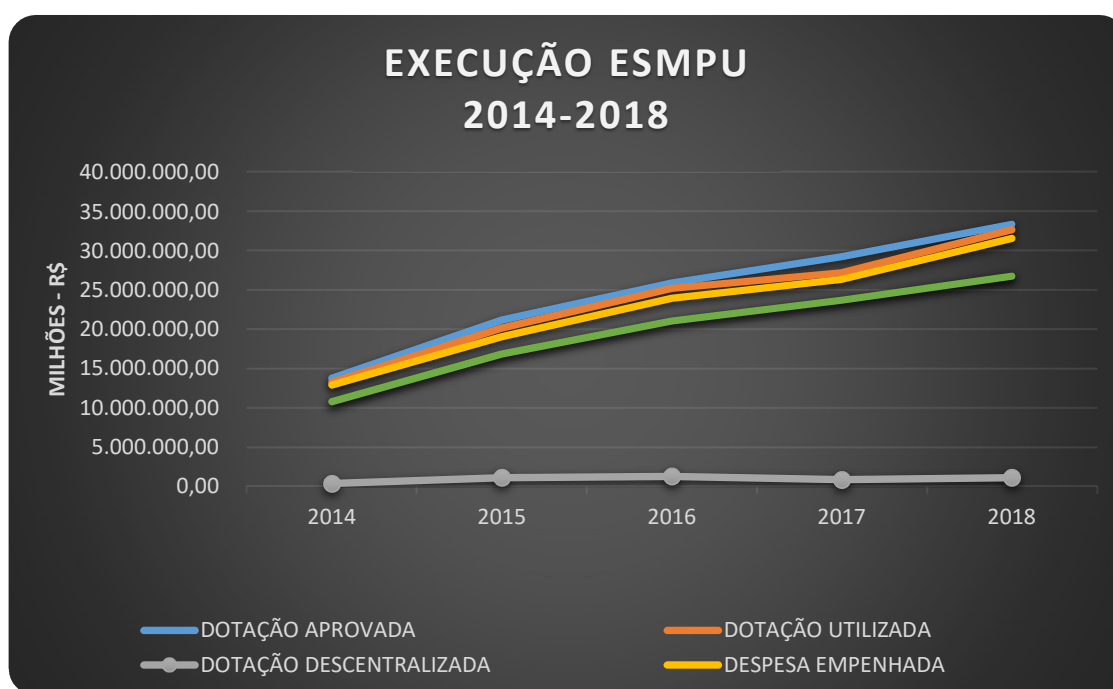


No que tange a execução da dotação orçamentária, a ESMPU no período de 2014 a 2018 utilizou R\$ 118,726 milhões dos R\$ 123,674 milhões disponíveis, o que correspondeu a 96% da dotação aprovada, demonstrando uma evolução de aproximadamente **146,65%**, comparando-se os anos de 2018 e 2014.

Desse crédito utilizado, a ESMPU descentralizou, ao longo deste período, R\$ 4,675 milhões (3,94%), e executou diretamente (coluna despesa empenhada) R\$ 114,051 milhões (96,06%), obtendo uma evolução em torno de 144,79%, levando-se em conta os anos 2018 e 2014.

Dos créditos empenhados diretamente, a Escola liquidou e pagou, no período de 2014-2018, o montante de R\$ 99,331 milhões, correspondendo a 87,09%, demonstrando uma evolução de aproximadamente 147,86%, comparando-se os anos de 2018 e 2014.

Gráfico 4 - Execução ESMPU 2014 a 2018



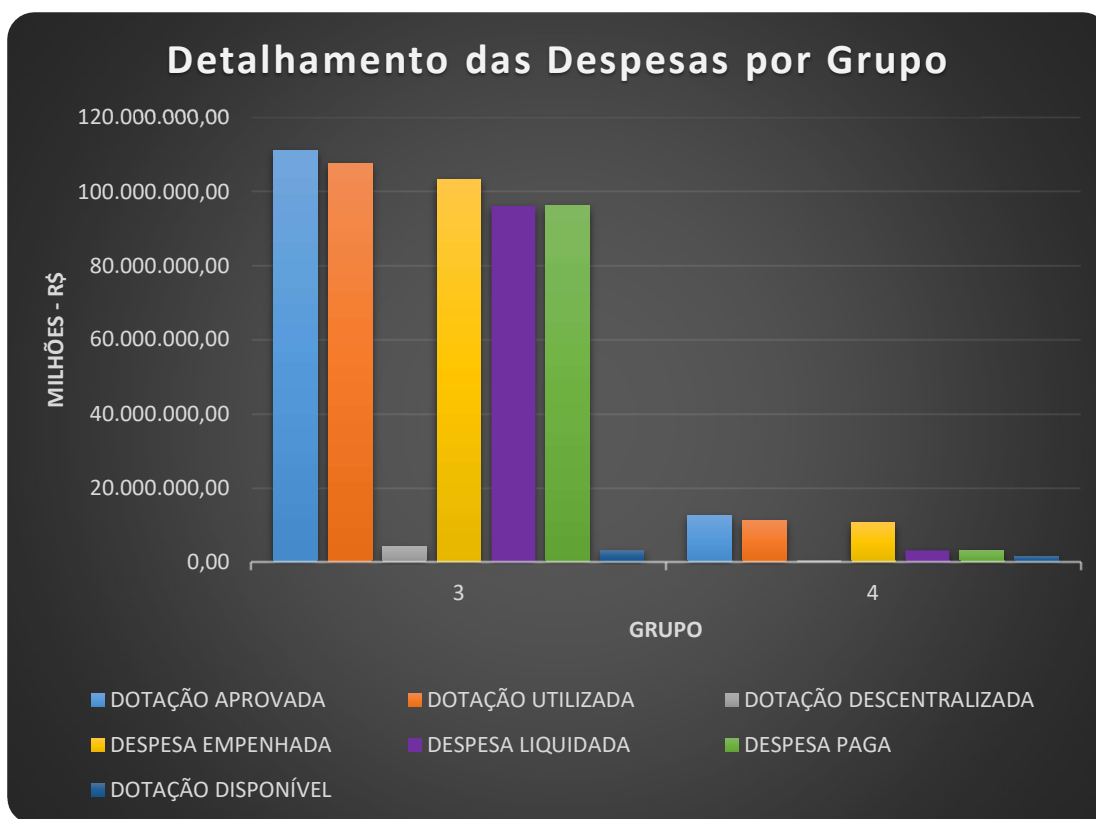
6.2.3 Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesas

A Dotação Orçamentária aprovada para a Escola Superior do Ministério Público da União, no período de 2014 a 2018, contou com créditos na ordem de R\$ 123,674 milhões, os quais foram utilizados para a cobertura de despesas correntes e de capital, em suas diversas naturezas de despesas, todas necessárias ao andamento das atividades programadas pela Escola. O quadro e o gráfico a seguir, apresentam, de forma consolidada, o detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesas realizadas durante o supracitado período.

Tabela 2 - Detalhamento de despesas por grupo e elemento

GRUPO	ELEMENTO	DOTAÇÃO APROVADA	DOTAÇÃO UTILIZADA	DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
3	319000	21.000,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
	319007	161.815,84	161.815,84	0,00	161.815,84	155.815,84	155.815,84
	319011	24.429.759,89	24.429.759,89	0,00	24.429.759,89	24.088.159,92	24.088.159,92
	319016	404.687,03	404.687,03	0,00	404.687,03	392.387,03	392.387,03
	319100	1.370.110,08	-	0,00	0,00	0,00	0,00
	319113	3.746.138,52	3.746.138,52	0,00	3.746.138,52	3.432.001,60	3.432.001,60
	319192	44,94	44,94	0,00	44,94	44,94	44,94
	339000	1.794.167,24	-	0,00	0,00	0,00	0,00
	339008	417.667,00	417.667,00	0,00	417.667,00	301.816,16	301.816,16
	339014	21.137.276,80	21.135.108,40	27.434,00	21.107.674,40	21.107.674,40	21.107.674,40
	339030	926.427,43	926.427,43	15.288,00	911.139,43	588.106,30	587.324,18
	339033	12.114.259,54	12.114.259,54	6.706,99	12.107.552,55	11.910.681,25	11.910.681,25
	339036	10.230.039,55	10.230.039,55	1.147.730,09	9.082.309,46	7.529.507,87	7.529.507,87
	339037	15.971.593,22	15.971.593,22	0,00	15.971.593,22	15.178.138,99	15.178.138,99
	339039 e 339139	14.627.432,34	14.440.588,34	2.578.516,24	11.862.072,10	8.805.577,60	8.805.577,60
	339040	844.464,59	844.464,59	349.079,04	495.385,55	407.353,02	407.353,02
	339046	1.935.624,00	1.935.624,00	0,00	1.935.624,00	1.723.500,87	1.723.500,87
	339047 e 339147	248.964,16	248.964,16	0,00	248.964,16	162.898,21	162.898,21
	339048	14.835,40	14.835,40	0,00	14.835,40	14.835,40	14.835,40
	339049	129.048,00	129.048,00	107.716,00	21.332,00	5.901,35	5.901,35
	339092 e 339192	26.850,20	26.850,20	9,33	26.840,87	26.840,87	26.840,87
	339093	424.886,03	424.886,03	0,00	424.886,03	330.170,02	330.170,02
SOMA		110.977.091,80	107.602.802,08	4.232.479,69	103.370.322,39	96.161.411,64	96.160.629,52
4	449000	5.073.013,98	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	436.991,44	436.991,44
	449039	605.998,12	605.998,12	0,00	605.998,12	128.469,78	128.469,78
	449040	282.900,00	282.900,00	0,00	282.900,00	258.900,00	258.900,00
	449052	6.735.224,90	6.735.224,90	443.207,99	6.292.016,91	2.345.127,60	2.345.127,60
SOMA		12.697.137,00	11.124.123,02	443.207,99	10.680.915,03	3.169.488,82	3.169.488,82
TOTAL		123.674.228,80	118.726.925,10	4.675.687,68	114.051.237,42	99.330.900,46	99.330.118,34

Gráfico 5 - Detalhamento de despesas por grupo



6.2.4 Execução orçamentária dos principais Programas/Projetos/Ações

A ESMPU, inserida no Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica, conta com as seguintes ações previstas na programação orçamentária:

a) Projeto: 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União

As obras de construção do Centro de Treinamento da ESMPU tiveram início em 2010 e até outubro de 2018, o prédio encontrava-se com a estrutura básica pronta, o que representava 21% de execução, de acordo com o cronograma físico.

Apesar de todos os esforços envidados pelas gestões anteriores em tratativas junto à Secretaria Geral da PGR, com diversas solicitações, sejam nas propostas orçamentárias, emendas parlamentares ou de créditos suplementares para abertura do processo licitatório, visando a conclusão da segunda etapa da obra, composta por arquitetura (vedações, revestimentos, pisos, acabamentos, cobertura e impermeabilização), elementos de urbanismo e instalações, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) não acatou os pedidos alegando o cenário de crise econômica e ajuste fiscal no país.

Assim, diante da impossibilidade de abertura do processo licitatório, haja vista as restrições orçamentárias e financeiras, todas as dotações destinadas à ação de construção do centro de treinamento, subsequentes ao ano de 2011 foram remanejadas para outras ações da ESMPU ou contingenciadas.

Entretanto, com a priorização da Construção do Centro de Treinamento pela Administração do MPU e seguindo diretrizes da Direção-Geral da ESMPU, foram estimados novos custos e realizadas adequações no cronograma, projetando um valor total estimado de R\$ 24.537.418,72 (vinte e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e dois centavos) para finalização do projeto.

Como a dotação recebida na ação 11EQ no PLOA 2018 foi de apenas R\$ 100.000,00 (cem mil reais), foi encaminhado pedido de crédito adicional suplementar à SOF/MPDG, o qual tramitou no Congresso Nacional sob Projeto de Lei do Congresso Nacional Nº 10/2018, que após sanção pelo Presidente da República foi convertido na Lei nº 13.706 de 13/08/2018, abrindo em favor da ESMPU crédito no valor de R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais). Para complementar o valor, foi solicitado no PLOA 2019 recursos na ordem de R\$ 17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais).

Em 20/08/2018 foi lançado o edital de concorrência nº 01/2018, visando contratação de empresa para execução da segunda etapa da obra de construção da nova sede da ESMPU. A sessão pública para entrega das propostas aconteceu no dia 20 de setembro com a participação de 21 empresas concorrentes, com seis participantes inabilitados.

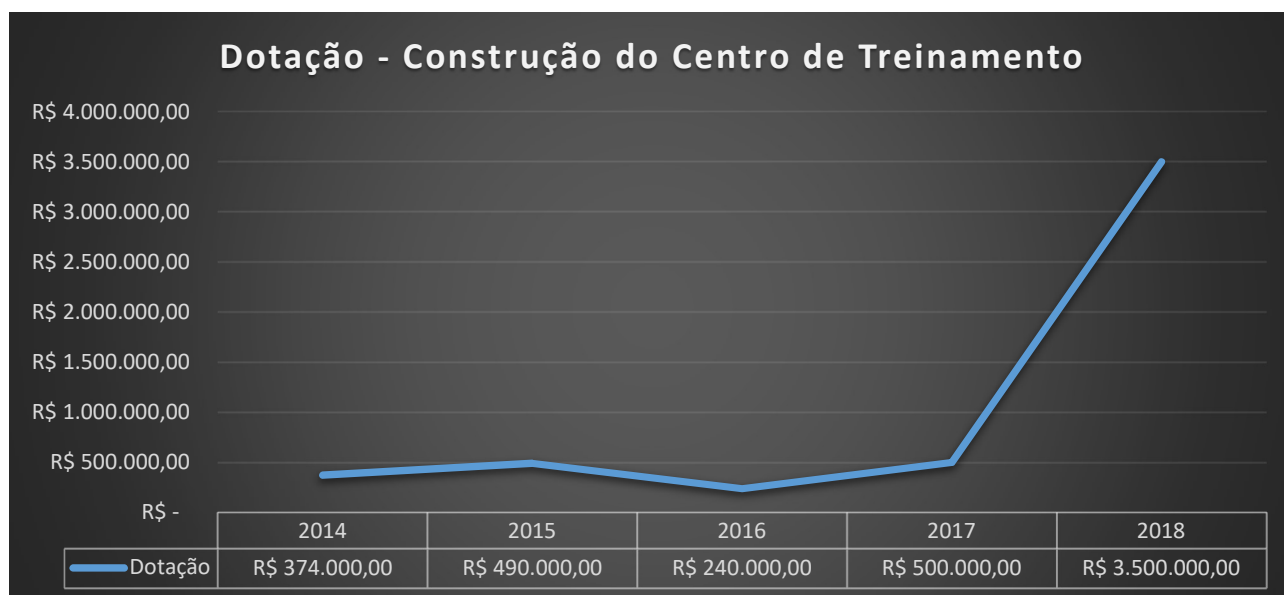
A empresa vencedora foi a ENGEMIL – Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações LTDA, que assinou contrato no dia 30 de outubro, no valor total de R\$ 17.896.939,63 (dezesete milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos). Assim as obras tiveram início em 19 de novembro com previsão de conclusão de 18 meses.

Assim, a dotação em 2018, para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, foi de R\$ 3,500 milhões. Esta dotação foi totalmente empenhada em favor da empresa ENGEMIL. Dessa dotação, foi executado o valor de R\$ 436,991 mil, correspondente a 12,49%, referente à primeira medição da obra.

A dotação restante, R\$ 3,063 milhões, equivalente a 87,51%, foi inscrita em Restos a Pagar Não Processados – RAPNP, para fins de execução no exercício de 2019.

O gráfico abaixo demonstra as dotações orçamentárias consignadas para a Construção do Centro de Treinamento no período de 2014 a 2018:

Gráfico 6 - Evolução da Dotação da Ação Construção do Centro de Treinamento



b) Atividade: 20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento

Esta ação é composta por três Planos Orçamentários: 001 - Administração da ESMPU, 002 – Capacitação de Pessoal, e 003 – Pesquisa na Área Jurídica e representa a ação finalística da ESMPU:

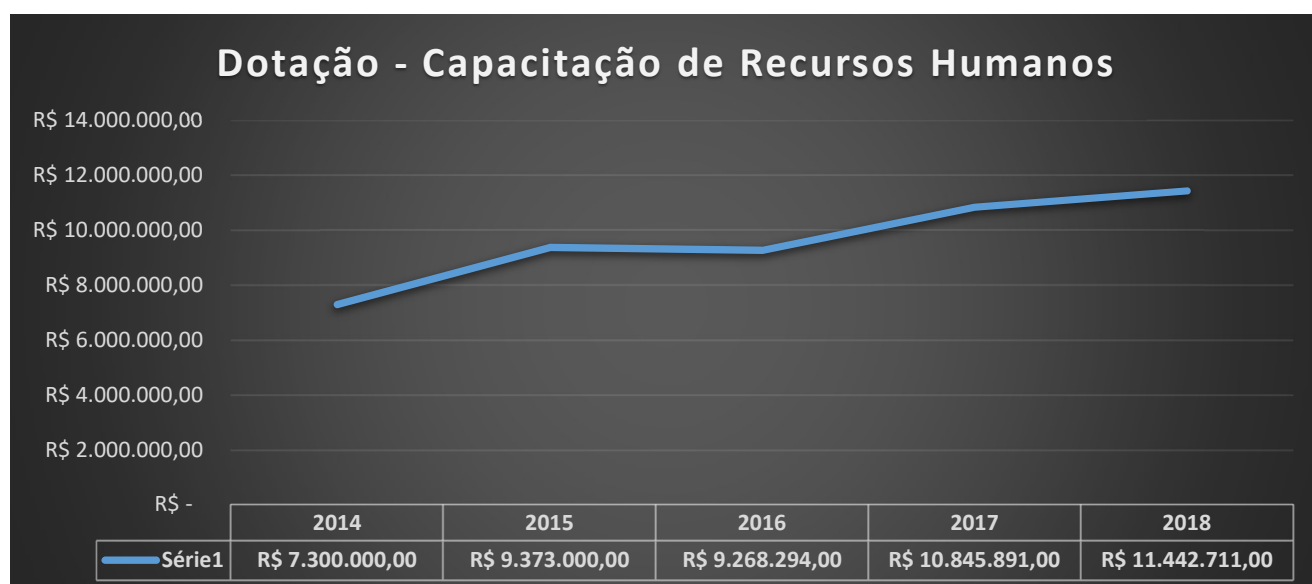
No Plano Orçamentário 001 - Administração da ESMPU, destinado à manutenção das atividades administrativas, são realizadas despesas com o funcionamento da estrutura física da ESMPU, tais como: contratos para prestação dos serviços de limpeza e conservação; apoio administrativo; copeiragem; serviços gráficos; manutenção de equipamentos, dentre outros. É, também nesta Ação, que são realizadas despesas de custeio e investimentos da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), como contratos de impressão (outsourcing), Embratel, sistemas, equipamentos, mobiliário e outros materiais permanentes e de consumo.

No Plano Orçamentário 002 - Capacitação de Pessoal, que se destina à atividade-fim da ESMPU, são realizados gastos com a execução de cursos de aperfeiçoamento, oficinas, seminários, simpósios, congressos e programas de pós-graduação, além dos cursos de ingresso e vitaliciamento para membros do MPU, voltadas à ampliação das ações de capacitação para atendimento aos membros e servidores do Ministério Público da União.

Uma das grandes conquistas da ESMPU foi o aumento da dotação para a atividade fim, destinada a realizar cursos de aperfeiçoamento, oficinas, seminários, simpósios, congressos e programas de pós-graduação, além dos cursos de ingresso e vitaliciamento para membros do MPU. Nesse contexto, a dotação destinada à capacitação de Recursos humanos para o exercício 2018, na ordem de R\$ 11.442.711,00 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e onze reais), representa uma expansão de aproximadamente 56,75% em relação ao exercício de 2014.

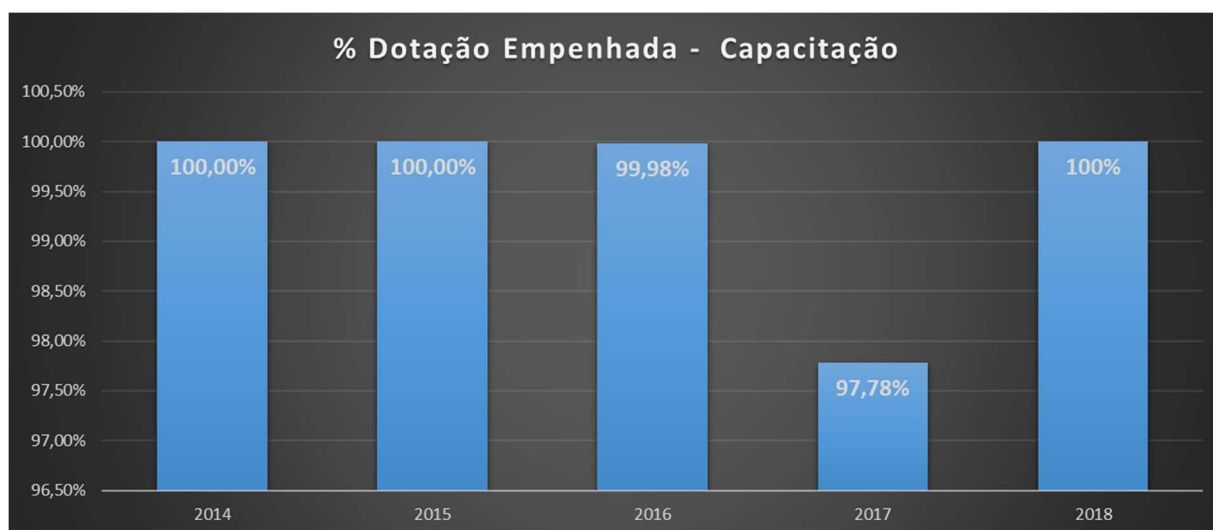
Essa evolução elevou a ESMPU a um novo patamar no seu objetivo de promover a profissionalização de alto nível de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU). No gráfico abaixo podemos observar a evolução do orçamento destinado a capacitação de recursos humanos nos últimos cinco anos:

Gráfico 7 - Evolução da Dotação para Capacitação de Recursos Humanos



Aliada ao cenário de evolução do orçamento, podemos destacar ainda a eficiente gestão dos recursos, com percentuais de dotação empenhada atingindo quase 100% em todos os exercícios. No gráfico abaixo, podemos observar, nos cinco últimos anos da série, o percentual de despesas empenhadas em relação à dotação para capacitação, o que representou um grande desafio, haja vista a grande expansão do orçamento no período:

Gráfico 8 - Evolução do Percentual de Dotação Empenhada

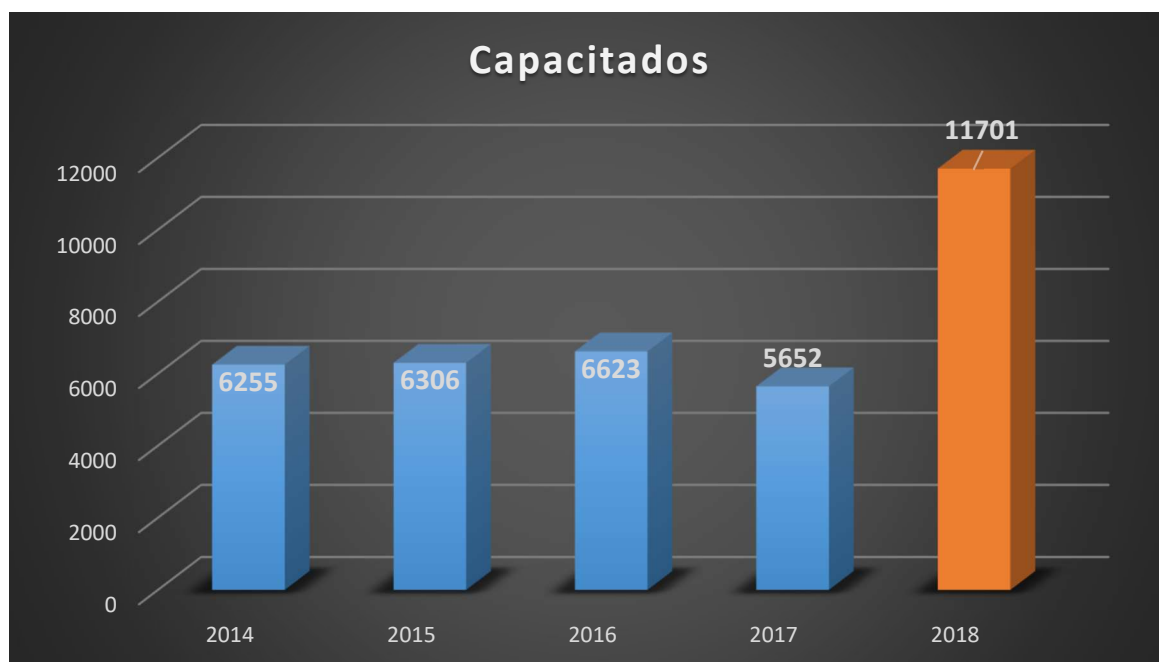


Nos gráficos abaixo, podemos acompanhar a evolução do número das atividades realizadas e a quantidade de membros e servidores capacitados, acompanhando o aumento da dotação orçamentária, com destaque para a grande expansão no exercício de 2018.

Gráfico 9 - Evolução da quantidade de atividades executadas



Gráfico 10 - Evolução da quantidade de capacitados



Da análise dos dados acima, podemos destacar que no ano de 2018 houve uma expansão significativa na quantidade de atividades ofertadas do e público capacitado em relação a 2017.

Mesmo diante do momento de crise e ajuste fiscal ao qual o país atravessou, com diversos contingenciamentos orçamentários, destaca-se a priorização do orçamento da atividade-fim, imbuída na missão institucional de fomentar conhecimento para um melhor enfrentamento dos temas de interesse da Instituição e aprimoramento da atuação profissional de seu corpo técnico e administrativo.

No Plano Orçamentário 003 - Pesquisa na Área Jurídica, onde são realizados os investimentos em projetos de pesquisa na área jurídica, destinados ao aperfeiçoamento da atividade dos membros MPU.

c) Ação de Pessoal e Benefícios Assistenciais (20TP) aos servidores

Uma grande conquista que contribuiu de forma significativa para crescimento da ESMPU, foi a implantação do seu quadro próprio de pessoal, com a aprovação da Lei nº 13.032, de 24 de setembro de 2014. Esta lei criou um total de 286 cargos na estrutura da Escola, sendo 203 cargos efetivos e 83 funções e cargos comissionados, sendo que, conforme está previsto em seu art. 5º, o provimento dos cargos criados por esta Lei está condicionado aos limites definidos em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual. Desta forma, a Lei Orçamentária Anual de 2015, em seu anexo V, autorizou

para o ano de 2015 o total de 72 provimentos, com um limite orçamentário da ordem de R\$ 2.824.060,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil e sessenta reais).

Entretanto, nos exercícios subsequentes, tendo em vista as restrições orçamentárias decorrentes do cenário de crise e ajuste fiscal, aliadas à aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, não foram autorizados novos provimentos.

Por conseguinte, foram providos, até o momento, 26 funções de confiança, 27 cargos em comissão e 35 cargos efetivos, sendo 21 analistas e 14 técnicos.

Para amenizar a defasagem no quadro de pessoal, a ESMPU propôs para 2019 o provimento de 10 cargos, sendo 4 CC2 (opção), 3 CC2 (integral), 1 CC4 (integral) e 2 FC-3. Esse quantitativo físico visa permitir que a Escola promova a estruturação mínima nos gabinetes da Direção-Geral e das Secretarias, permitindo que servidores sejam nomeados para cargos que sejam compatíveis com seus deveres e responsabilidades.

6.2.5 Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com uma análise de tendências

Para o exercício de 2018, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) solicitou à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) recursos na ordem de R\$ 30.230.723,00, que foi aprovada pela Lei nº 13.587, de 2/1/2018 - Lei Orçamentária Anual de 2018 (LOA/2018), publicada no Diário Oficial da União de 3/1/2018, sendo: R\$ 7.305.400,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 12.113.307,00 para Capacitação; R\$ 400.000,00 para Pesquisa; R\$ 100.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 9.448.124,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 863.892,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

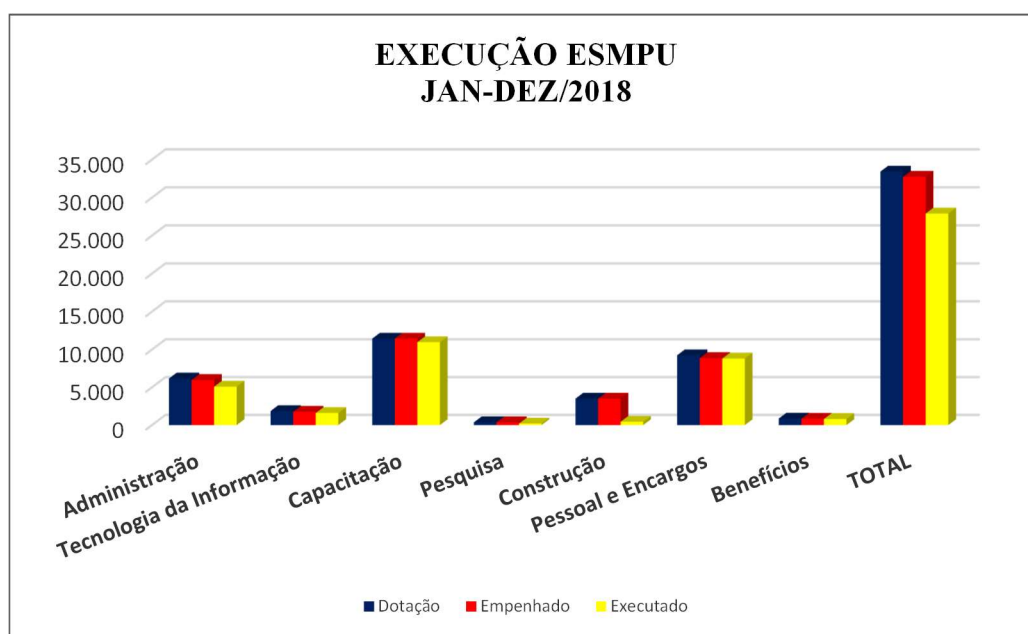
Após as alterações orçamentárias promovidas ao longo do exercício de 2018, que se destinaram à continuidade de execução das atividades administrativas e acadêmicas, a Escola passou a contar com uma dotação orçamentária final de R\$ 33.420.539,00, distribuída da seguinte forma: R\$ 8.018.639,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 11.442.711,00 para Capacitação; R\$ 357.357,00 para Pesquisa; R\$ 3.500.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 9.237.940,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 863.892,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Dessa dotação, foi empenhado o montante de R\$ 32.730.242,26, equivalente a 97,93%, e executado o total de R\$ 27.901.580,54, correspondente a 83,49% do orçamento, conforme demonstrado na tabela e gráfico abaixo.

Tabela 3 - Percentual total de execução – ESMPU

Descrição	Dotação	Empenhado	% Empenhado	Executado	% de Execução
Administração	6.160.127,00	5.966.803,65	96,86	5.080.739,42	82,48
Tecnologia da Informação	1.858.512,00	1.755.552,53	94,46	1.599.228,06	86,05
Capacitação	11.442.711,00	11.442.711,00	100,00	10.974.048,22	95,90
Pesquisa	357.357,00	357.352,24	100,00	201.394,23	56,36
Construção	3.500.000,00	3.500.000,00	100,00	436.991,44	12,49
Pessoal e Encargos	9.237.940,00	8.869.866,84	96,02	8.806.894,10	95,33
Benefícios	863.892,00	837.956,00	97,00	802.285,07	92,87
TOTAL	33.420.539,00	32.730.242,26	97,93	27.901.580,54	83,49

Gráfico 11 - Execução Orçamentária 2018



Ademais, a ESMPU, em atendimento à determinação emanada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, estabeleceu indicadores de desempenho que pudessem avaliar a gestão dos recursos utilizados durante o exercício. Nesse sentido, foram adotados os seguintes indicadores financeiros:

Quadro 15 - Indicadores de desempenho – Dotação executada ação 20HP

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2018	Quantidade atingida
Dotação Executada da ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e	Medir o percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores	$\left(\frac{\text{Dotação Executada}}{\text{Dotação Fixada Atualizada}} \right) * 100$	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até	90,09%

disseminação do conhecimento	do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento.		o final de 2018.	
Data da medição: 31/12/2018				
Análise e justificativa:				
Da dotação total destinada à ESMPU no exercício de 2018, no valor de R\$ 19.818.707,00 milhões, foi empenhado o montante de R\$ 19.522.419,42, correspondente a 98,51%, e pagou/liquidou o valor de R\$ 17.855.409,93, equivalente a 90,09%. Apesar do cenário econômico do país, a execução encontrou-se dentro do previsto, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Direção-Geral da ESMPU.				

Quadro 16 - Indicadores de desempenho – Dotação executada ação 11EQ

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2018	Quantidade atingida
Dotação Executada da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	Medir o percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	$\left(\frac{\text{Dotação Executada}}{\text{Dotação Fixada Atualizada}} \right) * 100$	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2018.	12,49%
Data da medição: 31/12/2018				
Análise e justificativa: Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 100.000,00, que foi suplementada em R\$ 3.400.000,00, pela Lei nº 13.706, de 13/8/2018, totalizando R\$ 3.500.000,00. Essa dotação encontra-se integralmente empenhada em favor da empresa ENGEMIL – Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações LTDA, que se sagrou vencedora do certame licitatório destinado à contratação de empresa para a execução das etapas complementares da obra. No período, houve a execução do valor de R\$ 436.991,44, referente à primeira medição da obra, correspondendo a 12,49% da dotação. Essa execução ficou abaixo do esperado, uma vez que a obra teve seu início em meados de novembro de 2018, não havendo tempo hábil para a execução de outras medições e os respectivos pagamentos.				

Quadro 17 - Indicadores de desempenho – Restos a pagar ação 20HP

Nome do Indicador	O que mede	Fórmula de cálculo	Meta 2018	Quantidade atingida
Restos a Pagar Pagos da ação 20HP –	Medir o percentual de execução dos Restos a Pagar	$\left(\frac{\text{Restos a Pagar Pagos}}{\text{Restos a Pagar}} \right)$	Realizar 100% dos créditos	70,66%

Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	Inscritos e Reinscritos da ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	Pagar Inscritos e Reinscritos) * 100	inscritos e reinscritos em Restos a Pagar até o final de 2018.	
Data da medição: 31/12/2018				
Análise e justificativa: O valor total inscrito e reinscrito em restos a pagar no início de 2018 foi de R\$ 2.193.561,44. Desse valor, a ESMPU promoveu pagamentos na ordem de R\$ 1.549.872,61, correspondente a 70,66%. Realizou-se também o cancelamento do valor de R\$ 605.790,74, equivalente a 27,62%, e o bloqueio de R\$ 7.429,46, correspondente a 0,34%, em atendimento ao disposto no Decreto 93.872/86. O Saldo de R\$ 30.468,63 foi reinscrito em Restos a Pagar Não Processados – RAPNP a ser efetivado no exercício de 2018.				

6.2.6 Explicações sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes.

Da análise dos dados apresentados no item anterior, percebe-se que a ESMPU obteve um crescimento de suas atividades finalísticas, em especial quanto à expansão significativa no número de atividades realizadas e do público capacitado, além da retomada da construção da nova sede, o que elevou a ESMPU a um novo patamar no seu objetivo de promover a profissionalização de alto nível à membros e servidores do Ministério Público da União (MPU).

6.2.7 Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios e ações futuras a serem adotadas pela ESMPU constam em seu Plano Diretor Institucional – PDI para o período de 2020 a 2024. Podemos destacar no quadro abaixo a projeção de evolução do orçamento para o período:

Quadro 18 - Projeção de Despesas PDI 2020-2024

Tipo de Despesa	Valor (R\$)	Distribuição / ano (R\$)	
A ESMPU, em virtude da Lei nº 13.032, de 24/9/2014, realizará pagamentos de despesas com pessoal ativo, contribuições para o custeio do regime de previdência dos servidores federais, provimentos de cargos e funções, bem como adicionais, gratificações e reajustes. (*)	63.828.787,69	2020	11.841.157,00
		2021	12.294.673,00
		2022	12.752.035,00
		2023	13.225.135,00
		2024	13.715.787,69
Manutenção das atividades administrativas, que são despesas com o funcionamento da estrutura física da ESMPU, tais como: aquisição de mobiliário; sistemas; equipamentos; materiais permanentes e de consumo; os principais contratos vigentes de manutenção e serviços (limpeza, conservação, recepcionista, copeiragem, cópias e reprodução de documentos, entre outros).	57.796.993,65	2020	10.722.167,00
		2021	11.132.826,00
		2022	11.546.997,00
		2023	11.975.359,00
		2024	12.419.644,65
Capacitação de Recursos Humanos. Este elemento de despesa refere-se à atividade finalística da ESMPU, qual seja, a capacitação de membros e servidores do MPU.	59.257.210,62	2020	10.992.249,00
		2021	11.414.291,00
		2022	11.838.902,00
		2023	12.278.125,00
		2024	12.733.643,62
Pesquisas na área jurídica. Recurso destinado à produção científica fomentada pela ESMPU, coordenada pela Câmara de Desenvolvimento Científico.	3.922.338,81	2020	727.650,00
		2021	755.519,00
		2022	783.625,00
		2023	812.697,00
		2024	842.847,81
Construção do centro de treinamento e sede da ESMPU, cujo objetivo é ampliar os espaços acadêmicos da ESMPU, permitindo o incremento das possibilidades pedagógicas, uma vez que as novas instalações foram pensadas para ampliar os formatos das atividades oferecidas.	815.000,00	2020	815.000,00
		2021	0,00
		2022	0,00
		2023	0,00
		2024	0,00
TOTAL	185.620.330,77	2020	35.098.223,00
		2021	35.597.309,00
		2022	36.921.559,00
		2023	38.291.316,00
		2024	39.711.923,77

6.3 Gestão de Pessoas

6.3.1 Conformidade Legal

Visando garantir a conformidade da legislação de pessoal e demais normativos, a Gestão de Pessoas da Escola Superior do Ministério Público da União observa as diretrizes estabelecidas pela Administração Pública Federal, Órgãos de Controle e do Ministério Público da União.

Sendo assim, a DGP mantém atualizadas as normas publicadas que disciplinam a gestão de pessoas no âmbito do MPU, bem como busca a capacitação constante da Equipe por meio de treinamentos internos e externos.

Outro fator de grande importância para a manutenção da conformidade legal na ESMPU, é a participação de alguns servidores da ESMPU, em comissões de trabalho com os demais ramos do MPU, para atualização dos normativos da área de pessoal. Esse processo é crucial para o conhecimento da legislação, pois o servidor participa de todo o processo de elaboração do ato normativo.

Aliado a isso, constantemente, a Divisão de Gestão de Pessoas, por meio de consultas aos Sistemas de Gestão, busca identificar eventuais inconsistências a fim de providenciar as correções necessárias.

Anualmente, a ESMPU, promove recadastramento de aposentados e pensionistas, conforme determina o artigo 9º, §2, da Lei nº 9.527/1997. Outra importante ação de prevenção promovida pela Escola Superior do MPU é o recadastramento de acumulação de cargos e proventos.

No âmbito da ESMPU, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos é verificada no momento da posse e feito o recadastramento anual de servidores no Sistema de Gestão de Pessoas. O servidor preenche formulário no sistema, em que informa:

- a) se ocupa ou não cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta das esferas, federal, estadual ou municipal;
- b) se irá ou não acumular a remuneração do cargo efetivo com a remuneração do cargo, emprego ou função pública indicado, comprometendo-se, em caso de acumulação vedada, a entregar à Gestão de Pessoas da ESMPU, no prazo de 30 dias a contar da data da posse, cópia da publicação do ato de vacância relativo ao cargo ora ocupado ou cópia autenticada da rescisão do contrato de trabalho;
- c) se participa ou não de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e se exerce ou não o comércio, na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

A atualização constante e a observância da legalidade agilizam o processo de tomada de decisões pela Alta Administração da ESMPU, garantindo-se assim, a melhoria contínua dos processos da Gestão de Pessoas. No exercício de 2018, não foram identificadas irregularidades no pagamento de aposentados e pensionistas, nem irregularidades referentes às acumulações indevidas no âmbito da ESMPU.

6.3.2 Avaliação da força de trabalho

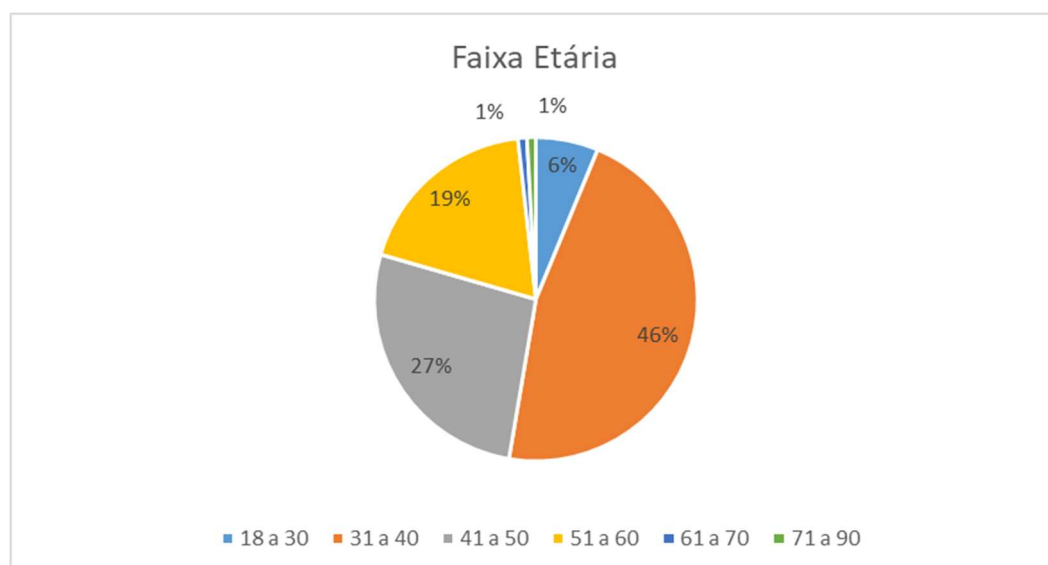
Até o final de 2014 os serviços administrativos da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ficavam a cargo de servidores dos ramos do Ministério Público da União, cedidos para a ESMPU por força do Art. 7º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.

Em 24 de setembro de 2014 foi publicada a Lei 13.032, que criou o quadro próprio da ESMPU, com 203 cargos efetivos, sendo 117 Técnicos e 86 Analistas, bem como 36 cargos em comissão e 47 funções de confiança, e preservou 13 cargos em comissão e 3 funções de confiança criados pela lei 9628/1998. O provimento desses cargos ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei orçamentária anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

A implementação da Lei nº 13.032/2014 teve início em dezembro de 2014, com a edição da Portaria ESMPU nº 112, de 22 de dezembro de 2014, publicada no DOU, seção 1, de 24/12/2014, que dispôs sobre o provimento de 14 cargos efetivos e da Portaria ESMPU nº 30, de 27 de março de 2015, publicada no BSMPU, nº 03, de março de 2015, com o provimento de 4 cargos em comissão, conforme previsto no Anexo V da Lei 13115/2015. Em 2015 foram providos 25,17% do total de cargos criados pela Lei nº 13.032/2014, atingindo a meta estipulada para o período.

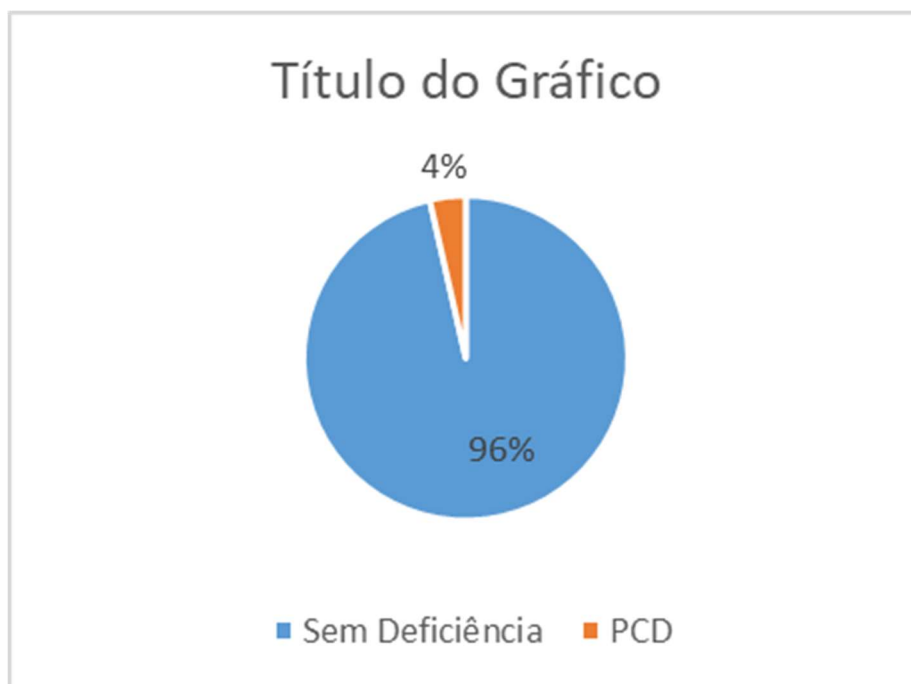
A média de idade desses servidores é de aproximadamente, 30 anos, sendo que 53% encontra-se entre 18 e 40 anos de idade, configurando-se em um grupo jovem, ainda com pouco tempo de contribuição para previdência, o que não impacta, de forma relevante, as políticas de reposição de força de trabalho, especificamente em relação a esse quesito.

Gráfico 12 -Faixa etárias servidores



A força de trabalho no ano de 2018 contava com 112 (cento e doze) servidores. Deste total, 4 (quatro) são pessoas com deficiência, sendo que 3 (três) são portadores de deficiência visual e 1 (um) com mobilidade reduzida, ou seja, aproximadamente 4% do quadro de pessoal são PCD.

Gráfico 13 - Percentual de servidores portadores de deficiência



De forma geral, o quadro é composto por aproximadamente 59% (cinquenta e nove por cento) de servidores do gênero feminino e 41% (quarenta e um por cento) de servidores masculinos, totalizando 112 servidores, distribuídos entre próprio do MPU, requisitados e sem vínculo.

No ano de 2018, o quadro de pessoal da ESMPU era composto por 85% (oitenta e cinco por cento) servidores do quadro, 5% (cinco por cento) de requisitados, 11% (onze por cento) de servidores sem vínculo.

Quadro 19 - Distribuição por situação funcional e gênero

Gênero	Quadro		Requisitados		Sem vínculo		Total	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Masculino	41	43%	0	0%	5	45%	46	41%
Feminino	54	57%	6	100%	6	55%	66	59%
Total	95	85%	6	5%	11	10%	112	

Em relação ao critério avaliativo etnia, cabe ressaltar, que a Escola Superior do MPU adota a auto avaliação como fator preponderante para a classificação dos servidores, ou seja, os próprios servidores informam, levando-se em consideração características fenotípicas. Sendo assim, o quadro de servidores da ESMPU, no exercício de 2018, ficou distribuído da seguinte forma:

Quadro 20 - Distribuição por gênero

	Branca	Amarela	Parda	Preta	Não desejo informar	Indígena	Total
Mulheres	38	2	19	4	3		66
Homens	16	1	22	4	2	1	46

Gráfico 14 - Percentual Etnia



6.3.3 Evolução do quadro de pessoal e situação funcional

No ano de 2015, iniciou-se a implementação do quadro próprio da ESMPU, criado por meio da lei 13032/2014, sendo possível o incremento de 35 novos servidores, em diversas áreas, consideradas prioritárias para a instituição. No entanto, havia um planejamento de novos ingressos para os anos de 2016 e 2017, que não se concretizou, em virtude dos cortes orçamentários e da retirada do anexo V da LOA, referente àqueles anos.

No exercício de 2018, não houve continuidade na implementação do quadro da ESMPU, em virtude das restrições orçamentárias, apenas reposição das vagas sem impacto orçamentário, mantendo-se assim, a estabilidade do quadro de pessoal.

A distribuição da força de trabalho entre áreas meio e fim encontra-se equilibrada, sendo que a área fim conta com 45% dos servidores e a área meio, com 54%. No entanto, em virtude da ampliação das atividades da ESMPU, verifica-se a necessidade de incremento de pessoal na área fim.

Quadro 21 - Quadro de servidores ESMPU

Quadro de Servidores			
Estrutura ESMPU – Lei nº 13032/2014			
Cargo	2016	2017	2018
Analistas	22	21	21
Técnicos	14	12	12
Outros Ramos			
Cargo	2016	2017	2018
Requisitados	8	8	06
Sem vínculo	10	10	11
Analistas	10	10	08
Técnicos	51	51	54
Total servidores	115	112	112
Estagiários	25	20	28

6.3.4 Recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para ingresso na carreira de analista e técnico do Ministério Público da União é realizada por meio de concurso público, conforme determina a legislação vigente. A organização do processo seletivo depende de autorização do Ministério da Economia e fica sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da República a organização do concurso no âmbito do MPU. Os provimentos das vagas são efetivados levando-se em consideração a previsão orçamentária e a listagem previamente divulgada no edital do certame.

Outro fator importante para movimentação de pessoal na Escola Superior do MPU é o Concurso Periódico de Remoção. Neste processo são ofertadas as vagas, primeiramente, aos servidores para movimentação interna, evitando-se assim, a evasão de grande número de servidores. O certame visa motivar os servidores, mantendo o capital intelectual no âmbito do Ministério Público da União.

6.3.5 Política de capacitação de pessoas

A capacitação da força de trabalho da ESMPU, dá-se por meio do Plano de Capacitação, realizado pela área de Gestão de Pessoas, em parceria com as Secretarias e Diretoria-Geral e implementada com a oferta de cursos, nas modalidades à distância e presencial: pela própria ESMPU – âmbito do MPU ou por instituições parceiras, de instrutoria interna (treinamentos e módulos desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada área e ministrados por servidores públicos federais, mediante gratificação de encargos de cursos ou concursos – GECC) e de contratação de eventos externos no mercado (compras de vagas ou cursos in company).

No ano de 2018, o índice foi de 40,76 horas de capacitação por pessoa. O resultado atingido foi superior ao previsto (35 h), evidenciando o esforço da ESMPU em proporcionar capacitação permanente e continuada do quadro de servidores, gerando conhecimento e melhorando a qualidade dos serviços prestados pela instituição. O critério adotado para cálculo de capacitação anual foi exclusivamente o de treinamentos institucionais, promovidos pelo Ministério Público da União, dividido pela força de trabalho. Foram executados, aproximadamente, R\$ 60.208,88 (sessenta mil duzentos e oito reais e oitenta e oito reais), em 21 cursos.

Dos servidores que ingressaram na Escola, 97% possuem nível superior completo nas diversas áreas de formação, sendo que, aproximadamente, 67% já concluíram algum tipo de pós-graduação.

6.3.6 Indicadores Gerenciais de Gestão de Pessoas

a) Absenteísmo

O absenteísmo é uma expressão utilizada para designar as faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais. Sua mensuração é simples e custo calculado.

O índice de absenteísmo (IA) medido pela ESMPU é o produto da relação do número de dias de falta ao trabalho – devido à licença para tratamento de saúde (LTS) e/ou à licença por motivo de doença em pessoa da família (DPF) – multiplicado por 100, dividido pelo número de dias de trabalho (total de servidores efetivos, requisitados e sem vínculo x 365).

O IA no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 2,30%, ficando abaixo do percentual de 2017, que foi de 2,88%, mas ficando abaixo da meta anual estipulada de 3%.

Quadro 22 - Índice de Absenteísmo – 2018

2018	LTS (1)	DPF (2)	Total de falta (3)	Servidores (4)	Dias de Trabalho (5)	IA (%)
Total	787	153	940	112	40880	2,30

1 – LTS – Quantidade de dias de licença para tratamento da saúde.

2 – DPF – Quantidade de dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.

3 – Total de faltas – LTS + DPF = Total de dias não trabalhados por motivo de licenças.

4 – Servidores – Quantitativo de servidores ativos em cada mês.

5 – Dias de trabalho – Servidores ativos multiplicados por total de dias do mês.

6 – IA (Índice de absenteísmo) = (total de faltas x 100) ÷ Dias de trabalho.

b) Rotatividade

O índice de rotatividade é obtido por meio da média entre o número de ingressos não planejados mais o número de desligamentos voluntários, dividido pelo número de servidores no início do período medido – multiplicado por 100. Não houve rotatividade na ESMPU em 2018.

c) Ações de qualidade de vida

No ano de 2018, foram realizadas ações de qualidade de vida no trabalho, segundo os eixos integração e saúde, de forma a contribuir para a construção de um ambiente de trabalho motivador, dinâmico, acolhedor, tornando-o a longo prazo um local afetivo para os seus servidores, onde estes possam atuar com efetividade, expressando individualmente seus potenciais e superando os desafios:

Integração

- **Comemoração dos aniversariantes – 4 ações:** 25/4/2018 – Aniversariantes de janeiro a abril; 21/6/2018 – Aniversariantes de maio e junho; 19/9/2018 – aniversariantes de julho a setembro; 13/12/2018 – aniversariantes de outubro a dezembro
- Dia da mulher – 8/3/2018
- Dia das mães – 14/5/2018
- Festa junina – 29/7/2018
- Dia do amigo – 20/7/2018
- Dia dos pais – 13/8/2018
- Semana do servidor – 22 a 25/10/2018
- Evento de fim de ano – Uma equipe Mágica – 13/12/2018

Saúde

- Feira de saúde ocular – 10 e 11/4/2018
- Meditação – às terças-feiras
- Preparação para aposentadoria – curso em EAD, em parceria com o MPF
- Ginástica laboral/alongamento – 25/10/2018 – prática do TRE – exercícios para liberação de estresse – traumas
- Uso do jardim de Convivência – 9/6/2018 e 15/6/2018 (chás de fralda); 5/7/2018 – Oficina do grupo de Gestão Ambiental

O indicador para mensurar a qualidade de vida no ambiente organizacional da Escola, é medido semestralmente, sendo calculado pela divisão o número de participantes satisfeitos dividido pelo total de participantes da pesquisa, multiplicado por 100. Esse indicador visa identificar a efetividade das ações adotadas para melhorar a qualidade de vida no ambiente organizacional. O Índice de satisfação dos servidores e/ou colaboradores da ESMPU com as ações do Qualidade de Vida, durante o ano de 2018 foi de 70,87%.

d) Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

De acordo com a Portaria PGR nº 298, de 8 de maio de 2003, a Avaliação de Desempenho Funcional tem como objetivo aferir a eficiência dos servidores no desempenho de suas atribuições, o que possibilita implementar ações gerenciais voltadas para o aperfeiçoamento profissional, crescimento na carreira, desenvolvimento da organização e melhoria do serviço.

A avaliação também é utilizada como instrumento de avaliação para fins de Progressão Funcional e Promoção na Carreira, conforme está previsto no art. 11 da Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002.

O processo avaliativo é realizado anualmente para todos os servidores da Carreira do Ministério Público da União, em efetivo exercício, inclusive aqueles que estejam cumprindo estágio probatório e os que já alcançaram o final da carreira, pela chefia imediata, levando-se em consideração os critérios de relacionamento interpessoal, capacidade técnica, iniciativa, comprometimento e responsabilidade.

Apenas são excluídos do processo, aqueles que exerçam cargo comissionado, a partir do CC-2, bem como aqueles licenciados para mandato classista e afastados para o desempenho de mandato eletivo.

A escala de avaliação varia entre a pontuação de 1 a 5, e o servidor precisa obter, no resultado final, média igualou superior a 3,8 pontos, para ser aprovado na avaliação de desempenho, e fazendo jus à progressão ou promoção funcional nos termos da Portaria PGR nº 107, de 6 de março de 2003. Caso não alcance a nota mínima, o servidor passará por acompanhamento funcional, por meio de programas de treinamento ou outras medidas necessárias para aprimorar o desempenho do servidor.

Em 2018, 40 (quarenta) servidores progrediram na carreira e 23 (vinte e três) obtiveram a promoção, totalizando 63 (sessenta e três) progressões/promoções.

Outro processo extremamente importante para aferir a competência dos servidores da Escola Superior, é a avaliação de estágio probatório, conforme determina o art. 20, da Lei 8.112, de 11 de

dezembro de 1990, que ao ingressar no serviço público, o servidor ficará sujeito, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual suas aptidões e capacidades serão avaliadas.

O processo de gestão de desempenho no estágio probatório dos servidores da carreira do MPU é gerido pela Portaria PGR nº 577, de 16 de novembro de 2010. A avaliação é realizada semestralmente, até a conclusão do estágio probatório. Durante esse processo são analisadas as habilidades comportamentais e profissionais.

No ano de 2018, vinte (20) servidores concluíram o estágio probatório, sendo aprovados pelo Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e de Avaliação de Gestão do Desempenho no Estágio Probatório – GEDEP, adquirindo a estabilidade no serviço público.

e) Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

O quadro de pessoal da Escola Superior do MPU, conforme descrito anteriormente, não está totalmente implementado, em virtude das restrições orçamentárias. Sendo assim, a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança da ESMPU é composta por 53 (cinquenta e três) cargos e/ou funções do quadro próprio da ESMPU e de 10 (dez) cargos e/ou funções do quadro da Procuradoria Geral da República, que serão devolvidas no decorrer do processo de implementação do quadro de pessoal da ESMPU, criado pela Lei 13032/2014.

Do total de cargos comissionados, aproximadamente 63% (sessenta e três por cento) são ocupados por servidores efetivos da Administração Pública, e 37% (trinta e sete por cento) dos cargos são ocupados por servidores sem vínculo. Esses cargos gerenciais são de Secretários, Assessores e Chefes de Divisão da ESMPU. As funções comissionadas são ocupadas por chefes de Núcleo e de Seção, e são 100% (cem por cento) de servidores efetivos.

Em relação ao número de cargos comissionados frente a não comissionados, a ESMPU conta com 27 cargos em comissão, sendo 10 ocupados por servidores sem vínculo e aposentados (33%), 1 por servidor requisitado (4%) e 16 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (63%) e 26 funções gratificadas, sendo que 2 são ocupadas por servidores requisitados (12%) e 24 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (88%), verificando-se assim, a valorização de servidores da carreira.

6.3.7 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 23 - Demonstrativo de despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2018	0,00	14.228,89	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	14.228,89
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	35.021,84	0,00	0,00	0,00	0,00	35.021,84
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2018	4.512.259,14	230.345,85	426.296,02	359.448,16	436.395,36	0,00	0,00	2.298,46	0,00	5.967.218,48
	2017	4.157.245,72	259.247,82	405.556,53	352.254,95	432.756,91	0,00	0,00	29.955,90	0,00	5.637.117,83
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2018	0,00	1.183.451,21	97.716,89	34.260,32	32.639,74	0,00	1.119,93	768,36	0,00	1.346.956,45
	2017	0,00	1.256.324,74	102.204,49	78.943,16	42.432,00	0,00	0,00	46.692,60	0,00	1.526.596,99
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2018	0,00	780.810,96	64.062,70	13.779,29	123.205,97	0,00	2.205,41	0,00	0,00	984.064,33
	2017	0,00	706.492,85	56.382,08	18.464,85	109.092,58	1.654,06	0,00	5.627,73	0,00	897.714,15
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2018	53.521,93	0,00	0,00	2.722,55	5291,49	0,00	0,00	0,00	0,00	61.535,97
	2017	19.148,28	30.928,75	6.616,26	1.123,72	8.614,00	3.308,12	0,00	0,00	0,00	69.739,13
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: os valores acima descritos não apresentam as rubricas referentes ao ressarcimento de pessoal cedido com ônus a outros órgãos, acertos financeiros decorrentes de vacâncias de pessoal, inativos, pensionistas e pagamento de patronal.

Fonte: Sistema GPS

6.3.8 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 24 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
Servidores do Quadro	60	35
Requisitados	3	3
Sem vínculo	3	8
Total de Servidores	66	46

Após análise dos dados apresentados, vale ressaltar alguns aspectos relevantes que interferem diretamente na força de trabalho: resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim, resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área – quantitativamente, a distribuição da força de trabalho entre áreas meio e fim encontra-se equilibrada, sendo que a área fim conta com 41% dos servidores e a área meio, com 58%.

No entanto, em virtude da ampliação das atividades da ESMPU, verifica-se a necessidade de incremento de pessoal na área fim.

6.3.9 Principais desafios e ações futuras

O maior risco da gestão de pessoas na ESMPU está associado ao uso de sistemas que não atendem adequadamente às demandas institucionais.

A Escola utiliza, de forma compartilhada, os sistemas disponibilizados e gerenciados pela Procuradoria Geral da República – PGR. Ocorre que os acessos são limitados a determinadas funcionalidades, ocasionando a dependência, por parte da ESMPU, de que a equipe técnica daquela Procuradoria Geral proceda às alterações necessárias para alimentação da base de dados.

Esse risco está sendo minimizado, a cada ano, com as constantes tratativas com os Secretários e equipe de Gestão de Pessoas da PGR, visando liberações de novas funcionalidades do Sistema.

Outro risco que impacta a gestão de pessoas, refere-se ao quantitativo de pessoal, tanto na área, quanto na ESMPU, que vem sofrendo decréscimo, em virtude das reiteradas restrições orçamentárias que impedem a implementação do quadro próprio, criado por meio da Lei 13032/2014.

Após análise dos dados apresentados, vale ressaltar alguns aspectos relevantes que interferem diretamente na força de trabalho: a) quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade; b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados e c) eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas.

Dessa forma, entende-se que a quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade são deficitárias, principalmente, na área-fim, em virtude da ampliação de vagas ofertadas e da demanda reprimida.

6.4 Gestão de Licitação e Contratos

6.4.1 Conformidade Legal

Não existe reflexo de desoneração de folha de pagamento nos contratos desta UPC.

6.4.2 Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Dentre os gastos de custeio com o funcionamento administrativo, destacam-se:

Quadro 25 - Gastos com custeio 2018

Descrição	Executado	% de Execução
Material de Consumo	R\$ 83.617,74	89,64
Locação de mão de obra	R\$ 3.663.325,01	100,00
Pessoa Jurídica	R\$ 582.804,94	67,71
Obrigações tributárias	R\$ 812,38	100,00

6.4.3 Contratações mais relevantes, sua associação com os objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

6.4.3.1 Construção do Centro de Treinamento ESMPU

Para a Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, foi contratada a empresa **ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS,**

MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, classificada em primeiro lugar pelo critério de menor preço global, que apresentou proposta comercial no valor de R\$ 17.896.939,63 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), ela foi declarada vencedora na Concorrência-ESMPU nº 01/2018 pela Comissão Especial de Licitação, registrada Ata da sessão pública que vai anexa ao processo de licitação, p. X (0114289), juntamente com os demais documentos que instruem o procedimento.

O resultado foi então publicado no DOU edição de 16/10/2018, seção 3 e no jornal Correio Braziliense de 16/10/2018, p.XI (0114534) e no portal da transparência da ESMPU.

6.4.3.2 Licitações referentes ao exercício 2018

Quadro 26 - Processos licitatórios 2018

Edital	Objeto	Resultado
01	Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro, compreendendo o fornecimento, instalação e conserto de chaves e fechaduras, com emprego de mão de obra, para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1), e Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF), conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) e as demais condições estabelecidas no Edital	Em favor da empresa FUMANCHU CHAVES E SEGURANCA ELETRONICA LTDA – EPP (CNPJ n. 37.104.635/0001-49), no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
Edital	Objeto	Resultado
02	Contratação de serviços de suporte à infraestrutura das atividades acadêmicas da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, compreendendo serviços de hospedagem, alimentação, logística para eventos, transporte, tradução, sonorização, equipamentos, locação de salas, auditórios e outros correlatos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.	Em favor da empresa GOURMET BUFFET E EVENTOS EIRELI (CNPJ n. 11.582.094/0001-70), no valor total de R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais).
Edital	Objeto	Resultado
03	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais , bem como emissão de seguros para trechos internacionais, visando o atendimento das necessidades de deslocamento dos Membros e Servidores do Ministério Público da União, bem como dos Colaboradores Eventuais da Escola Superior do Ministério Público União – ESMPU; Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta, mesmo que sejam emitidos bilhetes distintos por companhia aérea, ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação.	Em favor da empresa BOA SAFRA TURISMO LTDA CNPJ n. 04.845.470/0001-07, no valor total de R\$ 2.648.731,04 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e um reais)

Edital	Objeto	Resultado
04	A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de subscrição para o uso de solução de software visando ao provisionamento de cópias virtuais de dados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento	Em favor da empresa EWAVE DO BRASIL INFORMATICA LTDA CNPJ 07.978.782/0001-87 , sendo o objeto do certame valor total de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais).
05	A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículos para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme condições, quantidades e exigências do Anexo I do Edital.	Em Favor da empresa, item 2, AMORIM E ALVES COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA CNPJ n. 12.661.958/0001-02 , no valor total de R\$ R\$142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais)
06	A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de videoconferência em nuvem (cloud) , para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme condições, quantidades e exigências constante do Anexo I do Edital.	Em favor da empresa PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICO CNPJ n. 09.456.941/0001-09 , no valor total de R\$ 24.480,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta mil reais)
07	A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículos para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme condições, quantidades e exigências do Anexo I do Edital. (REPETIÇÃO PARA COMPRA APENAS DO ITEM 1)	Em favor da empresa TOYOTA DO BRASIL LTDA CNPJ 59.104.760/0001-91 , item 1 , no valor total de R\$ 205.718,00 (duzentos e cinco mil, setecentos e dezoito reais)

6.4.4 Contratações diretas: Participação no processo de contratação, principais tipos e justificativas para realização

A ESMPU realizou 33 (trinta e três) contratações por Dispensa de Licitação e 205 por Inexigibilidade de Licitação.

A maioria das contratações foram por meio de inexigibilidade de licitação visto que a escola é responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU). A ESMPU atua na promoção de atividades acadêmicas e de extensão, no apoio a pesquisas científicas, na edição de publicações e no desenvolvimento de projetos para melhor interlocução com a sociedade. Para viabilizar sua função institucional são contratados docentes nas áreas de direito e administração para diversos cursos presencial e a distância. As demais contratações por dispensa de licitação tratam-se de despesas de pequeno vulto.

6.4.5 Principais desafios e ações futuras

Intensificar as ações que visam racionalizar as despesas de custeio, tais como renegociações contratuais;

- a) Promover melhorias nos processos de contratações de bens e serviços;
- b) Atualização permanente dos instrumentos de contratação e disponibilização de minutas de Termos de Referência, Contratos, Editais, bem como elaboração de mapeamentos dos processos visando a elaboração de fluxogramas e listas de verificação de todos os processos de contratação.
- c) Contratar ferramentas de gestão patrimonial por radiofrequência, visando otimizar recursos, modernizar a gestão e aprimorar o controle.

6.5 Gestão Patrimonial e infraestrutura

6.5.1 Conformidade Legal

O controle patrimonial e de materiais de consumo da ESMPU, cuja competência regimental está atribuída à Divisão de Materiais e Patrimônio – DIMAT, atualmente é realizado por meio do Sistema Integrado de Ensino - SIE.

O desenvolvimento das atividades é amparado na Instrução de Serviço nº 03/2016 que estabelece procedimentos de movimentação e recebimento de bens permanentes e materiais de consumo no âmbito da ESMPU.

6.5.2 Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Durante o ano de 2018 houveram aquisições relevantes de bens patrimoniais perfazendo um total incorporado de R\$ 1.686.154,74 (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) dos quais R\$ 1.372.397,48 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos) se trata de incorporação de equipamentos de processamento de dados. Houve também aquisições de softwares, perfazendo um total de R\$ 258.900,00 (duzentos e cinquenta e oito mil e novecentos reais) incorporados.

Quanto aos materiais de consumo, houve aquisições de diversos itens, iniciado em 2017 e concluído em 2018, em que foram adquiridos em torno de 65 (sessenta e cinco) itens, adquiridos por Atas de Registro de Preços ESMPU e compras compartilhadas.

De acordo com o SIE, em 2018 foram incorporados ao estoque do almoxarifado o valor de R\$ 476.920,90 (quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e vinte reais e noventa centavos) gastos com materiais de consumo.

Desde 2018 a DIMAT vem dando suporte de informações à Comissão de Arquitetura da Nova Sede, que efetua o levantamento de aquisições para a futura sede da ESMPU.

6.5.3 Desfazimento de bens

Com vistas ao desfazimento de bens permanentes, a ESMPU realizou entre doações e transferências a soma de R\$ 607.116,12 (seiscentos e sete mil, cento e dezesseis reais e doze centavos), valor bruto, ou seja, soma de valor líquido mais depreciação.

6.5.4 Locação de imóveis e equipamentos

Não houve locação de imóveis e equipamentos por esta UPC no exercício de 2018.

6.5.5 Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve mudanças ou desmobilizações por esta UPC no exercício de 2018.

6.5.6 Principais e desafios e ações futuras

Como grande desafio e ação para o futuro podemos destacar a mudança para a nova sede. Nesse sentido a DIMAT vem prestando o apoio necessário à Comissão de Arquitetura da Nova Sede.

6.6 Gestão da tecnologia da informação

6.6.1 Conformidade legal

A ESMPU foi criada pela Lei nº 9.628/98 com a finalidade de aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional de membros e servidores do Ministério Público da União, de iniciar novos integrantes do MPU e de desenvolver pesquisa na área jurídica. O quadro de pessoal é

decorrente da Lei nº 13.032/2014. Detalhes encontram-se publicados no portal da ESMPU na Internet, disponível em <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/lei-de-criacao>

O Regimento Interno da ESMPU foi aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905/2013 e alterado pela Portaria PGR/MPU nº 78/2014.

A organização da ESMPU, bem como as atribuições da área de Tecnologia da Informação encontram-se detalhadas no Regimento Interno, mais especificamente na seção IV – Da Secretaria de Tecnologia da Informação, Art. 67.

Em observância à legislação vigente, à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, normativos do Ministério do Planejamento (atual Ministério da Economia) e do Conselho Nacional do Ministério Público, considerando as boas práticas de gestão estabelecidas pelos “frameworks” COBIT 5 e ITIL, a Secretaria de Tecnologia da Informação /ESMPU busca conformidade com os seguintes referenciais normativos:

Quadro 27 - Referenciais normativos – boas práticas de gestão

<i>Item</i>	<i>Normativo</i>	<i>Finalidade</i>
1	Resolução nº 171/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	Governança de Tecnologia da Informação. Resolução nº 171/2017 institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP).
2	Resolução nº 102/2013 do Conselho Nacional do Ministério Público	Contratações de TI. Resolução nº 102/2013 disciplina os procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação.
3	Portaria nº 78/2017 do Ministério Público da União	Gestão de Riscos. Portaria nº 78/2017 institui a Política de Gestão de Riscos do MPU.

6.6.2 Modelo de governança de TI

A ESMPU instituiu o Comitê de Tecnologia da Informação por meio da Portaria nº 118, de 14 de outubro de 2015. O CTI é composto pelos seguintes membros: Diretor-Geral, Diretor-Geral Adjunto, Secretário de Planejamento e Projetos, Secretário de Logística e Infraestrutura Educacional, Secretário de Administração, Secretário de Tecnologia da Informação e Chefe da Assessoria de Comunicação Social.

Dentre as competências do CTI, encontram-se: apreciar a proposta e acompanhar a evolução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação; apreciar e monitorar plano de investimentos, custeio e serviços relacionados à tecnologia da informação, estabelecer prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à tecnologia da informação.

Em 2018, sob nova direção, a ESMPU priorizou que os projetos e ações de TI fossem encaminhados por meio de um novo comitê, qual seja o Comitê de Modernização, que foi instituído mediante Portaria nº 078, de 16 de maio de 2018, com a finalidade de desenvolver ações para melhoria de processos, procedimentos e estrutura interna da Escola. Na prática, o Comitê de Modernização aproximou questões relacionadas à área de TI ao processo decisório da ESMPU.

Quanto aos artefatos de governança de tecnologia da informação, a ESMPU dispõe de Plano Diretor de Tecnologia. O PDTI relaciona projetos, investimentos e treinamentos voltados para a equipe técnica de TI. As ações de treinamento do pessoal de TI são lançadas no PDTI a partir do documento denominado Levantamento de Necessidades de Treinamento – LNT e, por meio da Divisão de Gestão de Pessoas (DGP), a Secretaria de Administração (SA) faz a gestão das necessidades de treinamento, participa do processo de contratação dos treinamentos que foram priorizados e autorizados, acompanha a execução do treinamento.

O PDTI da ESMPU foi aprovado pela DIRGE e publicado no portal da Internet, estando disponível em <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdti-2018-2019>

6.6.3 Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos aplicados em TI no ano 2018 considerando custeio e investimentos, alcançaram a cifra aproximada de R\$ 1.815 milhões, montante esse empregado em recursos computacionais destinados à usuários finais, softwares e infraestrutura de TI.

6.6.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

Quadro 28 - Contratações de TI mais relevantes em 2018

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>	<i>Finalidade</i>
1	Solução de virtualização de dados	R\$ 358.000,00	Subscrição anual. Provisionar cópias virtuais de dados com segurança, agilidade, flexibilidade e economia de recursos computacionais, simplificando as rotinas de criação de bases de dados para o desenvolvimento, homologação, testes, treinamento e produção de sistemas mediante subscrição de solução de <i>software</i> . Sistema <i>Delphix</i> .
2	Ferramenta de Business Intelligence	R\$ 114.900,00	Visualizar e formatar dados com capacidade de inteligência de negócio de autoatendimento (<i>self-</i>

			<i>service BI</i>). Viabilizar o tratamento de informações diretamente pelos gestores, possibilitando agilidade na disseminação de informações e em auxílio às rotinas de trabalho inerentes ao processo decisório. <i>Software Tableau</i> .
3	Solução de Backup & Restore	R\$ 144.000,00	Em decorrência do crescimento do volume de dados da Escola, adquirir e implementar solução de <i>backup</i> de modo a mitigar os riscos de indisponibilidade dos recursos de TI utilizados pela ESMPU. <i>Software Veeam Backup & Restore</i> .
4	Acelerador de aplicações - balanceador de carga	R\$ 515.725,00	Sendo a informação um ativo de relevância, esta solução objetiva prover o tratamento e entrega de dados, com todos os componentes necessários para utilização em ambiente de datacenter visando à disponibilidade, melhor desempenho e maior segurança para aplicações web disponibilizadas pela ESMPU. <i>Solução F5 Big IP</i>
5	Expansão unidade de armazenamento de dados (<i>storage</i>)	R\$ 181.250,00	O planejamento, gestão e execução das atividades acadêmicas e administrativas da ESMPU depende de essencialmente de recursos de TI. Expandir a unidade de armazenamento de dados (<i>storage</i>) para atender ao processo administrativo eletrônico e ao novo modelo de educação a distância (EaD). <i>Storage Dell EMC</i> .
6	Serviços de <i>software</i> destinado à apresentações com <i>feedback</i> em tempo real	R\$ 2.000,00	Subscrição anual. Dinamizar e tornar mais produtivas as apresentações realizadas durante atividades acadêmicas e administrativas mediante adoção da solução de <i>software</i> que possibilita criação de slides e a realização de apresentações com <i>feedback</i> em tempo real. <i>Mentimeter.com</i>
7	Serviços de videoconferência em nuvem	R\$ 24.500,00	Subscrição anual. Aperfeiçoar a comunicação com os ramos do Ministério Público da União e demais parceiros da ESMPU, reduzindo as necessidades de deslocamentos referentes às áreas acadêmica e administrativa.
8	Serviços de treinamento on-line para equipes técnicas	R\$ 2.700,00	Subscrição anual. Ampliar possibilidades de cursos, agilizando o aperfeiçoamento técnico de servidores que atuam nas diversas áreas da ESMPU. <i>Alura on-line</i>

6.6.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Segundo o Portal de Governança de TI do Tribunal de Contas da União (TCU), dentre as áreas de foco da governança de TI, há a Entrega de Valor e tal entrega assegura que os benefícios previstos pela TI estão realmente sendo gerados, dentre eles a otimização de custos e outros valores intrínsecos que a TI pode proporcionar. Portal Governança de TI – TCU, disponível em <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-de-ti/home/>. Acesso realizado em 26/04/2019.

O quadro que se segue contempla processos de trabalho, esferas de competência, bem como os sistemas, projetos, serviços e/ou infraestrutura tecnológico associados às respectivas finalidades e entregas de valor proporcionados pela tecnologia da informação.

Quadro 29 - Processos de trabalho STI

Processo de trabalho	Esfera de competência	Sistema, Projeto, Serviço e/ou Infraestrutura	Finalidade/ entrega de valor
Decisório	DIRGE	Business Intelligence (BI)	Apoia processo decisório e auxilia acompanhamento da execução orçamentária.
Gestão administrativa	SECRETARIAS	BI	Auxilia o acompanhamento da execução orçamentária.
Atividade acadêmica planejamento	DIRGE, SEPLAN e CONAD	Videoconferência em nuvem	Melhora a comunicação no âmbito do MPU, reduz despesas com deslocamento.
Atividade acadêmica gestão I	SEPLAN, SEDUC e SA	Videoconferência em nuvem	Apoia processos voltados para gestão da atividade acadêmica.
Atividade acadêmica execução I	SEDUC e SA	Mentimeter.com	Otimiza a interação docente/discute, bem como palestrante/participantes.
Atividade acadêmica execução II	SEDUC e SA	ESMPU Digital e Integra	Informatiza processo de solicitação de diárias e passagens e viabiliza o processo de inscrição em atividades acadêmicas via web.
Atividade acadêmica - EaD	SEDUC e STI	Acelerador de aplicações	Melhora o desempenho e aumenta a segurança das atividades de educação a distância (EaD).
Atividade acadêmica - EaD	SEPLAN, SEDUC e STI	Expansão da storage	Viabiliza disponibilização de vídeos em novo formato de treinamento EaD, possibilita aumento da oferta de atividades acadêmicas.
Atividade acadêmica - EaD	SEPLAN, SEDUC e STI	Moodle	Disponibiliza infraestrutura de TI para sustentação de atividades acadêmicas

			a distância e reduz despesas com deslocamentos.
TI - planejamento e execução das contratações	DIRGE, Comitê Modernização, STI e SA	SEI – Sistema eletrônico de informações	Aperfeiçoa o processo das contratações públicas na medida em que operacionaliza o processo administrativo eletrônico, reduz despesas com impressão, com o transporte de documentos e processos, bem como o trâmite de documentos entre a ESMPU e fornecedores.
TI - processo de software	STI	Virtualização de dados	Aperfeiçoa o processo de software na medida em que agiliza o tratamento de dados.
TI treinamento	DIRGE, STI e SA	Alura on line	Trilhas de treinamento ampliam possibilidades de cursos e facilitam o aperfeiçoamento técnico de servidores que atuam na área de TI e, mais recentemente, passou a atender servidores de diversas outras áreas da ESMPU.
TI - gestão da infraestrutura tecnológica	STI	Solução Backup & Restore	Reduz os riscos quanto a indisponibilidade dos recursos de TI tendo em vista a relevância que a informação confere à ESMPU.

6.6.6 Segurança da Informação

Muito embora a política de segurança da informação ainda esteja em estudo e não tenha sido apresentada pela STI para apreciação por parte da atual gestão, encontra-se em andamento processo administrativo nº 0.01.000.1.004032/2018-13 que trata de proposta de portaria sobre critérios mínimos de segurança de senha das contas de usuários e das aplicações no âmbito da ESMPU.

Quanto à gestão da segurança da informação, cabe relatar que a Escola dispõe das seguintes soluções: antimalware, varreduras no sistema de arquivos, backup & restore, autenticação em 2 níveis, logs de acesso, monitoramento do data center, virtualização de dados, firewall, bem como processos de atualização de segurança de equipamentos desktop e servidores, cadastro de visitantes para acesso à rede wireless e restrição de acesso ao data center.

6.6.7 Principais desafios e ações futuras

1. Promover a interoperabilidade entre os sistemas de informação da ESMPU e os sistemas do Ministério Público da União (MPU), e, na sequência, estender tais serviços às demais instituições e organizações parceiras da ESMPU.
2. Prospectar novas tecnologias e investir na adoção de inovações viabilizando contínuo aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.
3. Implementar a Gestão do Conhecimento a fim de que possibilitar o constante aprimoramento das pessoas, tecnologia e processos, garantindo assim a melhoria no cumprimento das atribuições legais da ESMPU.
4. Viabilizar a construção e os demais projetos referentes às instalações do novo edifício-sede da ESMPU.
5. Operacionalizar a regionalização das atividades acadêmicas da ESMPU em conformidade com as diretrizes estratégicas estabelecidas pela Diretoria-Geral.
6. Estabelecer Política de Segurança da Informação a fim de mitigar exposição aos riscos, classificando e mantendo as informações em conformidade com as propriedades básicas, como disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.

6.7 Gestão de Custos

6.7.1 Conformidade Legal

Em 2018, a ESMPU vem buscando adequar-se à legislação vigente quanto à adoção de procedimentos para uma gestão de custos mais eficiente, utilizando-se, para isso, da implementação de sistemas próprios, como o Business Intelligence - BI.

6.7.2 Estimativas de custos por área de atuação

No exercício de 2018, a ESMPU contou com uma dotação total de R\$ 33.420.539,00, sendo R\$ 11.800.068 milhões, destinados às áreas finalísticas de capacitação de pessoal e pesquisa na área jurídica, que corresponderam a 35,30%; e R\$ 21.620.471 milhões para as demais áreas de suporte - área administrativa, tecnologia da informação, construção do centro de treinamento da ESMPU, pessoal e encargos sociais e benefícios assistenciais aos servidores, equivalentes a 64,69%, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 4 - Custos por área de atuação

Descrição	Dotação	Empenhado	% Empenhado	Executado	% de Execução
Áreas Finalísticas	11.800.068,00	11.800.063,24	100,00	11.175.442,45	94,71
Áreas de Suporte	21.620.471,00	20.930.179,02	96,81	16.726.138,09	77,36
TOTAL	33.420.539,00	32.730.242,26	97,93	27.901.580,54	83,49

Gráfico 15 - Gestão de Custos



6.7.3 Estimativas de custos por programa governamental

Todas as ações que a ESMPU executa pertencem a um único programa governamental, qual seja, 0581 – Defesa da Ordem Jurídica. Assim, as informações apresentadas anteriormente demonstram a execução desses custos.

6.7.4 Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

A ESMPU planeja, como desafio e ação futura, promover a adoção e implementação do Sistema de Custos do Governo Federal, com o fito de proporcionar conteúdo informacional para subsidiar as decisões governamentais de alocação mais eficiente e gerar condições para a melhoria da qualidade do gasto público.

6.8 Sustentabilidade Ambiental

6.8.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições;

A ESMPU vem incluindo, desde meados do ano de 2016, critérios de sustentabilidade em cláusulas gerais e específicas em seus termos de referência, editais e contratos. Dentre esses critérios, cita-se a exigência de observância a alguns atos normativos, como a Lei nº 10.257/2001; a Lei nº 12.187/2009; a Lei nº 12.305/2010; a Lei nº 12.349/2010; o Decreto nº 7.404/2010; o Decreto nº 7.746/2012; e a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI/MPOG.

Vale ressaltar que a ESMPU participa de um sistema de compras e contratações compartilhadas entre os órgãos federais ligados ao Ministério Público, em especial entre o Conselho Nacional do Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República, a Procuradoria Regional da República da 1ª Região e a Procuradoria da República no Distrito Federal. Esse sistema vem colaborando com a sustentabilidade, à medida que consegue obter melhores preços no mercado, por meio de compras mais volumosas, ao mesmo tempo em que reduz os gastos com processos de licitações para cada órgão, otimizando a logística da Administração Pública e do mercado.

Com relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras a Divisão de Engenharia vem atuando na elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos ou Executivos, buscando-se sempre avaliar quais critérios de sustentabilidade são pertinentes ao objeto contratado.

6.8.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais:

A ESMPU participa, desde 2016, do programa A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, Programa do Ministério do Meio Ambiente, onde alimenta, através de dados, o consumo da casa de um modo geral, o que abrange também o consumo de recursos naturais, assim como os dados a respeito do descarte do lixo produzido.

Dentre as ações adotadas no exercício de 2018 para redução de recursos naturais podemos destacar:

- Reduzir o consumo de energia elétrica, através da mudança de 70% (setenta por cento) das lâmpadas do órgão, de fluorescentes para lâmpadas LED;
- Instalação de sensores de presença nos corredores e banheiros do órgão;

- Instalação de ares-condicionados com tecnologia Inverter (que reduz o consumo por possuir um dispositivo eletrônico que ajusta a velocidade do compressor conforme as mudanças de temperatura do ambiente);
- Cartazes e flyers de conscientização fixados nos banheiros masculinos e femininos, referentes ao uso consciente da água;
- Instalação de torneiras ecológicas nos lavatórios dos banheiros;
- Recolhimento da água mineral restante dos copos servidos e não consumidos, que seria descartada, para utilização de rega no jardim anexo ao prédio do órgão;
- Recolhimento de papel usado apenas de um lado, que seria descartado, para confecção de bloquinhos de anotações, distribuídos para os servidores e membros do órgão.

Podemos ainda destacar as seguintes ações de sustentabilidade realizadas em 2018:

Figura 7 - Participação no Fórum Mundial da Água



Figura 8 - Colheita Flor de Lis



Figura 9 - Calendário de Atividades 2018



Figura 10 - Calendário de coleta inteligente 2018



Figura 11 - Plantio do sistema agroflorestal



Figura 12 - Campanha Papel Nobre



6.8.3 Redução de resíduos poluentes

A ESMPU, ciente de sua responsabilidade e ética sustentável, realiza a triagem e pesagem diária do lixo produzido pelo órgão, de itens como : Papelão, Papel, Plástico, Vidros, e Lixo Orgânico.

Além disso, o GESTO (Grupo de Gestão Ambiental) , composto por PR-DF e ESMPU, em parceria com a Assessoria de Sustentabilidade da ESMPU , promoveram ao longo do ano de 2018, campanhas de conscientização e de coleta seletiva para servidores, estagiários e membros, coletando e fazendo o encaminhamento para entidades que trabalham com a reciclagem de materiais como :

Garrafas pet, esponjas de cozinha, óleo de cozinha, lixo eletroeletrônico, pilhas e baterias e potes de vidro com tampa.

7 DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Declaração do Contador

AUDIN-MPU-00000815/2019



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as demonstrações contábeis da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.6 (R1), relativas ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da ESMPU.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 5 de abril de 2019.

SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS
Coordenador de Controle e Análise Contábil – Substituto
CRC nº DF-018965/O-3

Assinado com login e senha por SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS, em 05/04/2019 14:41. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 6A0D00BB.4A900314.9773P165.8763DA2E

7.2 Notas Explicativas

7.2.1 Contexto operacional

A Escola Superior do Ministério Público da União foi criada pela Lei nº 9.628/1998, com natureza jurídica de órgão autônomo. É uma instituição de caráter educacional, diretamente vinculada ao Procurador-Geral da República, tendo as suas despesas custeadas por meio de dotação orçamentária própria, no âmbito do Ministério Público da União.

As dotações da ESMPU, na lei orçamentária da União, são consignadas na unidade orçamentária 34.105 – Escola Superior do Ministério Público da União, vinculada ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União.

Esses recursos públicos são geridos pela Unidade Gestora 200234 – Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU.

7.2.2 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis (DCON)

As Demonstrações Contábeis de 2018 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001 e do Decreto nº 93.872/1986. Observam, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da 7ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2016 e Portaria da STN nº 840/2016), a estrutura do Plano de Contas

Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria da STN nº 510/2016) e demais normas aplicáveis.

As DCONs da Escola Superior do Ministério Público da União foram extraídas do SIAFI, sendo compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Consta, ainda, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

7.2.3 Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional - A moeda funcional no âmbito da União é o Real (R\$). As eventuais transações realizadas pela ESMPU que envolvam moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na data de pagamento do compromisso, empregando-se a taxa de câmbio vigente.

b) Imobilizado- O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme prescrito na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP.

c) Intangível - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (softwares, marcas, patentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento etc.) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados, com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor que o bem tenha sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

d) Reavaliação - Redução ao valor recuperável, depreciação e amortização - Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação e amortização na ESMPU, durante o exercício de 2018, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, a NBC TSP e o MCASP.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações).

Por sua vez, o valor da depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal e automaticamente pelo mencionado Sistema, observando o valor depreciable de aquisição, com uso

do Método da Parábola de Kuentzle, conforme determinado no art. 7ª da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Este método é expresso pela equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde:

Kd = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão;

e x = vida útil transcorrida da acessão.

e) Passivo - As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

f) Apuração do resultado - Nas Demonstrações Contábeis é possível apuração dos seguintes resultados:

- **Patrimonial:** implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o valor obtido é mostrado no item Resultado do Exercício, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Orçamentário:** representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- **Financeiro:** representa o confronto entre os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, que ocorreram durante o exercício e alteraram o saldo das disponibilidades da ESMPU. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

7.2.4 Demonstrações Contábeis

7.2.4.1 Balanço Patrimonial

Esta demonstração contábil evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da ESMPU, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

7.2.4.2 Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício de 2018, esse item foi composto somente pelo valor do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento da ESMPU.

7.2.4.3 Nota 2 – Imobilizado

O imobilizado da Escola Superior do Ministério Público da União é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no SIAFI, em 31/12/2018.

Tabela 5 - Imobilizado - Composição

	2018	2017	Em R\$ AH
Bens Móveis			
Custo	8.015.614,03	6.936.575,98	15,56%
(-) Depreciação acumulada	-3.075.650,88	-2.771.712,19	10,97%
(=) Saldo líquido	4.939.963,15	4.164.863,79	18,61%
Bens Imóveis			
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet			
Custo	13.118.832,35	13.118.832,35	0,00%
(-) Depreciação acumulada	-119.334,32	-82.663,82	44,36%
(=) Saldo líquido	12.999.498,03	13.036.168,53	-0,28%
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet			
Custo	436.991,44		
Bens Imóveis em Andamento			
Custo	7.509.349,97	7.509.349,97	0,00%
Imobilizado	25.885.802,59	24.710.382,29	4,76%

7.2.4.4 Nota 3 – Intangível

O Ativo Intangível da ESMPU, em 31/12/2018, totalizava R\$ 878 mil e está composto de softwares com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Intangível - Composição

	Em R\$		
	2018	2017	AH
Softwares com vida útil definida			
Custo	145.340,08	145.340,08	0,00%
(-) Amortização acumulada	-65.414,96	-46.356,56	41,11%
(=) Saldo líquido	79.925,12	98.983,52	-19,25%
Softwares com vida útil indefinida			
Custo	797.978,39	539.078,39	48,03%
Intangível	877.903,51	638.061,91	37,59%

7.2.5 Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração contábil evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da ESMPU, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

7.2.5.1 Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício de 2018, esse item foi composto somente pelo valor do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento da ESMPU.

7.2.5.2 Nota 2 - Imobilizado

O imobilizado da Escola Superior do Ministério Público da União é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no SIAFI, em 31/12/2018.

Tabela 7 - Imobilizado - Composição

	Em R\$		
	2018	2017	AH
Bens Móveis			
Custo	8.015.614,03	6.936.575,98	15,56%
(-) Depreciação acumulada	-3.075.650,88	-2.771.712,19	10,97%
(=) Saldo líquido	4.939.963,15	4.164.863,79	18,61%
Bens Imóveis			
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet			
Custo	13.118.832,35	13.118.832,35	0,00%
(-) Depreciação acumulada	-119.334,32	-82.663,82	44,36%
(=) Saldo líquido	12.999.498,03	13.036.168,53	-0,28%
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet			
Custo	436.991,44		
Bens Imóveis em Andamento			
Custo	7.509.349,97	7.509.349,97	0,00%
Imobilizado	25.885.802,59	24.710.382,29	4,76%

7.2.5.3 Nota 3 - Intangível

O Ativo Intangível da ESMPU, em 31/12/2018, totalizava R\$ 878 mil e está composto de softwares com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 8 - Intangível - Composição

	Em R\$		
	2018	2017	AH
Softwares com vida útil definida			
Custo	145.340,08	145.340,08	0,00%
(-) Amortização acumulada	-65.414,96	-46.356,56	41,11%
(=) Saldo líquido	79.925,12	98.983,52	-19,25%
Softwares com vida útil indefinida			
Custo	797.978,39	539.078,39	48,03%
Intangível	877.903,51	638.061,91	37,59%

7.2.6 Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio da ESMPU, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

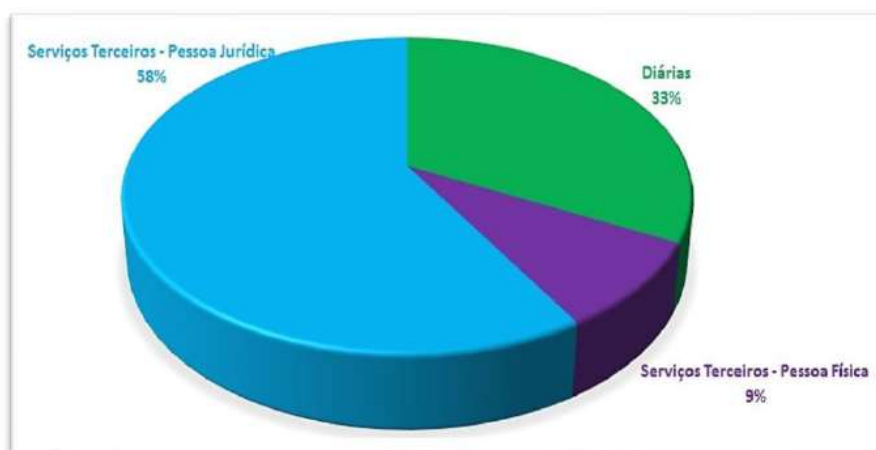
Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

7.2.6.1 Nota 4 - Serviços

Este item compreende as despesas com serviços necessários à manutenção e operação da Escola Superior do Ministério Público da União.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição das rubricas que compõem esse item.

Gráfico 16 - VPD - Serviços



As despesas desse item que mais se destacaram no ano de 2018 foram aquelas relativas às diárias – R\$ 5,4 milhões –, serviços de apoio administrativo, técnico e operacional – R\$ 3,7 milhões –, serviços técnicos profissionais – R\$ 3,6 milhões – e serviços de transporte, passagem, locomoção

e hospedagem – R\$ 2,5 milhões –, cujo montante foi superior a R\$ 15 milhões, representando 92% do total contabilizado como serviços.

7.2.7 Balanço Orçamentário

Esta demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

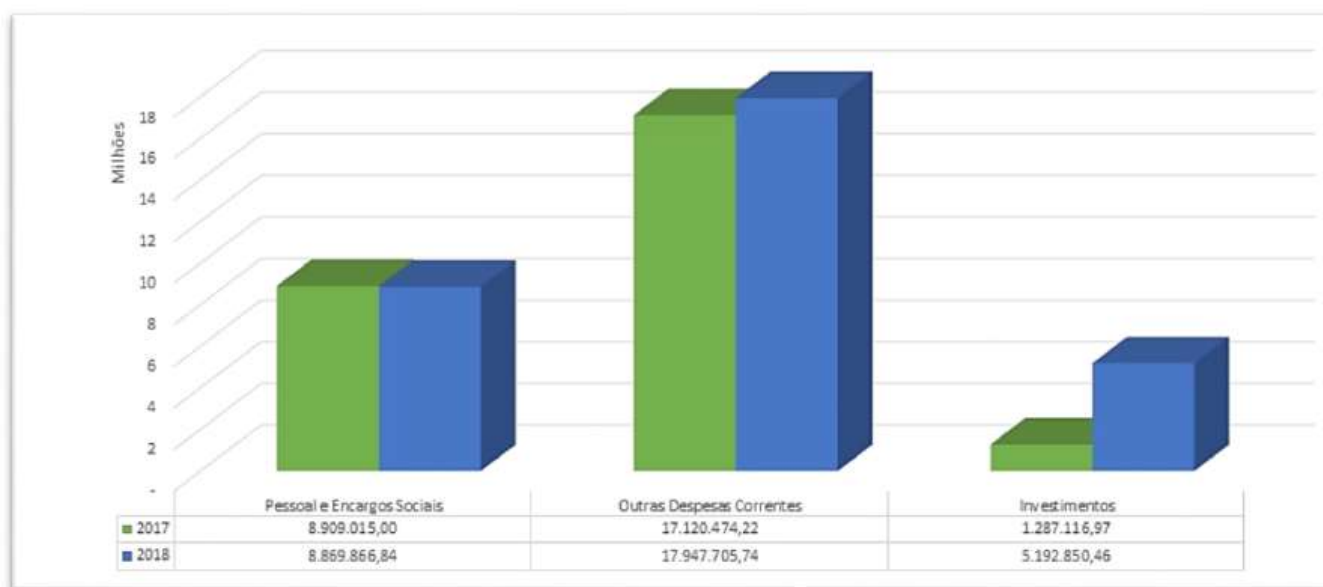
Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

7.2.7.1 Nota 5 – Execução Orçamentária da Despesa

A dotação atualizada para a Escola Superior do Ministério Público da União, no ano de 2018, alcançou o montante de R\$ 33.420.539,00, dos quais 95,8% foram empenhados e, por conseguinte, apenas 4,2% – R\$ 1.410.115,96 – da despesa orçamentária aprovada não foi executada.

A despesa empenhada teve a seguinte composição:

Gráfico 17 - Execução Orçamentária da Despesa



Do montante empenhado, verifica-se que R\$ 27.181.761,32 foram liquidados e pagos no exercício. Isto implicou na inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$ 4.828.661,72.

As despesas correntes – R\$ 27 milhões, aproximadamente – representam 84% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo outras despesas correntes, no montante de R\$ 18 milhões, representando 67% dos gastos correntes.

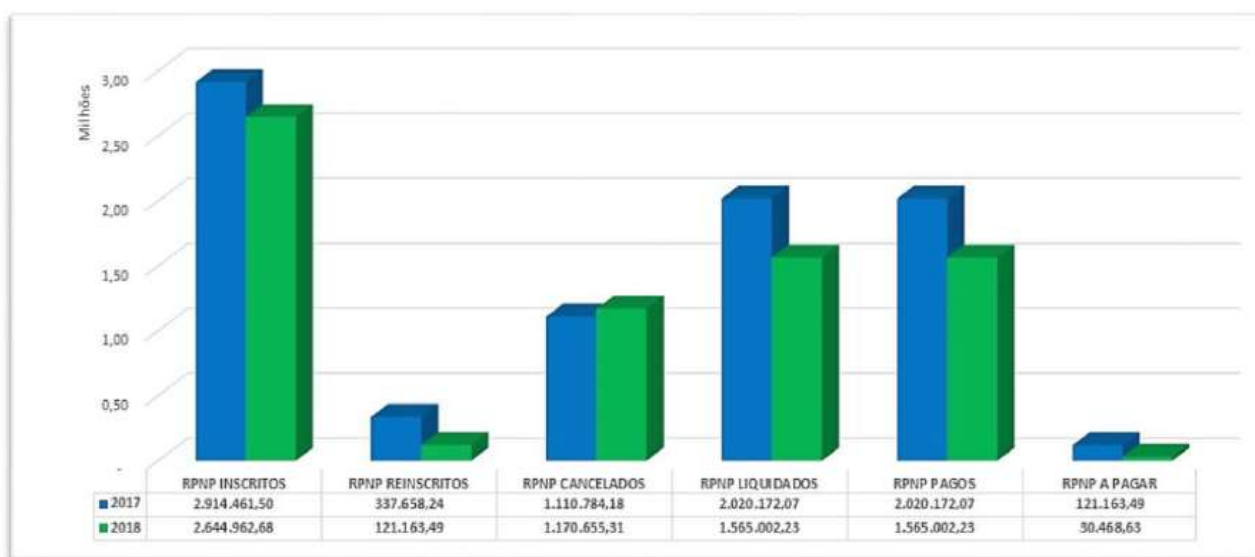
7.2.7.2 Nota 6 – Execução dos Restos a Pagar

Do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R\$ 2,6 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 121 mil (em exercícios anteriores) –, verifica-se que R\$ 1,6 milhão foi pago e que R\$ 1,2 milhão foi cancelado durante o exercício de 2018.

Além disso, observa-se que mais de 98% dos RPNP relacionados com os gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício.

Em relação aos gastos de capital, os pagamentos representaram quase 100% do montante em estoque.

Gráfico 18 - Execução dos Restos a Pagar Não processados



7.2.8 Balanço Financeiro

Esta demonstração contábil evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

7.2.8.1 Nota 7 – Despesas Orçamentárias

Durante o ano de 2018, as despesas orçamentárias executadas superaram o montante de R\$ 32 milhões, sendo quase a totalidade das despesas com gastos executados em fontes de recursos ordinárias.

7.2.8.2 Nota 8 – Pagamento dos Restos a Pagar não processados

No gráfico a seguir, são detalhados os pagamentos dos restos a pagar não processados, por grupos de natureza da despesa.

Gráfico 19 - Pagamento dos Restos a Pagar não processados



No exercício de 2018, foram pagos 57% (R\$ 1,6 milhão) do estoque de R\$ 2,8 milhões de restos a pagar não processados.

Os pagamentos dos restos a pagar não processados ocorreram, principalmente, na ação orçamentária: 20HP (Desenvolvimento de Competências de Membros e Servidores do MPU, Pesquisa e Disseminação do Conhecimento) – R\$ 1.549.872,61.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

Segundo as normas de regência da matéria, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, (art. 101 da Lei nº 4.320/64 e Portaria STN nº 438/2012)

Tabela 9 - Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-

Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-

Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			32.010.423,04	32.010.423,04
TOTAL	-	-	32.010.423,04	32.010.423,04
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	29.760.061,00	27.934.756,00	26.817.572,58	25.721.322,01	25.721.322,01	1.117.183,42
Pessoal e Encargos Sociais	9.448.124,00	9.237.940,00	8.869.866,84	8.806.894,10	8.806.894,10	368.073,16
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20.311.937,00	18.696.816,00	17.947.705,74	16.914.427,91	16.914.427,91	749.110,26
DESPESAS DE CAPITAL	470.662,00	5.485.783,00	5.192.850,46	1.460.439,31	1.460.439,31	292.932,54
Investimentos	470.662,00	5.485.783,00	5.192.850,46	1.460.439,31	1.460.439,31	292.932,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	30.230.723,00	33.420.539,00	32.010.423,04	27.181.761,32	27.181.761,32	1.410.115,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	30.230.723,00	33.420.539,00	32.010.423,04	27.181.761,32	27.181.761,32	1.410.115,96
TOTAL	30.230.723,00	33.420.539,00	32.010.423,04	27.181.761,32	27.181.761,32	1.410.115,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	121.163,49	1.731.863,84	652.038,87	652.038,87	1.170.519,83	30.468,63
Pessoal e Encargos Sociais	49.281,82	429.783,21	15.129,62	15.129,62	463.935,41	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	71.881,67	1.302.080,63	636.909,25	636.909,25	706.584,42	30.468,63
DESPESAS DE CAPITAL	-	913.098,84	912.963,36	912.963,36	135,48	0,00
Investimentos	-	913.098,84	912.963,36	912.963,36	135,48	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	121.163,49	2.644.962,68	1.565.002,23	1.565.002,23	1.170.655,31	30.468,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	53.557,44	782,12	782,12	-	53.557,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	53.557,44	782,12	782,12	-	53.557,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	53.557,44	782,12	782,12	-	53.557,44

7.3.1 Balanço Financeiro

Tabela 10 - Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	32.010.423,04	27.316.606,19
Ordinárias	-	-	Ordinárias	31.992.158,74	27.266.606,19
Vinculadas	-	-	Vinculadas	18.264,30	50.000,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	18.264,30	50.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	25.948.099,84	27.957.656,77	Transferências Financeiras Concedidas	20.563,23	28.029,71
Resultantes da Execução Orçamentária	25.948.099,84	27.957.656,77	Resultantes da Execução Orçamentária	1.000,00	19.667,00
Sub-repasse Recebido	25.948.099,84	27.957.656,77	Sub-repasse Devolvido	1.000,00	19.667,00
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	19.563,23	8.362,71
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	19.563,23	8.362,71
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	4.903.116,54	2.696.499,95	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	782,12	Despesas Extra orçamentárias	1.610.458,54	2.045.237,79
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.828.661,72	2.644.962,68	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	782,12	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	44.674,19	25.065,72	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.565.002,23	2.020.172,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários	29.780,63	25.689,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	44.674,19	25.065,72
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	770,79	125,00	Outros Pagamentos Extra orçamentários	-	-

Arrecadação de Outra Unidade	29.009,84	25.564,43		
Saldo do Exercício Anterior	5.998.229,59	4.733.946,56	Saldo para o Exercício Seguinte	3.208.001,16 5.998.229,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.998.229,59	4.733.946,56	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.208.001,16 5.998.229,59
TOTAL	36.849.445,97	35.388.103,28	TOTAL	36.849.445,97 35.388.103,28

7.3.2 Balanço Patrimonial

Tabela 11 - Balanço Patrimonial



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PÚBLICO DA UNIAO
 ORGÃO 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	3.468.378,20	6.200.064,08	PASSIVO CIRCULANTE	55.687,19	54.464,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.208.001,16	5.998.229,59	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.233,96	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	18.439,61	19.124,93	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	782,12
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	241.937,43	182.709,56	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	54.453,23	53.682,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.763.706,10	25.348.444,20	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-

(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	55.687,19	54.464,56
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	25.885.802,59	24.710.382,29	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	4.939.963,15	4.164.863,79	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	8.015.614,03	6.936.575,98	Resultados Acumulados	30.176.397,11	31.494.043,72
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-3.075.650,88	-2.771.712,19	Resultado do Exercício	-1.298.706,74	4.916.089,94
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	31.494.043,72	26.608.602,11
Bens Imóveis	20.945.839,44	20.545.518,50	Ajustes de Exercícios Anteriores	-18.939,87	-30.648,33
Bens Imóveis	21.065.173,76	20.628.182,32	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-119.334,32	-82.663,82	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.176.397,11	31.494.043,72
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	877.903,51	638.061,91			
Softwares	877.903,51	638.061,91			
Softwares	943.318,47	684.418,47			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-65.414,96	-46.356,56			
	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	30.232.084,30	31.548.508,28	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.232.084,30	31.548.508,28

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	3.208.001,16	5.998.229,59	PASSIVO FINANCEIRO	4.913.583,58	2.820.590,73
ATIVO PERMANENTE	27.024.083,14	25.550.278,69	PASSIVO PERMANENTE	1.233,96	-
			SALDO PATRIMONIAL	25.317.266,76	28.727.917,55

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017

ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	18.758.487,05	1.179.674,08
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	18.758.487,05	1.179.674,08
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	18.758.487,05	1.179.674,08
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	18.758.487,05	1.179.674,08

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.705.582,42
Recursos Vinculados	-
Previdência Social (RPPS)	-
TOTAL	-1.705.582,42

Tabela 12 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-416.825,76	2.692.319,80
INGRESSOS	26.021.783,87	28.008.286,92
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	26.021.783,87	28.008.286,92
Ingressos Extraorçamentários	44.674,19	25.065,72
Transferências Financeiras Recebidas	25.948.099,84	27.957.656,77
Arrecadação de Outra Unidade	29.009,84	25.564,43
DESEMBOLSOS	-26.438.609,63	-25.315.967,12
Pessoal e Demais Despesas	-25.257.069,90	-24.200.816,69
Legislativo	-	-

Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-25.257.840,69	-24.200.941,69
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	770,79	125,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.116.302,31	-1.062.055,00
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.116.302,31	-1.062.055,00
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-65.237,42	-53.095,43
Dispêndios Extraorçamentários	-44.674,19	-25.065,72
Transferências Financeiras Concedidas	-20.563,23	-28.029,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.373.402,67	-1.428.036,77
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-

Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.373.402,67	-1.428.036,77
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.114.502,67	-1.350.851,67
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-258.900,00	-77.185,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.790.228,43	1.264.283,03
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.998.229,59	4.733.946,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.208.001,16	5.998.229,59

7.3.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais

Tabela 13 - Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	26.327.665,67	31.225.152,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	280,00	299,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	280,00	299,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-

Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	25.956.567,71	28.107.656,77
Transferências Intragovernamentais	25.948.099,84	27.957.656,77
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	8.467,87	150.000,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	342.088,12	3.091.931,63
Reavaliação de Ativos	-	2.878.666,00
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	342.088,12	213.265,63
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	28.729,84	25.265,43
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	28.729,84	25.265,43
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	27.626.372,41	26.309.062,89
Pessoal e Encargos	9.397.953,13	9.170.001,55
Remuneração a Pessoal	7.712.501,08	7.484.950,92
Encargos Patronais	1.092.326,98	1.065.747,30
Benefícios a Pessoal	593.125,07	619.303,33
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.929.765,45	16.940.928,15
Uso de Material de Consumo	419.970,00	435.007,95
Serviços	16.632.183,50	15.808.453,01
Depreciação, Amortização e Exaustão	877.611,95	697.467,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-

Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	109.729,89	135.551,28
Transferências Intragovernamentais	20.563,23	28.029,71
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	89.166,66	107.521,57
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5,10	470,88
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	5,10	470,88
Tributárias	63.576,38	37.672,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	812,38	1.270,06
Contribuições	62.764,00	36.402,62
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	125.342,46	24.438,35
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	125.342,46	24.438,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.298.706,74	4.916.089,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Em 2018, a Auditoria Interna do Ministério Público da União – AUDIN/MPU realizou, no período de julho a setembro, trabalhos de auditoria nas dependências da ESMPU. Da análise dos dados e informações levantadas originou-se o Relatório de Auditoria nº 19/2018, constante no ANEXO III do presente relatório. Em atenção ao citado relatório, que apontou alguns achados de auditoria, a Escola encaminhou o ofício nº 63/2019 – SA/ESMPU à unidade de auditoria interna com as devidas justificativas.

8.2 Relatório de instância ou área de correção

A ESMPU não conta com área própria de correção. Contudo, como órgão integrante do Ministério Público da União, está dentro do âmbito de atuação da Conselho Nacional do Ministério Público, tendo sido objeto de Inspeção pela Corregedoria do CNMP durante o ano de 2016.

O relatório de instância ou correção foi juntado ao ANEXO IV e em campo específico do sistema e-contas.

8.3 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2018 não houve determinações ou recomendações do TCU para esta UPC.

9. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Cadeia de macroprocessos.

Anexo 2 – Relatório de Acompanhamento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2015-2019.

Anexo 3 – Relatório Auditoria nº 19/2018.

Anexo 4 – Relatório de Instância ou área de correição.

Anexo 5 – Declaração de Adequação – Estrutura Internacional para Relato Integrado.

10. ROL DE RESPONSÁVEIS

Conforme Orientações do Tribunal de Contas da União, os dados do Rol dos Responsáveis serão inseridos diretamente no Sistema E-Contas.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESMPU vem aprimorando seus processos internos para que membros e servidores possam atingir o seu máximo como agentes públicos por meio de ações de capacitação como processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais a partir do desenvolvimento de competências individuais.

Em busca desse aprimoramento, pode-se destacar as seguintes realizações institucionais do ano de 2018:

Capacitações: A meta física estabelecida para 2018 foi de 141 projetos. Porém, em razão de a ESMPU ter reiniciado as atividades de extensão, bem como a regionalização das atividades acadêmicas, com vistas a otimizar os seus recursos financeiros e ampliar a oferta de cursos e o número de participantes, atingiu a quantidade de 272 atividades acadêmicas realizadas, o que representou uma expansão de 93% em relação a meta.

Das 272 atividades acadêmicas realizadas, 262 representam cursos de aperfeiçoamento, nas modalidades presencial, a distância e extensão e 10 atividades de longa duração, entre cursos de especialização e mestrado. Essas ações resultaram em aproximadamente 11.701 pessoas capacitadas em 2018.

Ainda em 2018 foi aprovada pelo Conselho de Administração da ESMPU (CONAD) a linha de pesquisa “A promoção dos Direitos Fundamentais pelo Ministério Público da União” além dos eixos temáticos e transversais:

Figura 13 - Eixos de Pesquisa



Pesquisa Científica Aplicada: A Escola espera maximizar a sua produção científica nos próximos anos, devido à formação de turmas no mestrado profissional em Direito que ocorreram em 2016 e 2017, e com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.

A ESMPU concluiu 2 projetos em 2018, porém 7 pesquisas foram iniciadas no segundo semestre e serão concluídas em 2019.

Regionalização: A ESMPU implantou a Regionalização das atividades acadêmicas, com a criação de cinco Centros de Apoio (CAPs) nas cidades de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Belém/PA e Recife/PE, com vistas a otimizar os seus recursos financeiros, de modo a ampliar a oferta de cursos e aumentar o número de participantes, com o menor dispêndio de recursos.

Publicações: Foram publicadas cinco obras em 2018: Boletim Científico nº 50; Boletim Científico nº 51; Ministério Público, Sociedade e a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência; Série pós-graduação – Volume 6 – Sistema de Justiça Criminal; Terrorismo e outras situações de emergência. As publicações totalizaram um tiragem total de 15.100 impressões.

Comunicação Institucional: Em 2018, a ESMPU buscou uma maior aproximação com a sociedade por meio de suas atividades de extensão (mesas-redondas, palestras, seminários, simpósios e oficinas). Realizou 91 atividades de extensão em Brasília e em mais sete cidades (Belém, São Paulo, Manaus, Recife, Boa Vista, Salvador e Rio de Janeiro), tratando de temas como direitos humanos, mulheres e o direito à água, direitos indígenas, reforma trabalhista, refugiados e migrantes, gênero e étnico-racial, lavagem de dinheiro, terceirização, meio ambiente e direitos socioambientais, “Fake News”, racismo e intolerância religiosa, acessibilidade, direitos sociais e proteção da criança e do adolescente.

Todas essas ações de interesse coletivo são noticiadas no site da ESMPU e divulgadas nos perfis do “Facebook”, “Twitter” e “YouTube”. Essas plataformas de interação digital tornaram-se canais de comunicação efetivas e de baixo custo para disseminação dos conhecimentos produzidos pela instituição (cursos, videoaulas, palestras, publicações) para o grande público.

Construção do Centro de Treinamento: Foram retomadas as obras, com o lançamento do edital de concorrência nº 01/2018 visando contratação de empresa para execução da 2ª etapa da

construção da nova sede da ESMPU. A sessão pública para entrega das propostas aconteceu no dia 20 de setembro com a participação de 21 empresas concorrentes, com seis participantes inabilitados.

A empresa vencedora foi a Engemil Engenharia, que assinou contrato no valor total de R\$ 17.896.939,63 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos). Assim as obras tiveram início em 19 de novembro com previsão de conclusão de 18 meses. Abaixo podemos observar as obras em estágio inicial:

Figura 14 - Obra ESMPU Outubro 2018



Tecnologia da informação: Foram investidos aproximadamente R\$ 1.815.000,00 (um milhão, oitocentos e quinze mil reais) na melhoria em infraestrutura de Tecnologia da Informação, o que otimizou significadamente os serviços ao usuário final. Dentre as contratações podemos destacar: Solução de virtualização de dados, ferramenta de Business Intelligence, solução de backup, acelerador de aplicações, expansão da unidade de storage, serviços de videoconferência em nuvem e treinamento online para as equipes técnicas.

Gestão Documental: Foram organizadas e disponibilizadas na Intranet todas as portarias produzidas pela ESMPU de 2014 a 2018. Está em fase de conclusão o projeto “Gestão Arquivística de Documentos FASE I”, o qual contemplou o tratamento da documentação do Núcleo de Documentação Acadêmica (NUDAC) – especificamente quanto à documentação de Pós-Graduação -, da Diretoria Geral (DIRGE), do Conselho Administrativo (CONAD), da Divisão de Gestão de Pessoas (DGP) e da Secretaria de Planejamento e Projetos (SEPLAN).

Todas as ações empreendidas foram de acordo com as regulamentações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Ministério da Educação (MEC).

Sustentabilidade: A ESMPU detém o selo A3P, como reconhecimento de práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade na Administração Pública. Como destaque, substituiu 70% das lâmpadas fluorescentes por LED, instalou torneiras ecológicas nos banheiros e instalou aparelhos de ar condicionado com tecnologia inverter.

Pelos resultados apresentados, verifica-se um incremento quantitativo e qualitativo das ações da Escola no exercício de 2018. Tais realizações foram possíveis devido à priorização dos gastos pela ESMPU, e são parte de macro atividades em realização pela Escola no horizonte temporal de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que em 2019 a possibilitarão alcançar as metas com as quais se comprometeu desde 2015.

Brasília, 29 de Maio de 2019.

JOÃO AKIRA OMOTO
Diretor-Geral da ESMPU



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

ANEXOS E APÊNDICES



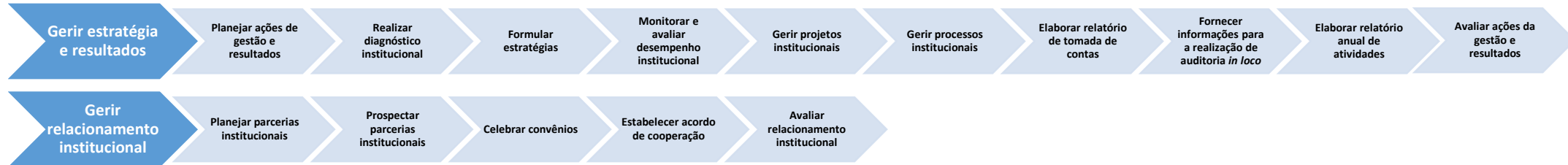
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ANEXO I

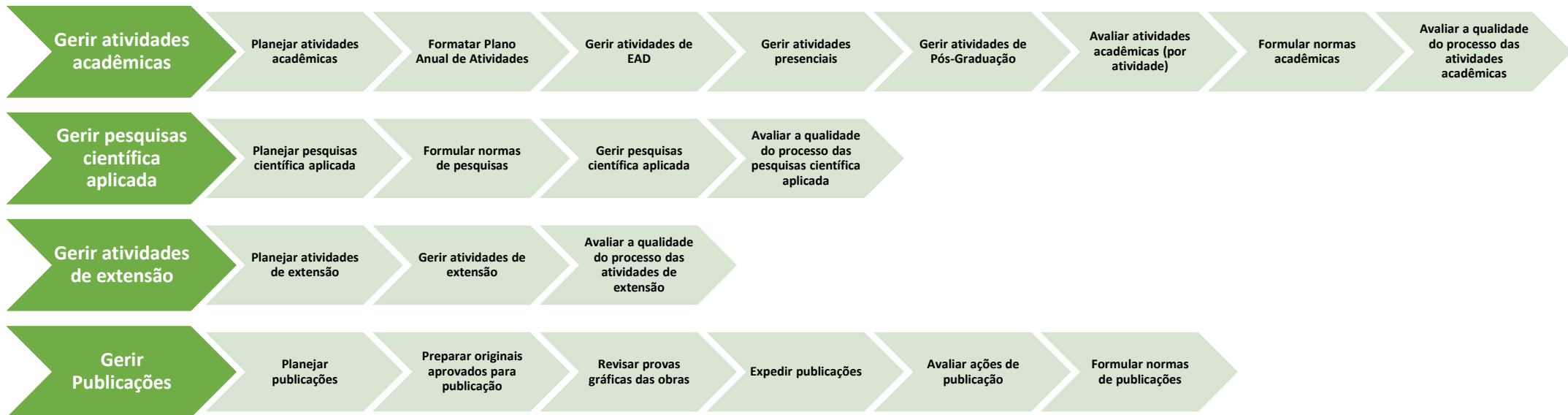
Cadeia de Macroprocessos

ANEXO I

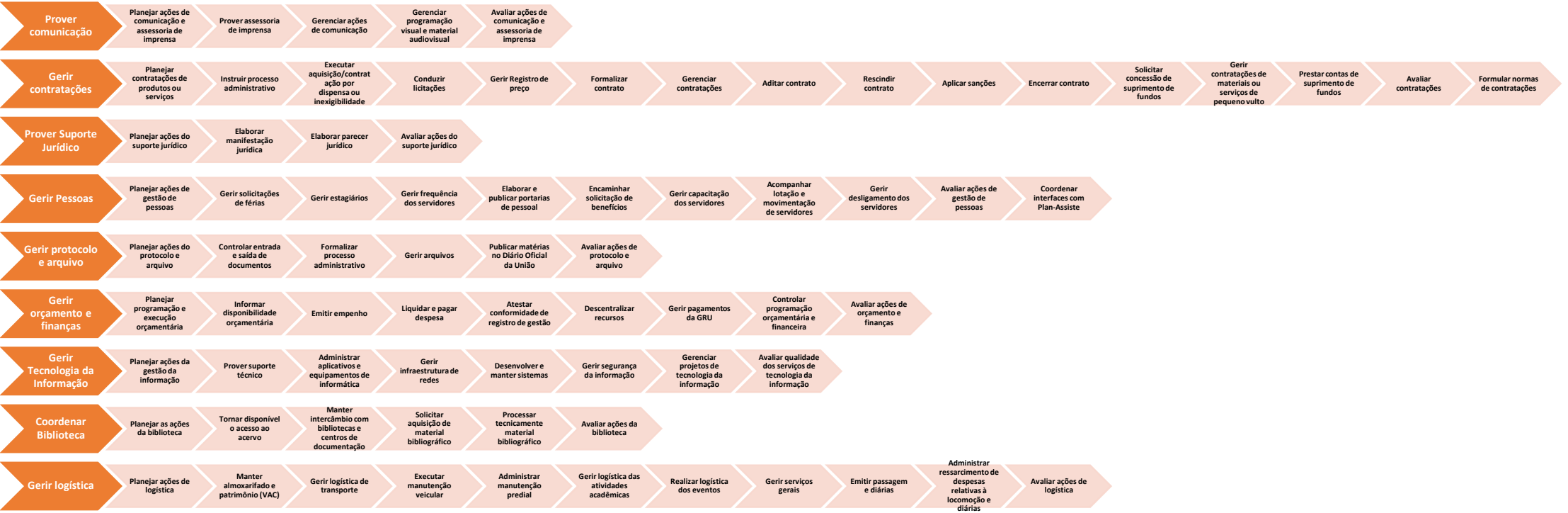
Processos Estratégicos



Processos Finalísticos



Processos de Apoio ou Suporte





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ANEXO II

**Relatório de Acompanhamento das Metas do
Plano de Desenvolvimento Institucional PDI
2015-2019.**



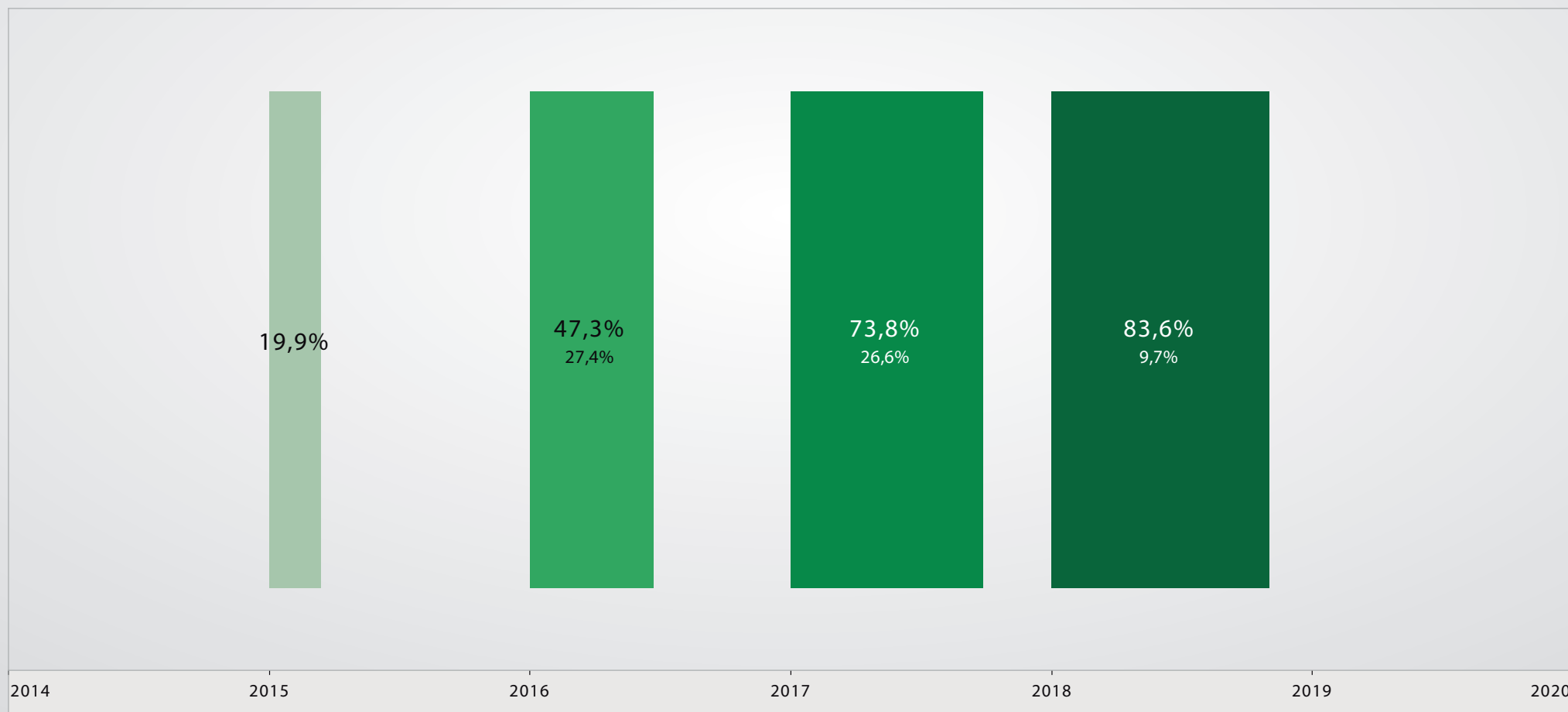
Escola Superior do Ministério Público da União

Acompanhamento da Execução do
PDI 2015 - 2019
Situação em dezembro de 2018

Execução do PDI

% de Desenvolvimento da Estratégia Institucional nos Anos

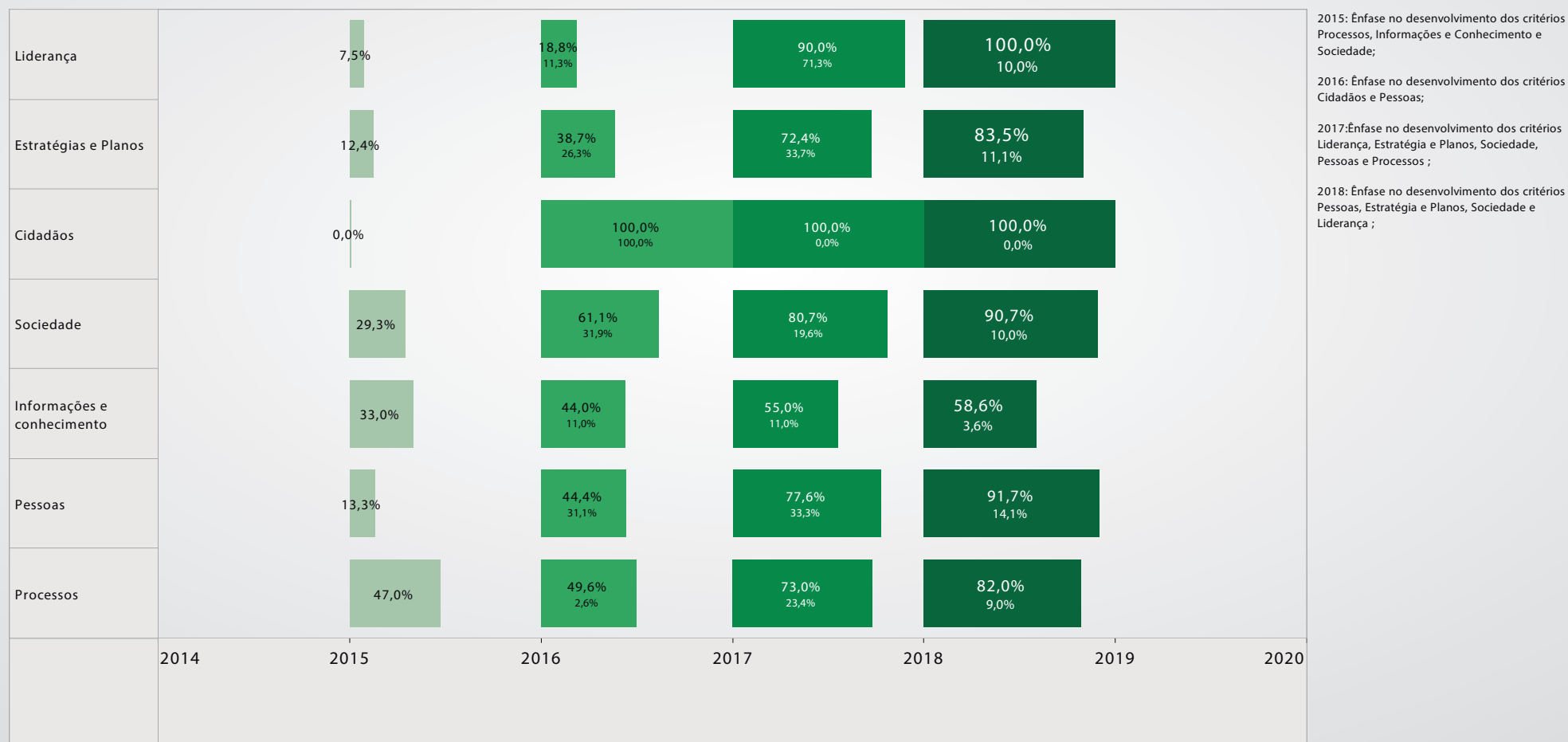
% Comparativo em relação ao período anterior



Execução por Critério de Excelência

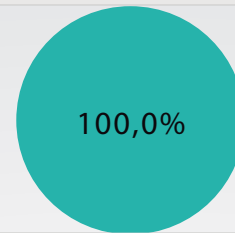
% de Desenvolvimento dos Critério de Excelência nos Anos

% Comparativo em relação ao período anterior



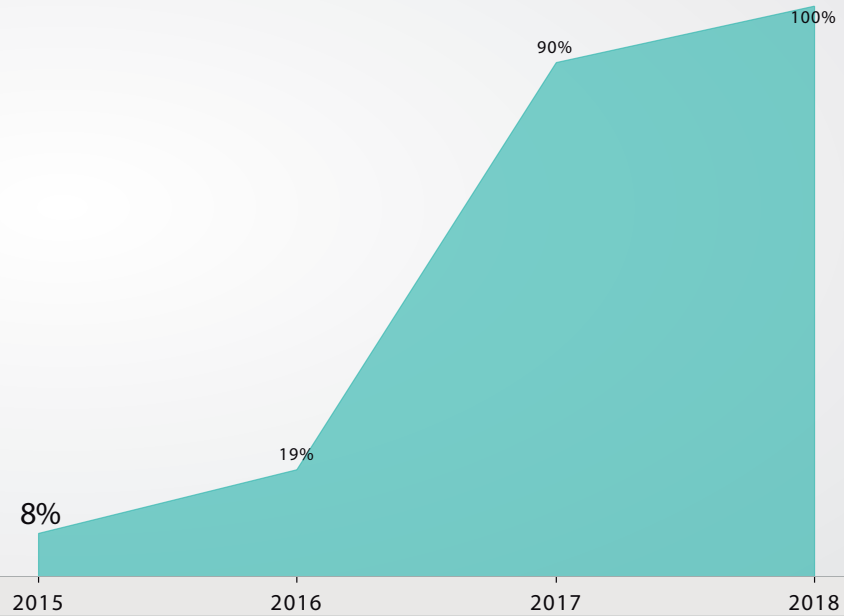
Critérios de Excelência

Liderança



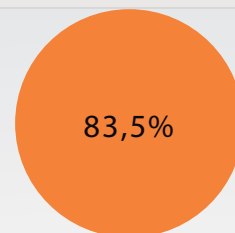
Liderança
Metas % Executado
MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO

1 - Capacitar os secretários e as chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança organizacional.



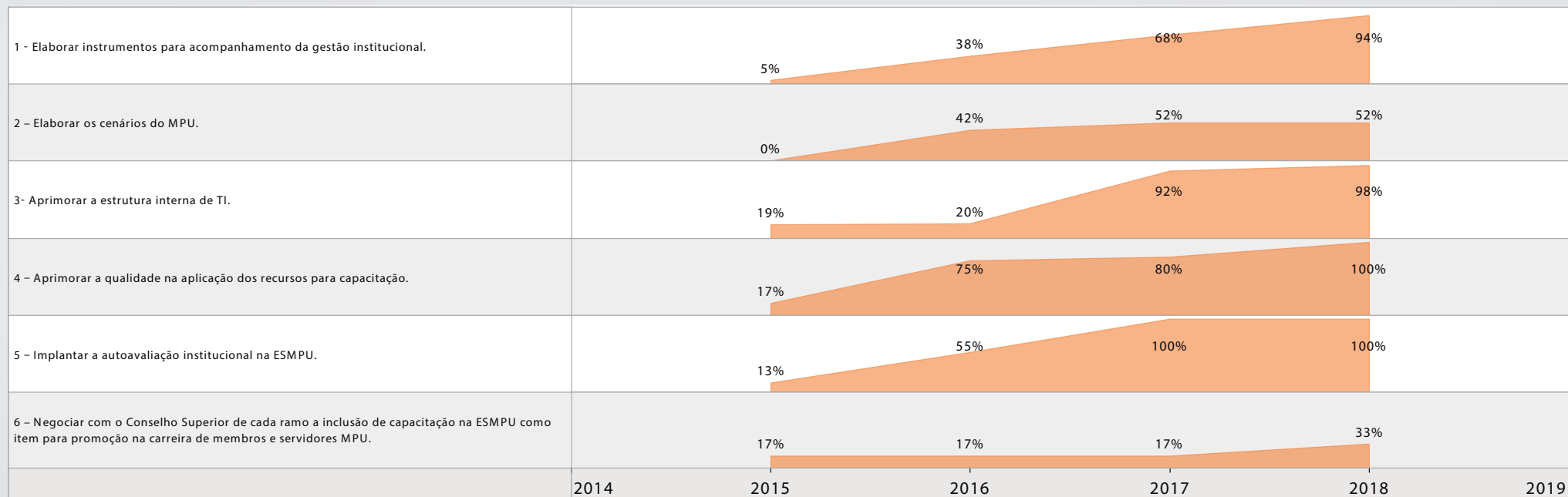
Critérios de Excelência

Estratégias e Planos



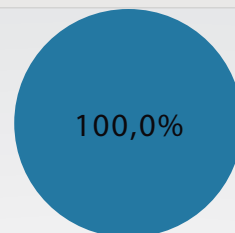
Estratégias e Planos

Metas % Executado
MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO



Crêterios de Excelência

Cidad es

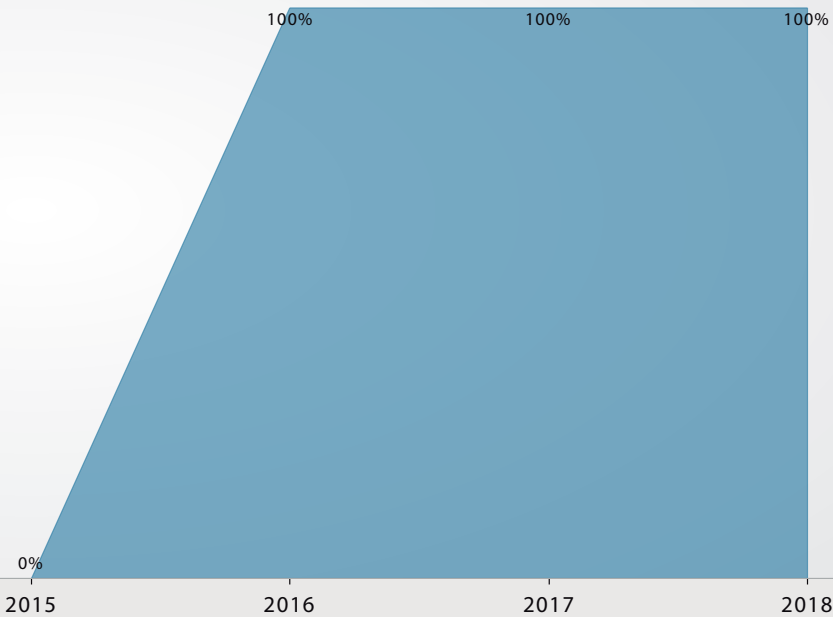


Cidad es

Metas % Executado

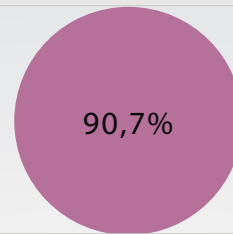
MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO

1 - Adaptar mobiliário e equipamentos compatíveis para uso de portadores de necessidades especiais.



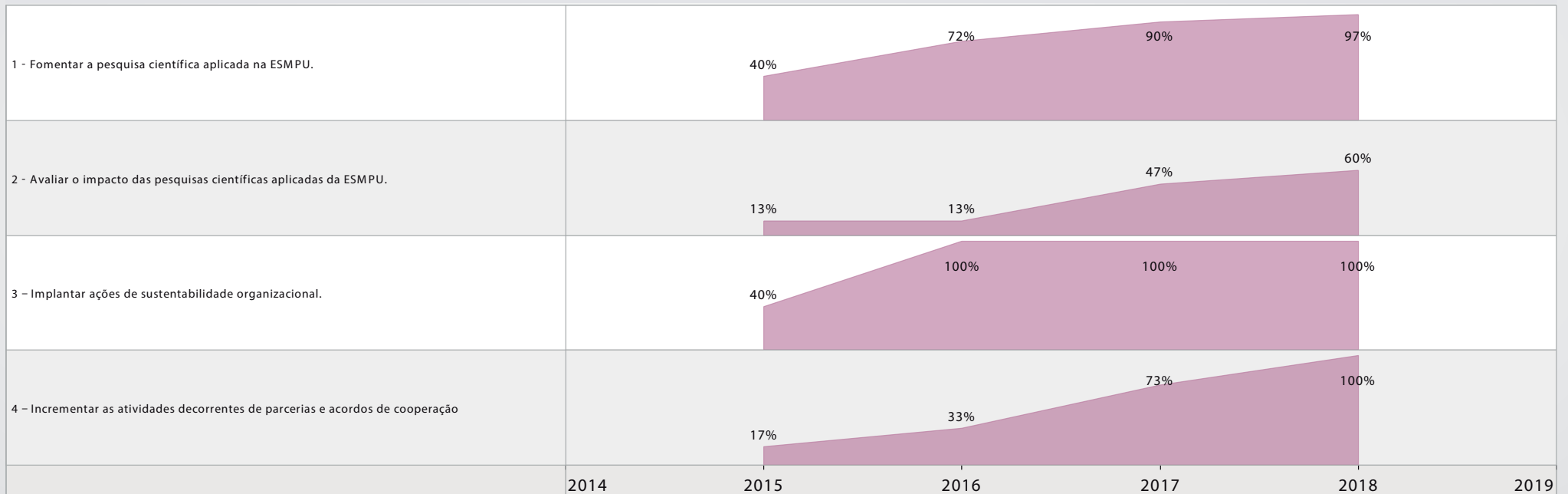
Crêterios de Excelência

Sociedade



Sociedade

Metas % Executado
M S DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO



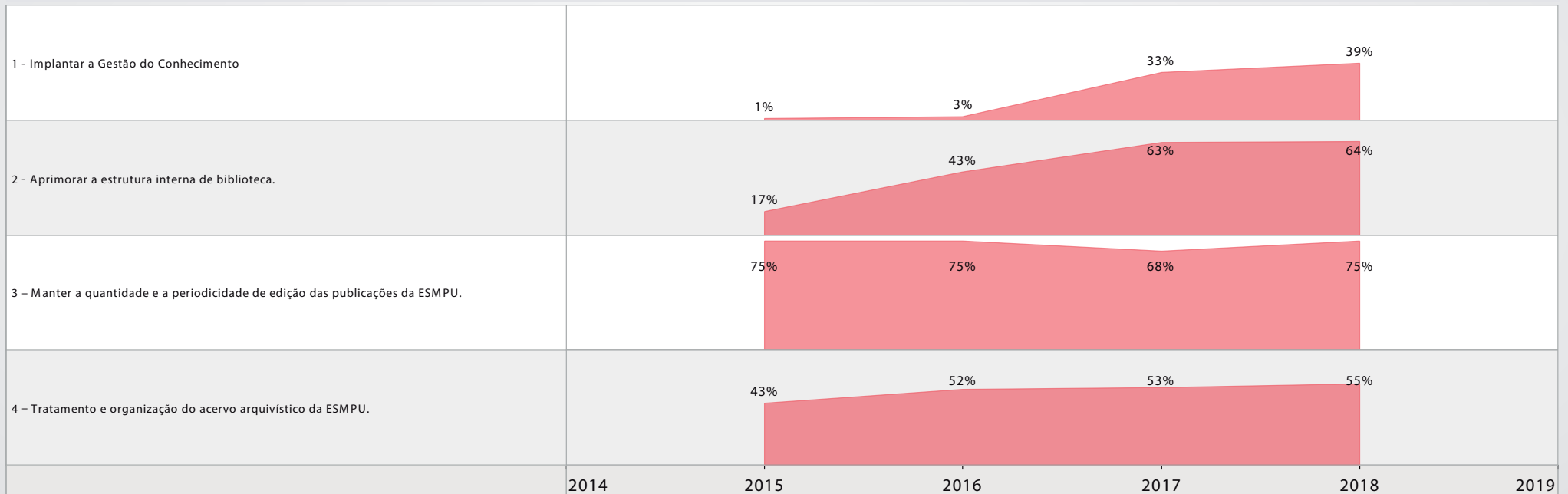
Critérios de Excelência

Informações e conhecimento

58,6%

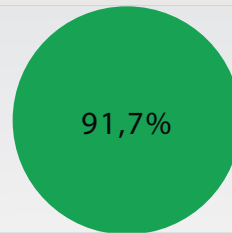
Informações e conhecimento

Metas % Executado
MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO



Critérios de Excelência

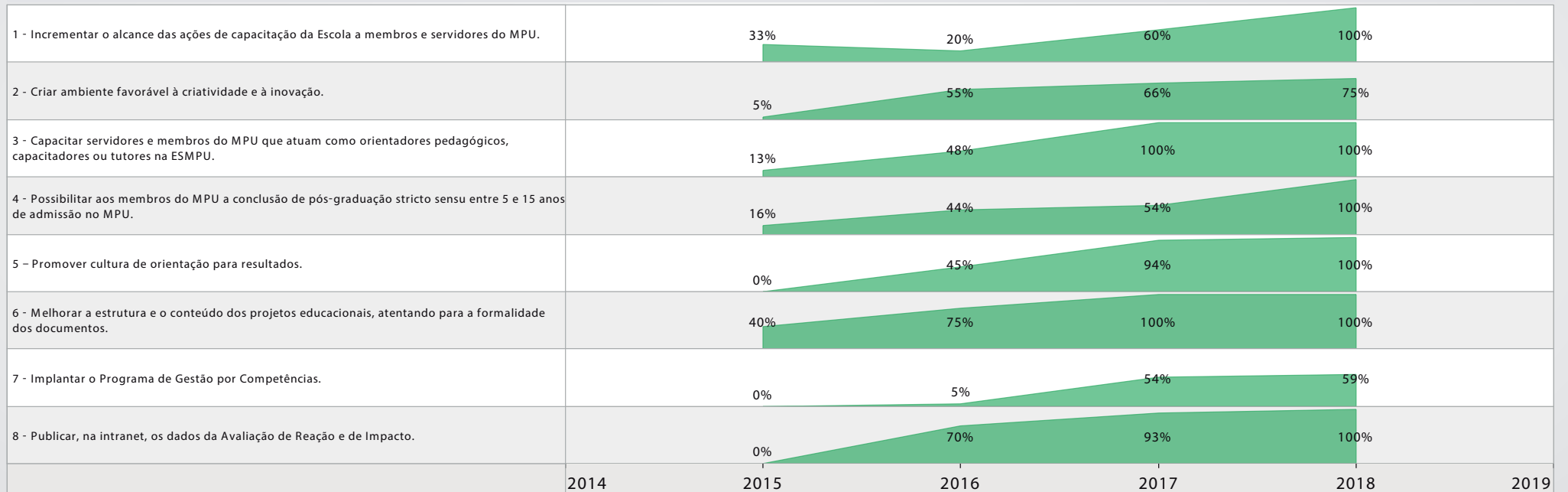
Pessoas



Pessoas

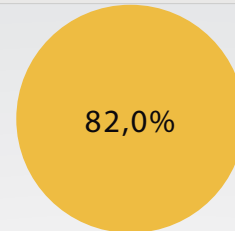
Metas % Executado

MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO



Critérios de Excelência

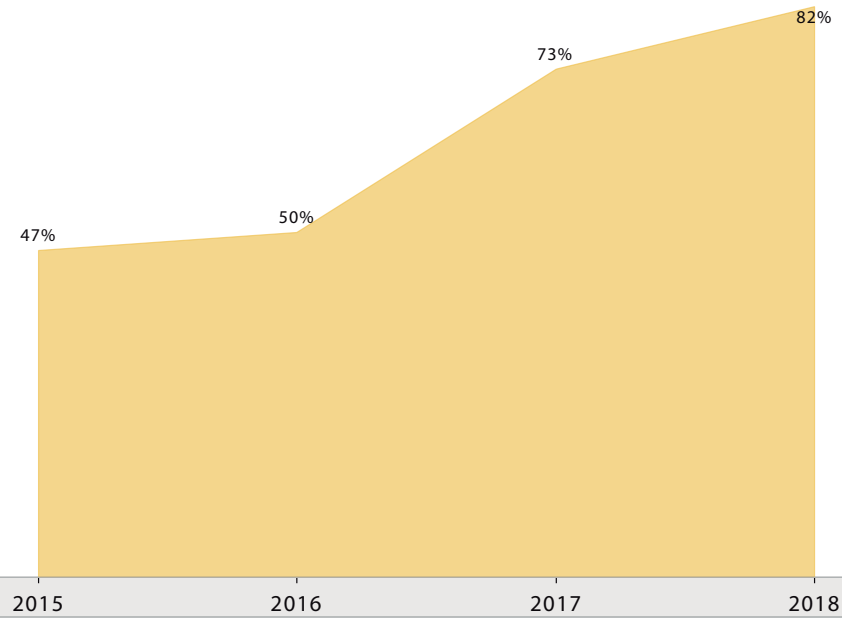
Processos



Processos

Metas % Executado
MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO

1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.





ESMPU

Escola Superior do Ministério Público da União

escola.mpu.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ANEXO III

Relatório Auditoria nº 19/2018



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA**

Ofício nº 334/2018/AUDIN-MPU

Brasília, 29 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
JOÃO AKIRA OMOTO
Diretor-Geral
Escola Superior do Ministério Público da União
Brasília - DF

Assunto: **Encaminha o Relatório de Auditoria nº 19/2018.**

Senhor Diretor-Geral,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o [Relatório de Auditoria nº 19/2018](#),
atinente ao acompanhamento da gestão dessa Unidade no exercício de 2018.

2. Solicito que os esclarecimentos, informações, justificativas e/ou providências adotadas em relação aos achados de auditoria sejam comunicados a esta Audin-MPU no prazo de até 30 (trinta) dias, anexando, inclusive, arquivo eletrônico da manifestação.

Respeitosamente,

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA

BRASÍLIA
2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

AUDITORIA INTERNA

Negócio

Controle interno da gestão dos recursos públicos destinados ao Ministério Público da União.

Missão

Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão, em benefício da sociedade.

Visão

Ser reconhecido como Órgão de excelência no controle interno e que contribui efetivamente para o aperfeiçoamento da gestão das Unidades do Ministério Público da União.

Valores

Independência, ética, justiça, efetividade, respeito e profissionalismo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA
SECRETARIA DE AUDITORIA

RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 19/2018

BRASÍLIA
2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Auditor-Chefe

Sebastião Gonçalves de Amorim

Secretaria de Auditoria

Eder Sardinha e Silva

Coordenadoria de Auditoria de Acompanhamento de Gestão

Josi Brandão Silva

Divisão de Auditoria de Gestão

Nelson Silva Lopes

Equipe de Auditoria**Coordenador de Equipe**

Helton Demetrio de Barros

Auditor(a)

Gizélia Aparecida de Oliveira

AUDITORIA INTERNA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

SAF Sul, Quadra 02, Lote 09, Edifício PGR, Anexo I, Brasília/DF, CEP: 70070-600 – Telefone: (61) 3212-8502.

auditoria.mpu.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 19/2018

Unidade auditada:	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Responsável:	Dr. João Akira Omoto
Cargo:	Diretor-Geral
Período de realização da Auditoria:	Julho a setembro de 2018

AUDITORIA INTERNA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

SAF Sul, Quadra 02, Lote 09, Edifício PGR, Anexo I, Brasília/DF, CEP: 70070-600 – Telefone: (61) 3212-8502.

auditoria.mpu.mp.br

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	PROCESSOS SELECIONADOS	2
3.	PROCESSO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - REPACTUAÇÃO	3
3.1.	OBJETIVOS DO PROCESSO	3
3.2.	OBJETIVOS DA AUDITORIA	3
3.3.	EVENTOS DE RISCO E ATIVIDADES DE CONTROLES ASSOCIADAS	3
3.4.	ABRANGÊNCIA DA AUDITORIA	5
3.5.	ACHADOS	6
3.5.1.	ACHADO – FALHAS NOS CONTROLES RELATIVOS ÀS PLANILHAS DE CUSTOS	6
3.5.1.1.	RECOMENDAÇÕES	7
3.5.2.	ACHADO – EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO LEGAL, DE 60 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS PELA CONTRATADA, PARA AUTORIZAÇÃO DA REPACTUAÇÃO ...	8
3.5.2.1.	RECOMENDAÇÕES	9
3.5.3.	ACHADO – AUSÊNCIA DE CONTROLE E REGISTROS EM CONTAS DO SIAFI	9
3.5.3.1.	RECOMENDAÇÕES	11
4.	CONCLUSÕES	11

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2018, no que se refere à avaliação dos controles internos administrativos como área prioritária nas ações de fiscalização, foi realizada auditoria no processo de trabalho de Alteração Contratual - Repactuação em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, cujos trabalhos foram fundamentados na aplicação da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos.

Esse método é direcionado à avaliação dos controles internos administrativos de um processo de trabalho em relação à contribuição desses para o atingimento dos objetivos do referido processo. Dentre os objetivos gerais dos controles internos, estão o de evitar ocorrências de impropriedades e irregularidades. Além disso, são avaliados igualmente se os controles atingem seus objetivos específicos, destacando-se entre eles:

I- assegurar o cumprimento de normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos;

II- assegurar, nas informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais, exatidão, integridade e confiabilidade;

III- evitar o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;

IV- assegurar a aderência das atividades a diretrizes, planos, normas e procedimentos da unidade.

A avaliação dos controles internos administrativos considera, principalmente, os riscos relacionados à consecução das atividades processuais mapeadas, tendo em vista o alcance dos objetivos dos processos.

Assim, a auditoria busca identificar a existência dos controles internos e avaliar a efetividade na sua aplicação, bem como verificar se eles mitigam ou eliminam os riscos de os processos não atingirem seus objetivos, sugerindo ações com vista ao aperfeiçoamento, se for o caso. A finalidade é auxiliar os gestores na melhoria dos processos para alcançar os resultados almejados e obter maior eficácia dos controles existentes, implementar controles ou até mesmo suprimir aqueles que se mostrarem desnecessários.

As etapas da auditoria compreenderam: (a) planejamento dos trabalhos; (b) identificação e coleta de dados do processo selecionado; (c) mapeamento do processo; (d) levantamento e associação dos riscos e controles; (e) elaboração da Matriz de Procedimentos;; (f) aplicação dos procedimentos (testes de auditoria); (g) elaboração da Matriz de Achados; (h) elaboração de Relatório Preliminar de Auditoria.

O levantamento de informações envolveu, além de consultas a documentos sobre os processos auditados, entrevistas e reuniões com gestores responsáveis pelo processo de trabalho de Alteração Contratual - Repactuação. Foram solicitados todos os contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra vigentes, nos quais houveram repactuação, e apresentados 2, ambos foram auditados.

O mapeamento do processo pela Audin-MPU objetivou fluxografar a real execução das atividades, com base em entrevistas com os servidores da área operacional, com posterior homologação junto aos gestores do fluxo das atividades desenvolvidas. Após o mapeamento, procedeu-se ao levantamento dos riscos do processo e dos controles existentes e, por fim, elaborou-se a matriz específica Eventos de Riscos x Controles, demonstrando a associação ou não entre eles.

Por meio da Matriz de Procedimentos, foram estabelecidos testes de auditoria para avaliar os controles existentes no processo quanto à regular implementação de eficiência, eficácia e efetividade.

Os achados de auditoria foram detalhados na Matriz de Achados e serão apresentados aos gestores por meio desse Relatório Preliminar de Auditoria, ao qual responderão conforme instrução detalhada na conclusão.

2. PROCESSOS SELECIONADOS

O processo de Alteração Contratual – Repactuação foi selecionado com base em critérios de riscos previamente estabelecidos, dentre eles a materialidade e as recomendações de auditorias anteriores.

3. PROCESSO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - REPACTUAÇÃO

3.1. OBJETIVOS DO PROCESSO

No âmbito do processo de trabalho de Alteração Contratual – Repactuação, foram identificados os seguintes objetivos:

- 1) Assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação;
- 2) Garantir a observância aos preceitos legais;
- 3) Assegurar a análise da composição da planilha de custos;
- 4) Assegurar a correção da variação dos custos;
- 5) Assegurar a eficiência, eficácia e efetividade;
- 6) Garantir o procedimento prévio de reserva orçamentária.

3.2. OBJETIVOS DA AUDITORIA

O trabalho de Auditoria teve por objetivo avaliar se os controles administrativos efetuados no processo de Alteração Contratual - Repactuação são suficientes e efetivos para mitigar os eventos de risco e garantir o alcance dos objetivos listados anteriormente.

3.3. EVENTOS DE RISCO E ATIVIDADES DE CONTROLES ASSOCIADAS

Para fins de avaliar se tem havido a adequada mitigação dos possíveis eventos de risco, verificamos a qualidade dos controles existentes, levando em consideração os aspectos relativos à sua aplicação (quantas vezes esse controle aconteceu e foi evidenciado), à sua eficácia (capacidade de mitigar os riscos) e à responsabilidade pela aplicação dos referidos controles.

Assim, analisando os objetivos e o processo, foram detectados, em princípio, 20 eventos de risco, a saber:

EVENTO DE RISCO MAPEADO	DESCRIÇÃO
EVENTO DE RISCO – ER1	Repactuar sem recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

EVENTO DE RISCO MAPEADO	DESCRIÇÃO
EVENTO DE RISCO – ER2	Conceder repactuação com base em solicitação intempestiva da contratada (preclusão legal) (preclusão do direito da contratada).
EVENTO DE RISCO – ER3	Repactuar sem autorização do ordenador de despesa.
EVENTO DE RISCO – ER4	Autorizar a repactuação extrapolando o prazo de 60 dias contados da solicitação e entrega dos documentos pela contratada.
EVENTO DE RISCO – ER5	Repactuar sem celebração de instrumento formal (Termo Aditivo ou Apostilamento).
EVENTO DE RISCO – ER6	Não ocorrer o tempestivo e devido registro da alteração contratual no Sistema SIAFI (contabilização).
EVENTO DE RISCO – ER7	Não ocorrer o tempestivo e devido registro da garantia contratual no Sistema SIAFI (contabilização).
EVENTO DE RISCO – ER8	Contratar sem observar o prescrito na EC nº 95/2016 - Teto de Gastos.
EVENTO DE RISCO – ER9	Conceder repactuação sem documentação que a embase.
EVENTO DE RISCO – ER10	Conceder repactuação a partir de acordo, convenção ou dissídio coletivo inválido.
EVENTO DE RISCO – ER11	Repactuar com base em planilha de custos com: erro em cálculos (fórmulas); inclusão indevida de item; manutenção indevida de item; alteração indevida de item.
EVENTO DE RISCO – ER12	Não exclusão das planilhas de custos dos contratos, após 12 meses de vigência do contrato, de itens não renováveis ou amortizados.
EVENTO DE RISCO – ER13	Inobservar vedação quanto a inclusão de rubricas que não pertenciam à planilha original (desconformidade ao que foi estabelecido previamente).
EVENTO DE RISCO – ER14	Inobservar limites estabelecidos nas Portarias da SLTI do MPOG em caso de repactuação com prorrogação de vigência.
EVENTO DE RISCO – ER15	Instituir procedimentos repetidos (retrabalho) ou desnecessários.
EVENTO DE RISCO – ER16	Repactuar com Termo Aditivo/Apostilamento eivado de erros formais.
EVENTO DE RISCO – ER17	Erros formais nas informações da publicação.
EVENTO DE RISCO – ER18	Erros no Recebimento/Atualização da Garantia.
EVENTO DE RISCO – ER19	Repactuar sem consultar Disponibilidade Orçamentária.
EVENTO DE RISCO – ER20	Insuficiência de recursos, impedindo a reserva de crédito orçamentário e o empenho.

Foram constatados, mediante o mapeamento efetuado, 8 controles com vista a mitigar alguns eventos de risco, a saber:

CONTROLES MAPEADOS	DESCRIÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL
Controle C1	Análise do pedido de Repactuação com base em documentação encaminhada	Núcleo de Análise Documental – NUDOC

CONTROLES MAPEADOS	DESCRIÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL
	pela contratada	
Controle C2	Avaliação da instrução iniciada pelo NUDOC	Divisão de Compras e Contratos – DICOM
Controle C3	Avaliação da pertinência das correções/ajustes assinalados na análise (do relatório e planilha comparativa elaborados pelo NUDOC) efetuada pela Perita Contábil	Divisão de Orçamento e Finanças – DIOF/Chefia
Controle C4	Análise das correções/ajustes assinalados pela perita contábil na DIOF	Divisão de Compras e Contratos – DICOM
Controle C5	Análise da Ordenadora de Despesas (OD) sobre a justificativa da DICOM referente ao aspecto questionado pela DIOF	Secretária de Administração – SA
Controle C6	Emissão de Parecer Jurídico ASSEJUR c/ envio para devida autorização da Secretária de Administração para continuidade do processo	Secretária de Administração – SA
Controle C7	Averiguação de existência de cadastro de usuário externo da contratada no SEI	Núcleo de Análise Documental – NUDOC
Controle C8	Análise da atualização da garantia contratual apresentada pela contratada	Núcleo de Análise Documental – NUDOC

3.4. ABRANGÊNCIA DA AUDITORIA

O universo auditável (população) compreendeu os 2 processos administrativos referentes à alteração contratual - repactuação dos contratos vigentes de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, de modo que fosse possível aplicar todos os testes de auditoria estabelecidos na matriz de procedimentos.

Assim, os testes de auditoria/procedimentos constantes dessa matriz foram aplicados nos processos (PGEAs), conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	PGEA nº 0.01.000.002229/2015-36 - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2016 - serviços de Apoio Administrativo, Apoio Operacional e Atividades Auxiliares na sede da ESMPU e da PR/DF em Brasília.
2	PGEA nº 0.01.000.000352/2014-31 - 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2014 - serviços de Limpeza, Asseio e Conservação na sede da ESMPU e da PR/DF em Brasília.

3.5. ACHADOS

3.5.1. ACHADO – FALHAS NOS CONTROLES RELATIVOS ÀS PLANILHAS DE CUSTOS

Avaliou-se a correção das planilhas de custos da repactuação no intento de verificar a efetividade em relação à mitigação de riscos de erros na planilha de custos da repactuação, dos controles: C1 – Análise do pedido de Repactuação com base em documentação encaminhada pela contratada, de responsabilidade do NUDOC e C3 – Avaliação da pertinência das correções/ajustes assinalados na análise efetuada pela perita contábil sob a responsabilidade da DIOF.

Nos dois processos em análise, verifica-se alteração no RAT ajustado, que passou de 1,66% para 1,98% devido a alteração no FAP. Em entendimento da AUDIN-MPU, exarado por meio dos pareceres CORAG/SEORI/AUDIN-MPU N^{os} 068/2010 e 79/2013, considerou-se assente a impossibilidade da majoração do RAT Ajustado devido alteração no FAP:

NOTA DE AUDITORIA Nº 57/2016

Item 17: Percentual do “SAT/RAT”

Houve alteração do percentual do “Seguro Acidente de Trabalho” (SAT/RAT) devido à aplicação do “Fator Acidentário de Prevenção” (FAP). Este órgão de controle interno se manifestou sobre caso semelhante através dos Pareceres CORAG/SEORI/AUDIN-MPU n^{os} 068/2010 e 79/2013:

PARECER CORAG/SEORI/AUDIN-MPU Nº 068/2010

(...)

3. Em exame, verifica-se que o FAP, criado com o advento do Decreto nº 6.957, de 9 de setembro de 2009, exigível a partir de 1º de janeiro de 2010, altera o regulamento da previdência social com o intuito de incentivar as empresas, por meio de concessão de bônus na redução da alíquota do SAT, visando à adoção de medidas de prevenção acidentária e de doenças.

4. Essas medidas podem fazer variar a cota do SAT reduzindo à metade ou majorando até o dobro, levando-se em conta o desempenho da empresa com base na frequência de acidentes/doenças, gravidade das ocorrências e custo dentro

da classe econômica respectiva, em um determinado período de apuração. Logo, observa-se que a alíquota do FAP é constatada pelo desempenho da empresa, independente a quem se destina a prestação dos serviços.

PARECER CORAG/SEORI/AUDIN-MPU Nº 79/2013

(...)

8. Diante disso, no que diz respeito ao percentual do RAT, esta Auditoria Interna orienta pela não incidência do FAP, por não se tratar, propriamente, de aumento dos custos do serviço, mas sim uma premiação ou penalidade, cujo objetivo é incentivar a melhoria das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores. Assim, na planilha de formação de preços, deve ser incluído apenas o percentual de 1%, 2% ou 3% relativo ao RAT.

Posteriormente, por meio do Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU nº 111/2014, esta AUDIN-MPU reconsiderou a instrução para inclusão apenas do RAT, entendendo ser cabível a cotação, à época da licitação, do RAT ajustado pelo FAP, considerando como exemplo uma licitação promovida pelo Tribunal de Contas da União.

Entretanto, esse entendimento serve para cotação do efetivo encargo arcado quando da licitação (e contratação inicial), não sendo possível o reajuste contratual para majorar o RAT pelo FAP de modo posterior.

Ressaltamos ainda que se a empresa fizesse jus a um FAP que diminuísse o valor a ser recolhido a título de RAT (hipótese de diminuição de até metade da alíquota base), não haveria que se falar em diminuir o valor pago à contratada na planilha de custos, uma vez que não faria sentido prejudicar a empresa com um pagamento menor quando esta foi beneficiada pela norma ao conceder melhores condições de trabalho aos seus empregados.

A inconsistência acima relatada contribuiu, em ambos os processos, para o comprometimento do atingimento de objetivos do processo, como os listados a seguir: Assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação e Assegurar a correção da variação dos custos.

3.5.1.1. RECOMENDAÇÕES

I - Fortalecer os controles relacionados à avaliação da correção da planilha de custos por meio de ação específica a ser estabelecida pela unidade, a exemplo de *chek list*, diretrizes, ou outra ação que a Unidade entender como suficiente;

II - Avaliar todos os contratos vigentes com objetivo de identificar eventuais reajustes indevidos do RAT ajustado em função do FAP e seus reflexos nas respectivas planilhas de custos. Adotar as providências cabíveis em relação aos eventuais pagamentos indevidos e comunicar a este Órgão de Controle Interno do MPU os resultados alcançados.

3.5.2. ACHADO – EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO LEGAL, DE 60 DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS PELA CONTRATADA, PARA AUTORIZAÇÃO DA REPACTUAÇÃO

Por meio de procedimento de auditoria (mapeamento do processo), verificou-se a ausência de controle associado ao evento de risco – ER4 - Autorização da repactuação extrapolar o prazo de 60 dias contados da solicitação e entrega dos documentos pela contratada até o despacho do ordenador de despesa autorizando a repactuação.

O evento de risco materializou-se nos 2 processos analisados, que tiveram as repactuações autorizadas após citado prazo.

A Instrução Normativa nº 5 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 25/5/2017 assim dispõe:

IN SEGES/MPDG Nº 5/2017

(...)

Art. 57. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

(...)

§ 3º A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

A decisão sobre o pedido de repactuação que, em ambos os casos, extrapolou o prazo máximo de 60 dias comprometeu, por exemplo, o seguinte objetivo do processo- Garantir a observância aos preceitos legais.

3.5.2.1. RECOMENDAÇÕES

I – Instituir controles internos que possibilitem o monitoramento do prazo de decisão sobre o pedido de repactuação, de forma a não extrapolar os 60 dias, conforme Art. 57, § 3º da IN SEGES/MPDG Nº 5/2017.

3.5.3. ACHADO – AUSÊNCIA DE CONTROLE E REGISTROS EM CONTAS DO SIAFI

Por meio de procedimento de auditoria (mapeamento do processo), verificou-se a ausência de controle associado aos eventos de riscos – ER6 – Ausência de registro da alteração contratual em conta de controle do SIAFI e ER7 – Ausência de registro da garantia contratual em conta de controle do SIAFI. O evento de risco materializou-se nos 2 processos administrativos analisados.

A evidenciação contábil dessas informações traz transparência aos gastos públicos, facilita o controle dos gastos por parte do gestor, e é exigência legal, conforme transcrito a seguir:

LEI Nº 4.320/1964

Art. 87. Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a Administração Pública for parte.

(...)

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

(...)

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores e obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

DECRETO Nº 93.872/1986

Art. 134. Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de contratos, convênios, acordos ou ajustes.

Com propósito de esclarecer aspectos práticos da questão tratada, este Controle Interno, assim se pronunciou sobre o tema:

ORIENTAÇÃO CONTÁBIL SEORI/AUDIN-MPU Nº 1/2016**4.1 - REGISTRO DO CONTRATO**

O registro da assinatura de contratos de despesas com seguros, aluguéis, serviços, gestão ou fornecimento de bens em geral ocorrerá por meio da emissão de documento hábil RC (Registro de Contrato), informando a situação LDV011 (Assinatura de contrato de despesa) na aba Outros Lançamentos.

As contas para controlar contabilmente os atos potenciais oriundos de contratos, registrados pela situação LDV011, são:

- a. 81231.01.01 – Contratos de Seguros em Execução
- b. 81231.02.01 – Contratos de Serviços em Execução
- c. 81231.03.01 – Contratos de Aluguéis em Execução
- d. 81231.04.01 – Contratos de Fornecimento de Bens em Execução

Importa ressaltar que quando da contratação, o registro do contrato deve ser realizado integralmente. Daí por diante, a conta específica só é baixada pelos pagamentos (execução contratual) ou anulação de despesa.

Acrescenta-se que as repactuações que adicionem valores a pagar exigem complemento nos saldos pelo período aditivado ou apostilado, ou seja, por exemplo, se a mensalidade contratada aumenta em dois mil por 12 meses, deve a unidade reportar o valor de vinte e quatro mil, que se somará ao saldo remanescente do contrato.

Tendo como base legal parte do fundamento acima e com o fim de registrar as garantias que também devem cumprir as normas de reporte da informação, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio do Manual SIAFI, orienta que deve a Unidade proceder da seguinte forma em relação às garantias recebidas:

Macro função 021126

3.2 - Para os casos em que a garantia for prestada nas modalidades fiança bancária, seguro garantia ou caução em títulos da dívida pública da

União, o registro contábil no SIAFI será efetuado apenas em contas de Controle, sem favorecido, na gestão correspondente, com as seguintes situações do sistema SIAFI-Web:

3.2.1 - No recebimento da garantia: LDV053 APROPRIAÇÃO DE GARANTIAS/CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS.

3.2.2 - Na devolução da garantia: LDV054 BAIXA DE GARANTIAS/CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS.

Da mesma forma, há que se acrescentar que os aumentos e reduções nos valores devem ser lançados nas contas, conforme as variações decorrentes de repactuações ou das prorrogações.

As inconsistências acima relatadas contribuíram para o comprometimento do seguinte objetivo do processo:

- Garantir a observância aos preceitos legais.

3.5.3.1. RECOMENDAÇÕES

I – Instituir controles internos administrativos, nos termos apresentados na conclusão, referentes ao registro da atualização dos contratos e da garantia no SIAFI, conforme Orientação SEORI/AUDIN-MPU nº 1/2016, Orientação SEORI/AUDIN-MPU nº 8/2014 e Manual SIAFI, item 3.2, Macro função 021126;

II – Avaliar os saldos de todos os contratos e reportar o saldo a executar nas contas no SIAFI e comunicar a este Órgão de Controle Interno do MPU os resultados alcançados.

4. CONCLUSÕES

Em relação ao processo Alteração contratual repactuação, a auditoria observou que 80% dos 20 eventos de riscos identificados já possuíam controles internos administrativos específicos. Para os outros 20% não foram identificados mecanismos de controle.

Em relação aos controles testados, é possível afirmar que atendem ao objetivo de mitigar ocorrências a que se propõem, apesar do registro da aceitação indevida na majoração do SAT.

Em face das recomendações da Audin-MPU, solicitamos que a unidade apresente plano de ação apontando, para cada achado de auditoria, **a providência que será adotada, o responsável pela implementação da providência e o prazo de implementação, ou justificativa para manter a situação observada assumindo os riscos decorrentes.**

Para elaboração do plano de ação, poderá ser adotada como modelo a tabela sugerida a seguir:

Situação observada	Providências para sanar a situação observada	Prazo para implementação das providências	Responsável pela implementação das providências	Justificativa para manutenção da situação observada*

*Caso a unidade opte por manter a situação observada

Poderá ser agendada reunião, por iniciativa da Auditoria Interna ou da Unidade, para tratar de eventuais esclarecimentos a respeito dos achados e sobre a elaboração do plano de ação, preferencialmente no prazo de 15 dias a contar do recebimento deste relatório.

É o Relatório Preliminar.

Brasília, 28 de novembro de 2018.

HELTON DEMETRIO DE BARROS
Coordenador da equipe

GIZÉLIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Membro da equipe

De acordo.

Encaminhe-se ao Senhor Secretário de Auditoria.

JÔSI BRANDÃO SILVA

Coordenadora de Auditoria de Acompanhamento de Gestão

De acordo.

À consideração do Senhor Auditor-Chefe.

EDER SARDINHA E SILVA

Secretário de Auditoria

Aprovo.

Encaminhe-se à Direção-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, para providências cabíveis.

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM

Auditor-Chefe



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **AUDIN-MPU-00002908/2018 RELATÓRIO nº 19-2018**

Signatário(a): **JOSI BRANDAO SILVA**

Data e Hora: **29/11/2018 11:17:23**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SEBASTIAO GONCALVES DE AMORIM**

Data e Hora: **29/11/2018 13:32:16**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **HELTON DEMETRIO DE BARROS**

Data e Hora: **29/11/2018 08:38:16**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **EDER SARDINHA E SILVA**

Data e Hora: **29/11/2018 14:01:52**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **GIZELIA APARECIDA DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **29/11/2018 15:14:52**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave FB9089B8.EAC548BC.DB11D7C0.E044F06D



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ofício nº 063/2019 - SA/ESMPU

Brasília, 21 de janeiro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor
Sebastião Gonçalves de Amorim
 Auditor-Chefe
 Auditoria Interna do MPU - AUDIN
 Brasília - DF

Assunto: Resposta aos achados do Relatório de Auditoria nº 19/2018.

Caso responda este ofício, indique expressamente o Processo nº 0.01.000.1.006125/2018-53.

Senhor Auditor-Chefe,

1. Em resposta ao Ofício nº 334/2018/AUDIN-MPU, apresento a V.Sa. Plano de ação informando as providências adotadas em relação aos achados apontados no Relatório de Auditoria nº 19/2018 (ID SEI 0125168), que trata do exame dos atos de gestão praticados nesta Escola Superior do Ministério Público da União no exercício de 2018.

Situação observada	Providências para sanar a situação observada	Prazo para implementação das providências	Responsável pela implementação das providências	Justificativa para manutenção da situação observada*
3.5.1 - ACHADO – FALHAS NOS CONTROLES RELATIVOS ÀS PLANILHAS DE CUSTOS, MAJORAÇÃO DO RAT AJUSTADO DEVIDO ALTERAÇÃO NO FAP.	Após consulta à AUDIN em 14/01/2019, fomos informados para desconsiderar a recomendação exarada no inciso II do item 3.5.1.1 do Relatório de Auditoria nº 19/2018 (0136237).	Não se aplica	-	-
3.5.2 - ACHADO – EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO LEGAL, DE 60 DIAS APÓS A ENTREGA DE DOCUMENTOS CONTRATADA, AUTORIZAÇÃO REPACTUAÇÃO	O fato ocorreu com o Contrato nº 9/2016, em virtude da aplicação do PARECER CORAG/SEORI/AUDIN-MPU Nº 1107/2017, que recomendou a retirada do aviso prévio indenizado a partir do segundo ano da contratação, o que gerou muitas dúvidas com as áreas envolvidas com relação aos cálculos na planilha de custos e formação de preço, ocasionando atraso na autorização da repactuação. Esclareço que as repactuações dos anos anteriores ocorreram dentro do prazo legal e que iremos implantar controles para monitorar o prazo de decisão para os próximos pedidos de repactuação.	Implementação Imediata	Edmilson Martins de Alcantara	-
3.5.3 - ACHADO – AUSÊNCIA DE CONTROLE E REGISTROS EM CONTAS DO SIAFI	Acatando às recomendações dessa AUDIN, foram cadastrados no SIAFI todos os contratos, bem como todas as garantias contratuais, e passaremos a realizar os controles de acordo com a ORIENTAÇÃO CONTÁBIL SEORI/AUDIN-MPU Nº 1/2016.	Implementação Imediata	Joaquim Paula dos Santos	-

2. Sempre nos colocando à disposição para novos esclarecimentos e encaminhamentos, renovamos, no ensejo, respeitosos votos de consideração.

Atenciosamente,

Alberto Bastos Balazeiro

Diretor Geral Adjunto



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Bastos Balazeiro, Diretor-Geral Adjunto da ESMPU**, em 25/01/2019, às 15:18 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0137146** e o código CRC **47E2031B**.

SGAS Avenida L2 Sul, Quadra 604 Lote 23 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-640 Brasília - DF
Telefone: (61) 3313-5115 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.006125/2018-53

ID SEI nº: 0137146



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ANEXO IV

Relatório de Instância ou área de Correição



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

A ESMPU não conta com área própria de correção. Contudo, como órgão integrante do Ministério Público da União, está dentro do âmbito de atuação da Conselho Nacional do Ministério Público, tendo sido objeto de Inspeção pela Corregedoria do CNMP durante o ano de 2016.

O presente relatório de instância ou correção integra o Relatório de Gestão como ANEXO IV e foi inserido em campo específico do sistema e-contas.



Documento assinado eletronicamente por **IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES**, **Secretário de Administração**, em 29/05/2019, às 16:31 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0163412** e o código CRC **0AA4D151**.

SGAS Avenida L2 Sul, Quadra 604 Lote 23 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-640 Brasília - DF
Telefone: (61) 3313-5115 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.001679/2019-06

ID SEI nº: 0163412



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ANEXO V

**Declaração de Adequação – Estrutura
Internacional para Relato Integrado (IIRC)**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO

Os responsáveis pela Governança do Órgão, declaram a adequação do Relatório Integrado 2018 da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) às diretrizes estabelecidas nos normativos do Tribunal de Contas da União (TCU) e, também da Estrutura Internacional para Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*.

O presente relatório foi elaborado de maneira integrada, com envolvimento de toda a gestão da ESMPU, demonstrando que os recursos aplicados contribuíram para concretização dos objetivos estratégicos e metas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e agregaram valor à sociedade.



Documento assinado eletronicamente por **IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES**, **Secretário de Administração**, em 29/05/2019, às 16:32 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **João Akira Omoto**, **Diretor-Geral da ESMPU**, em 29/05/2019, às 16:55 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS DOS SANTOS MOREIRA**, **Secretário Substituto de Tecnologia da Informação**, em 29/05/2019, às 18:39 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **NELSON DE SOUSA LIMA**, **Secretário de Infraestrutura e Logística Educacional/SEDUC**, em 30/05/2019, às 11:59 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **VOLKER EGON BOHNE**, **Secretário de Planejamento e Projetos/SEPLAN**, em 30/05/2019, às 15:11 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0163416** e o código CRC **C9F8BCF4**.

SGAS Avenida L2 Sul, Quadra 604 Lote 23 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-640 Brasília - DF
Telefone: (61) 3313-5115 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.001679/2019-06
ID SEI nº: 0163416